



**Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana
PPGTU**

TAMI SZUCHMAN

**DIFERENÇAS INTRA-REGIONAIS E A GESTÃO DA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

CURITIBA

2007



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

S998d Szuchman, Tami
2007 Diferenças intra-regionais e a gestão da Região Metropolitana de Curitiba /
Tami Szuchman ; orientador, Carlos Hardt. – 2007.
143 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2007
Inclui bibliografia

1. Planejamento regional – Curitiba, Região Metropolitana de (PR).
2. Urbanização. I. Hardt, Carlos. II. Pontifícia Universidade Católica do
Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 21. ed. – 307.12098162
711.4



TAMI SZUCHMAN

**DIFERENÇAS INTRA-REGIONAIS E A GESTÃO DA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná como requisito parcial à obtenção ao título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Hardt

CURITIBA

2007



TAMI SZUCHMAN

DIFERENÇAS INTRA-REGIONAIS E A GESTÃO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-Graduação em Gestão Urbana da
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
como requisito à obtenção ao título de
Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Hardt
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr. Denis Alcides Rezende
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr. Clóvis Ultramari
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr. Roberto L. M. Monte-Mór
Universidade Federal de Minas Gerais

Curitiba, de de 2007.



Eu dedico este trabalho a minha filha Ilana e meu esposo Salmo, que são a
motivação de todas as minhas realizações. Amo vocês.



AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Hardt, pela infindável paciência e tranqüilidade, contraponto à minha imensa ansiedade.

Aos Professores Dr. Clóvis Ultramari e Dr. Fábio Duarte pelas discussões sobre o tema que colaboraram efetivamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Prof. Denis Rezende pelo incentivo e colaboração.

Aos demais professores e colegas do mestrado que possibilitaram que eu ampliasse minha “visão do mundo”. Em especial a Leticia B. Nitsche e Ângelo B. Tadini Jr., pela parceria de mestrado e trabalho.

A Ecoparaná, na pessoa da Michelle Poitevin e demais colegas, pela compreensão.

A Cleide Maria Perito de Bem, Taco Roorda, Gil Polidoro e Zulma G. L. Schussel pelas conversas que deram rumo à proposta.

A Profa. Maria Luisa Valenti Piermartiri pelo incentivo a voltar a estudar.

A Sra. Ilsa Menegazzo da Secretaria de Estado da Saúde, ao Sr. Fernando S. S. Caldeira da Secretaria de Estado do Planejamento e ao Sr. Paulo Eduardo Graichen da COMEC, pela colaboração no levantamento de dados.

A PUC/PR pela bolsa de estudo.

Aos meus pais José e Raquel Szuchman pelo incentivo que sempre deram ao estudo e desenvolvimento pessoal.

Aos meus irmãos, cunhadas (os), sogros e a toda minha família, especialmente a minha avó, pela compreensão dos muitos momentos de ausência.

A Maria pela cooperação em casa.

E principalmente à minha filha Ilana e meu esposo Salmo pela compreensão, torcida e efetiva colaboração.

Muito obrigada.



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVO GERAL	17
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
1.3	JUSTIFICATIVA	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	FENÔMENOS URBANOS	20
2.1.1	Cidade e Região	20
2.1.2	Urbanização	23
2.1.3	Conurbação e Periferização	25
2.1.4	Aglomerações Urbanas	27
2.1.5	Metropolização	28
2.2	INTER-RELAÇÕES URBANAS	31
2.2.1	Centralidade	31
2.2.2	Polarização, Movimento Pendular e Região de Influência	34
2.2.3	Redes de cidades	37
2.3	REGIÕES METROPOLITANAS	39
2.4	GESTÃO URBANA	44
2.5	GESTÃO METROPOLITANA	46
2.5.1	Cooperação Intermunicipal	52
2.6	ÁREA OBJETO DE ESTUDO	55
2.6.1	O Paraná	56
2.6.2	A Região Metropolitana de Curitiba	60
3	METODOLOGIA	68
3.1	PROTOCOLO DE PESQUISA	73



3.2	LEVANTAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	75
3.2.1	Diferenças Intra-regionais	75
3.2.2	Inter-relação entre os municípios metropolitanos e entre estes e o pólo	76
3.2.3	Gestão Metropolitana.....	77
4	RESULTADOS	78
4.1	DIFERENÇAS INTRA-REGIONAIS.....	78
4.1.1	Apresentação dos Resultados	79
4.1.2	Análise dos Resultados.....	87
4.2	INTER-RELAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS E O PÓLO.....	90
4.2.1	Apresentação dos Resultados	91
4.2.2	Análise dos Resultados.....	107
4.3	GESTÃO METROPOLITANA	108
4.3.1	Atribuições do órgão metropolitano.....	109
4.3.2	Mensagens do Governador.....	113
4.3.3	Transferências Financeiras do Estado para os municípios.....	123
4.3.4	Gestão Metropolitana.....	133
5	CONCLUSÕES	134
	REFERÊNCIAS.....	141
	APÊNCICES	147
	ANEXOS	153



RESUMO

O processo de urbanização, baseado na migração campo/cidade, resultou na formação de áreas metropolitanas e aglomerações urbanas. Estas áreas apresentam densidade demográfica elevada e população ocupada em atividades tipicamente urbanas, que se articulam economicamente mantendo um intenso fluxo de relações intermunicipais. A presente dissertação reflete sobre as diferenças intra-regionais e as relações intermunicipais, analisando a gestão metropolitana frente a estas questões. São levantados, organizados e analisados dados referentes às características da população de cada um dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com o objetivo de demonstrar a existência de diferenças intra-regionais, que pudessem configurar a existência de sub-compartimentos, na Região Metropolitana de Curitiba. São também, levantados e analisados dados referentes ao movimento pendular existente entre os municípios da RMC, que apresentam relações de diferentes intensidades entre si e com o pólo metropolitano (Curitiba). Por fim, são também trabalhados dados e informações referentes à gestão da RMC. A análise baseou-se nas atribuições do órgão gestor da RMC – COMEC – e nas ações que o Governo do Estado do Paraná declarou ter realizado nos municípios da Região entre os anos de 1979 e 2005, bem como nas transferências financeiras realizadas para cada um dos municípios da RMC. Desta forma confirmou-se a existência de três sub-compartimentos na RMC, já anteriormente identificados pela COMEC e IPARDES, porém com pequenas diferenças em relação à classificação adotada pelos mesmos. Também se identificou que as inter-relações entre os municípios da RMC são de diferentes intensidades, ilustrando assim os efeitos do processo de metropolização da Região. No entanto, o debate da gestão metropolitana frente às diferenças intra-regionais identificadas, conforme abordado, não permitiu identificar claramente que as ações e investimentos do Governo do Estado na Região Metropolitana são orientados por estas diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Região Metropolitana de Curitiba, sub-compartimentos regionais, gestão metropolitana, diferenças intra-regionais.



ABSTRACT

The process of urbanization, based on the migration field/city, it resulted in the formation of metropolitan areas and urban agglomerations. These areas present high demographic density and occupied population in typically urban activities, which they are economically articulated, keeping an intense flow of inter-municipal relations. The present dissertation reflects on the intra-regional differences and the inter-municipal relations, analyzing the metropolitan management in front of these questions. The referring data to the characteristics of the population for each one of the cities of the Metropolitan Region of Curitiba (RMC), they are raised, organized and analyzed, with the objective to demonstrate the existence of intra-regional differences, that they could configure the existence of sub-compartments, in the Metropolitan Region of Curitiba. Also are raised and analyzed, data, referring to the existing pendular movement between the cities of the RMC, that they present relations of different intensities between itself and with the metropolitan pole (Curitiba). Finally, also are worked, the data and information referring to the RMC management. The analysis was based on the attributions of the managing agency of the RMC - COMEC - and in the actions that the Government of the State of the Paraná declared to have carried through in the cities of the Region between the years of 1979 and 2005, as well as in the carried through financial transferences for each one of the cities of the RMC. In such a way it was confirmed the existence of three sub-compartments in the RMC, already previously identified by COMEC and IPARDES, however with little differences in relation to the classification adopted by the same ones. Also it was identified that the Inter-relations between the cities of the RMC have different intensities, thus illustrating the effect of the metropolization process of the Region. However, the debate of the metropolitan management, front to the identified intra-regional differences, as approached it did not allow to identify clearly that the actions and investments of the Government of the State in the Metropolitan Region are guided by these differences.

KEY-WORDS: Metropolitan Region of Curitiba, regional sub-compartments, metropolitan management, intra-regional differences.



LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Regiões Metropolitanas Institucionalizadas – 2004	43
Figura 02 – Localização da RMC.....	55
Figura 03 – Principais Fluxos Migratórios Intermesorregionais 1995/2000.....	58
Figura 04 – Região Metropolitana de Curitiba - RMC	60
Figura 05 – Evolução da Mancha Urbana – RMC	64
Figura 06 – Configuração da RMC por Anéis – 2000.....	72
Figura 07 – Fluxo de Internamentos Hospitalares no Paraná	100
Figura 08 – Mapas de Classificação Final da dissertação, COMEC e IPARDES	137



LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número de imigrantes de data fixa por tipos de fluxos de origem segundo os municípios e áreas da RMC – 1996/2000.	65
Tabela 02 – Caracterização da População – A	81
Tabela 03 – Caracterização da População – B	82
Tabela 04 – Infra-estrutura	84
Tabela 05 – Serviços	86
Tabela 06 – Classificação dos municípios da RMC por anéis segundo indicadores	87
Tabela 07 – Movimento Pendular para Estudo ou Trabalho	92
Tabela 08 – Deslocamento para Trabalho ou Estudo.....	93
Tabela 09 – Deslocamento Educação	96
Tabela 10 – Deslocamento Emprego.....	98
Tabela 11 – Dados do deslocamento da população em relação à saúde	101
Tabela 12 – Linhas Metropolitanas Integradas RIT/2000	103
Tabela 13 – Linhas Não Integradas RIT/ 2000	104
Tabela 14 – Linhas Intercidades/março 2000	105
Tabela 15 – Linhas para municípios periféricos/março 2000	105
Tabela 16 – Linhas Integradas RIT + Linhas não integradas RIT + Linhas Intercidades + Linhas para municípios periféricos/março 2000	106
Tabela 17 – Transferências Estado/Municípios Percentual.....	126
Tabela 18 – Transferências Estado/Municípios Per Capita	127
Tabela 19 – Transferências Correntes do Estado em Percentual.....	128
Tabela 20 – Transferências Correntes Estado Per Capita	129
Tabela 21 – Transferências Voluntárias em Percentual.....	130
Tabela 22 – Transferências Voluntárias Per Capita.....	132
Tabela 23 – Caracterização da População – Dados Numéricos A	147
Tabela 24 – Caracterização da População – Dados Numéricos B	148
Tabela 25 – Caracterização da População – Dados Numéricos C	149
Tabela 26 – Caracterização da População – Dados Numéricos D	150
Tabela 27 – Empregos – Parte A.....	151
Tabela 28 – Empregos – Parte B.....	152



LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Composição da Região Metropolitana de Curitiba	61
Quadro 02 – Adensamento Excessivo RMC /2000.....	67
Quadro 03 – Compartimentação da RMC / COMEC 2001	70
Quadro 04 – Compartimentação RMC / IPARDES 2000	71
Quadro 05 – Protocolo de Pesquisa.....	74
Quadro 06 – Ações Governo do Estado na RMC – 1979/1982.....	113
Quadro 07 – Ações Governo do Estado na RMC – 1983/1993.....	114
Quadro 08 – Ações Governo do Estado na RMC – 1994/1999.....	115
Quadro 09 – Ações Governo do Estado na RMC – 2000	116
Quadro 10 – Ações Governo do Estado na RMC – 2001	118
Quadro 11 – Ações Governo do Estado na RMC – 2002	119
Quadro 12 – Ações Governo do Estado na RMC – 2003/2004.....	120
Quadro 13 – Ações Governo do Estado na RMC – 2005	121
Quadro 14 – Sub-compartimentos da RMC, segundo a COMEC, IPARDES e resultados da dissertação.....	136



1 INTRODUÇÃO

O processo de industrialização iniciado na primeira metade do século XX desencadeou outro processo - intensivo e descontrolado - a urbanização. Este segundo processo, baseado na migração campo/cidade, que se intensificou durante as décadas de 60 e 70 concentrando a população no entorno das grandes cidades, em uma dinâmica de expansão de suas periferias, resultou na formação de áreas metropolitanas e aglomerações urbanas.

Este processo de metropolização acompanhado pela deterioração dos espaços urbanos infra-estruturados e pela segregação espacial, reforçada pela especulação imobiliária, resultou em áreas de ocupação irregular, geralmente em regiões de sensibilidade ambiental.

As cidades grandes e médias, cada vez maiores e com funções mais especializadas, polarizam cidades menores de acordo com uma área de influência, relacionada com a demanda e a oferta de bens e serviços. Estabelecem-se, então, redes de cidades de forma hierarquizada.

As metrópoles e os municípios da sua área de influência, muitas vezes conurbados, configuram as aglomerações urbanas. São áreas que apresentam densidade demográfica elevada, com a população ocupada em atividades tipicamente urbanas e que se articulam economicamente mantendo um intenso fluxo de relações intermunicipais.

As aglomerações urbanas podem ser metropolitanas ou não. A partir da Constituição Federal de 1988, a instituição das regiões metropolitanas é de responsabilidade dos Estados, que o fazem de acordo com suas peculiaridades.

As regiões metropolitanas concentram hoje mais de 40 % da população brasileira (EMPLASA, 2003), sendo que esta concentração demográfica amplia de forma excepcional os problemas urbanos, com destaque para o âmbito social. De modo geral, as regiões metropolitanas apresentam deficiência de serviços básicos e infra-estrutura urbana, além do déficit habitacional e ocupações irregulares responsáveis, em muitos casos, pela degradação do meio ambiente.

Faz-se necessário, então, avaliar a atual dinâmica das mesmas, que não se configura mais pela migração campo-cidade, mas pela migração intra-urbana, centro-periferia (NEGREIROS, 2001, p.81; MOTTA; MUELLE; TORRES, 1997, p.



23), resultante do atual quadro brasileiro de exclusão social e geradora de inúmeros problemas sócio-ambientais.

A gestão destas áreas é uma questão complexa, considerando-se o universo em questão e a multiplicidade dos fatores envolvidos, o que torna necessária uma análise mais ampla das relações urbanas. Estas relações são caracterizadas por disparidades intra e inter-regionais, sobreposição de competências político-institucionais e áreas de ocupação contínua que extrapolam os limites administrativos, levando consigo, para municípios menores, questões que os mesmos são incapazes de dar conta.

Segundo Brandão (2004, p. 60),

As complexidades de análise são enormes: um problema pode se manifestar em uma escala, mas ter sua determinação em outra. Os instrumentos de intervenção sobre uma realidade localizada podem estar em outra escala espacial, arena política, nível de governo, instância de poder etc.

Esta questão tem mobilizado estudiosos, a sociedade civil e os órgãos governamentais, entre os quais o Ministério das Cidades, que têm proposto ações visando encaminhar soluções para estes problemas que hoje atingem um grande número de municípios brasileiros.

Com este foco, o Ministério das Cidades divulgou, em 2004, o Plano de Ação em Regiões Metropolitanas. Está também orientando, com base no Estatuto das Cidades¹, os municípios cuja população é superior a 20 mil habitantes ou faça partes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, entre outros critérios, para que desenvolvam seus planos diretores.

Porém, segundo Braga e Carvalho (2004, p. 10), apenas 38,6% dos 1.483 municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes possuem Planos Diretores, enquanto pouco mais da metade possui Leis de Parcelamento do Solo e menos da metade Leis de Zoneamento.

A presente dissertação pretende refletir sobre as diferenças intra-regionais e as relações intermunicipais ou regionais de âmbito metropolitano, analisando a gestão metropolitana frente a estas questões.

Nesse sentido, a pesquisa, que tem como foco a Região Metropolitana de Curitiba, propõe uma contextualização sobre a mesma, sua dinâmica e

¹ Estatuto das Cidades -Projeto de Lei no 5.788/90 referente a regulamentação da política urbana, ordenando as funções sociais da cidade e da propriedade urbana.



problemática, além de levantar questões particulares aos seus municípios, com o objetivo de identificar a existência de sub-compartimentos com diferentes características e intensidades de relação com o pólo metropolitano, bem como seu possível reflexo na gestão metropolitana.

O texto aborda inicialmente questões teóricas acerca de fenômenos urbanos relativos a urbanização e metropolização, sobre as relações urbanas, centralidade, polarização e rede de cidades, regiões metropolitanas, gestões urbana e metropolitana.

Com o objetivo de demonstrar a existência de sub-compartimentos na Região Metropolitana de Curitiba - RMC e as diferenças de características entre eles, foi realizado um levantamento de dados, baseado nas seguintes variáveis: perfil sócio-econômico da população, infra-estrutura urbana e serviços.

Os dados coletados foram organizados de forma a agrupar os 26 municípios da RMC, por características.

O passo seguinte foi um levantamento de dados referentes às seguintes variáveis: Emprego, Educação, Saúde e Transporte, com o objetivo de demonstrar a diferença de intensidade das relações entre cada um destes três compartimentos metropolitanos e o pólo da RMC (Curitiba).

O terceiro e último passo da pesquisa foi uma caracterização do órgão de gestão metropolitano, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e um levantamento das ações do Governo do Estado do Paraná na RMC entre 1979 e 2005. O objetivo deste passo foi avaliar a gestão metropolitana frente a estas diferenças intra-regionais.

“A leitura dessas relações socioterritoriais pré-existentes e a previsão de novos arranjos relacionais tornam-se procedimentos básicos na formulação e implementação de políticas públicas com perspectiva territorial e regional”. (KOGA; NAKANO, 2005, p. 12)

Esta dissertação tem como tema central a gestão da Região Metropolitana de Curitiba frente às diferenças regionais.

Sua problemática gira em torno das questões urbanas relativas ao processo de metropolização e seus reflexos na gestão metropolitana.

As questões são:



- a) A área de abrangência da expansão da metrópole apresenta características diferentes de uma área metropolitana mais distante do pólo?
- b) A distância é fator determinante na relação dos municípios metropolitanos com o pólo, independentemente da oferta de infra-estrutura e serviços do pólo e da disponibilidade de transporte?
- c) A existência de diferenças entre características de municípios de uma mesma região metropolitana podem definir nitidamente sub-compartimentos²?
- d) As diferenças intra-regionais demandam ações específicas para cada realidade?
- e) Em que medida a gestão metropolitana considera as diferenças intra-regionais?

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta dissertação é avaliar se a existência de sub-compartimentos regionais reflete na gestão da Região Metropolitana de Curitiba.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Esta pesquisa tem como objetivos específicos:

- I. Identificar a existência de sub-compartimentos na Região Metropolitana de Curitiba;
- II. Demonstrar as diferenças de intensidade das relações de cada um dos sub-compartimentos identificados com o pólo metropolitano (Curitiba);
- III. Analisar a gestão da Região Metropolitana de Curitiba frente às diferenças intra-regionais.

² Neste trabalho considera-se sub-compartimento uma parte da região cujas características diferenciam-na de outras áreas da mesma região.



1.3 JUSTIFICATIVA

O atual processo de globalização e de desenvolvimento tecnológico tem alterado a dinâmica das cidades, tanto no seu interior, quanto na relação entre elas. Estas alterações marcam de forma definitiva as cidades, no seu desenho e até mesmo nos seus referenciais.

O crescimento acelerado de municípios participantes de áreas metropolitanas nas últimas décadas e suas conseqüências desastrosas sob o ponto de vista social e ambiental, é exemplo da necessidade urgente de uma maior efetividade e democratização no processo de implementação das políticas púb



O estudo das relações entre os municípios de uma região metropolitana e seu pólo podem contribuir para o entendimento da estrutura do espaço intra-metropolitano o qual se torna cada vez mais complexo e de difícil gestão.

No caso da Região Metropolitana de Curitiba, estudos e análises são importantes na medida em que a projeção de crescimento da sua população é alta, situando-se acima das médias nacional e estadual. Segundo o IBGE (2004), a estimativa para a taxa média de crescimento anual – 2010 para o Brasil é de 1,08%, para a Região Sul é de 0,96% e para o Estado do Paraná é de 0,94%, enquanto a estimativa da taxa de crescimento 2000/2010 para a Região Metropolitana de Curitiba é de 2,9%.

Este crescimento deve ampliar ainda mais a relação entre os municípios metropolitanos e o pólo bem como a demanda por infra-estrutura e serviços, consequentemente aumentando a complexidade de gestão.

Porém, esta concentração urbana e o conseqüente aumento das demandas não devem acontecer de forma homogenia em toda a RMC, apresentando diferença de intensidade, nas relações dos municípios como o pólo, tendo como fatores determinantes à distância, a oferta de empregos, o déficit habitacional, entre outros.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FENÔMENOS URBANOS

Os fenômenos urbanos aqui tratados são significativos na discussão sobre as diferenças intra-regionais, pois configuram e reconfiguram, em um processo contínuo, as áreas urbanizadas, impossibilitando uma caracterização padrão para regiões definidas administrativamente.

2.1.1 Cidade e Região

Para melhor entendimento, são abordados conceitos básicos sobre “cidade” e “região” e suas dinâmicas de crescimento, para que seja possível então extrapolá-los para as inter-relações urbanas.

Apesar das diversas visões sobre o conceito de cidade, a relação entre esta e a sociedade é recorrente entre diversos autores e se evidencia de várias maneiras, seja na forma espacial da ocupação, seja na sua organização social.

Lewis Mumford (1998) descreve a cidade antiga como ponto de encontro permanente, que teve origem como um local sagrado, onde grupos retornavam periodicamente para cerimônias e ritos e que atraíam pessoas de regiões mais distantes em busca de oportunidades e proteção.

Numa definição sucinta e precisa, Allix (1956) apud Braga e Carvalho (2004) define a cidade como uma aglomeração humana abastecida do exterior, na qual a maioria dos habitantes se dedica a atividades diferentes da exploração agrícola ou pastoril. “O que define uma cidade não é a quantidade de pessoas que ali residem, mas o que elas fazem, bem como o seu modo de fazer” (BRAGA; CARVALHO, 2004, p. 01).

Castells (1983) faz estreita relação entre o aparecimento das cidades e o excedente da produção agrícola, o qual possibilitou o sedentarismo e um sistema de divisão e distribuição.

Já para Beaujeu-Garnier (1997, p. 86)

O importante é considerar que a cidade, concentração de homens de toda espécie com uma capacidade de organização e transmissão de necessidades e possibilidades é o mesmo tempo sujeito e objeto. Enquanto objeto, a cidade existe materialmente; atrai e acolhe habitantes aos quais fornece através da sua produção própria, no seu comércio dos



seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo o que deles necessitam; é o lugar onde os contatos de toda natureza são favorecidos e maximizados os resultados.

Porém, a cidade não é estática, não se contém, possui uma dinâmica de produção, troca e crescimento que, se por um lado pode encontrar barreiras físicas, por outro não respeita limites pré-definidos administrativamente.

Segundo Mumford (1998) o limite que originalmente definiu a cidade física foi a muralha. A muralha circulava os subúrbios, porém, o que realmente limitava o crescimento da cidade medieval eram as condições naturais e sociais como as limitações do suprimento de água e de produtos alimentícios, transporte e comunicação bem como as limitações provocadas pelas ordenações municipais.

Estas limitações levavam a população excedente a construir unidades independentes e auto-suficientes nas proximidades. "O padrão medieval era, portanto, o de muitas pequenas cidades e aldeias subordinadas em ativa associação com suas cidades vizinhas".

Hoje, as condições de suprimento e de comunicação de uma cidade são quase ilimitadas, o que potencializa seu crescimento e conseqüentemente a extrapolação de seus limites. Isto porém, acontece de forma distinta da descrita por Mumford.

No Brasil, o território das cidades são definidas legalmente pelos perímetros urbanos das sedes municipais, porém segundo Monte-Mór, (2006, p. 06)

As áreas urbanizadas englobam amplas regiões circunvizinhas às cidades cujo espaço urbano integrado se estende sobre territórios limítrofes e distantes em um processo expansivo iniciado no século XIX e acentuado de forma irreversível no século passado.

Segundo Brandão (2005, p. 17), é na cidade que acontece a reprodução das classes e a atividade de produção, de distribuição, de troca e consumo. É na cidade também que são geradas as demandas e é nela também onde acontecem as lutas políticas dos estados sociais reivindicando acesso aos meios de consumo coletivo e inserção no mercado trabalho. A cidade atrai massas populacionais, mas geralmente, não tem capacidade suficiente de geração de postos de trabalho para absorver essas pessoas. "É o espaço dos fluxos emanados de diversas frações do capital. Também cumpre papel de acelerar tais fluxos e agiliza o ritmo deste verdadeiro espaço da "unidade do diverso", que é o urbano".



Esta atração populacional gera uma "explosão" sobre o espaço circundante, estendendo o tecido urbano e carregando consigo para espaço regional imediato as condições de produção antes restritas às cidades. "O tecido urbano sintetiza, assim, o processo de expansão do *fenômeno urbano* que resulta da cidade sobre o campo e, virtualmente, sobre o espaço regional e nacional como um todo". (MONTE-MÓR, 2006, p. 09)

O aumento geral da população urbana e suas novas necessidades fizeram com que o consumo do espaço crescesse sobremaneira ao longo dos últimos anos (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 86). Sendo assim o termo cidade já não traduz completamente o resultado da transformação social do espaço urbano dando origem a expressões como cidade clandestina ou cidade irregular. Estes adjetivos dão significado à forma abusiva e descontrolada do crescimento urbano, característica da cidade industrial metropolitana. Segundo Grostein (2001, p. 14), "a cidade dos pobres e dos excluídos, a cidade sem infra-estrutura e serviços suficientes, a cidade ilegal, ainda que legítima".

Seria possível então dizer que, da mesma forma que a condição de produção e consumo determinou a formação da cidade antiga, a condição sócio-econômica da sociedade atual determina a formação da megacidade.

"A cidade pode ser compreendida como a síntese da civilização, cujo modo de vida permeia não apenas sua estrutura, mas toda a sua região de influência, moldando um mundo urbano além das suas fronteiras" (BRAGA; CARVALHO, 2004, p. 01).'

No modo de pensar da geografia tradicional a cidade é parte integrante e ao mesmo tempo formadora da região sendo assim não devem e nem podem ser tratadas de modo separado. "Nessa lógica, o espaço geográfico pode ser definido como *locus* de produção e reprodução social, que na economia capitalista assumem a forma dicotômica e articulada da cidade e sua região". (IPEA, 2001, p. 336)

Considerando que os recursos naturais e a dinâmica econômica não se restringem aos limites administrativos e políticos do município, torna-se pertinente o questionamento de Monte-Mór, (2006, p. 09): "O que é, então, o urbano no mundo contemporâneo, esse "tecido" que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões?".

Ao que o próprio responde:



O urbano, entendido desta forma, é uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social.

2.1.2 Urbanização

O crescimento natural da população e a migração da população rural para cidades alimentam o processo de concentração de pessoas e atividades em áreas urbanas - a urbanização.

Da mesma forma que o conceito de cidades acima abordado, o termo urbanização também pode ser traduzido de várias formas.

Castells (1983) lembra que é possível distinguir dois sentidos distintos no termo urbanização: concentração espacial de população, a partir de certos limites de dimensão e densidade e difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado “cultura urbana”.

Para BEAUJEU-GARNIER (1997, p. 86)

a urbanização é um movimento de desenvolvimento das cidades, simultaneamente em número e em dimensão, isto é, o desenvolvimento numérico e espacial das cidades; ocupa-se de tudo o que está ligado à progressão direta do fenômeno urbano e transforma, pouco a pouco, as cidades ou os arredores e frequentemente umas e outros.

Houve um grande êxodo de população rural para áreas urbanas durante os últimos cinquenta anos no Brasil e este processo deve prolongar-se durante o século XXI. As oportunidades de serviços oferecidos nessas áreas urbanas, principalmente empregos e educação são as forças propulsoras desse fenômeno. (RIVA, p. 260)

Teorias de crescimento urbano ressaltam a demanda como elemento propulsor do processo de expansão das entidades econômicas.

Entre elas a Teoria do Lugar Central (Losch, 1954 e Christaller, 1966), que se relaciona com o crescimento urbano quando se considera que o crescimento de uma cidade depende do mercado local de bens e serviços ofertados e o nível de renda e tamanho da população delimitam a área de mercado e a variedade de bens e serviços ofertados no centro urbano. É a teoria de base urbana, que apesar de também enfatizar a demanda tem como variável explicativa do crescimento urbano, a exportação. (ANDRADE, 1979, p. 97)



No Brasil o processo de urbanização na segunda metade do século XX proporcionou a formação de doze regiões metropolitanas e 37 aglomerações urbanas não metropolitanas concentrando 47% da população do país. (GROSTEIN, 2001, p.13)

Segundo Grostein (2001, p.13)

Esses complexos metropolitanos compreendem municípios com funções complementares, gestão independente e capacidade financeira desigual. Estas características dificultam e condicionam o atendimento das demandas sociais e de infra-estrutura urbana que, na maioria dos casos, surgem da relação funcional entre municípios e dependem de soluções que extrapolam seus limites político-administrativos, equacionando-se na escala regional. As regiões metropolitanas, por contingência ou natureza das relações estabelecidas entre municípios que a compõem, dependeriam de políticas integradas de desenvolvimento urbano e de ações articuladas, que seriam próprias de uma gestão compartilhada.

Com três quartos da população residindo em aglomerados urbanos e uma sociedade de economia dominada pela indústria e pelo setor serviços, a expansão e a transformação da estrutura produtiva regional, bem como a concentração e desconcentração espacial refletem fortemente sobre urbano.

O crescimento sistematizado do processo de industrialização no Brasil na década de 70 provocou uma forte concentração no espaço territorial da atividade econômica e particularmente da indústria que foi acompanhada da expansão da população, pois o crescimento demográfico foi mais acentuado nos centros urbanos em que a expansão econômica foi maior. (MOTTA; MUELLE; TORRES, 1997, p. 13)

A partir dos anos 80 a urbanização no Brasil apresenta algumas mudanças, embora as metrópoles continuem crescendo proporcionalmente mais do que país, o ritmo desse crescimento diminui. O que ainda não significa uma mudança radical no padrão de concentração metropolitana, pois as cidades de porte médio, que crescem a taxas maiores do que as metrópoles nos anos 80 e 90 abrigam apenas aproximadamente 20% da população do país, além disto, várias metrópoles ainda crescem a taxas altas. (MARICATO, 2000, p. 24)

Para Grostein (2001) “O padrão de urbanização imprimiu às metrópoles, apesar das especificidades regionais, ao menos duas fortes características associadas ao modo predominante de fazer ‘cidade’: apresentam componentes de ‘insustentabilidade’ associados aos processos de expansão da área urbana e de transformação e modernização dos espaços intra-urbanos; e proporcionam baixa qualidade de vida urbana a parcelas significativas da população”.



2.1.3 Conurbação e Periferização

Os termos conurbação e periferização são constantes quando o tema em questão são as metrópoles, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas.

Quanto à conurbação, o biólogo e filósofo escocês Patrick Geddes (1994), já na primeira década do século passado, na busca de melhor expressar o desenvolvimento e transformações da cidade e do campo, propõe o termo conurbação referindo-se às cidades-região, ou às cidades-agrupamento.

Não podemos chamá-las de constelações; o vocabulário conglomerações parece mais próximo da realidade presente, mas ainda não é pertinente. E conurbações? Essa talvez seja a palavra necessária, a expressão desta nova forma de agrupamento demográfico, que já está subconscientemente, desenvolvendo novas formas de agrupamento social, e, em seguida de governo e administração bem definidos. (GEDDES, 1994,p.48)

Ainda sobre o tema, Geddes (1994, p. 52) coloca o tempo de viagem como o principal limite da cidade, relacionando o surgimento e expansão das conurbações com a distância máxima que as pessoas em atividade poderiam percorrer sem comprometer seu dia útil.

Porém, na visão de Ultramari e Moura (1994, p. 129) atualmente este crescimento espacial de dois ou mais municípios contíguos, apresentando mais uma complementaridade de funções do que uma dependência, é uma realidade mais difícil de se constatar nas RMs brasileiras.

Já a periferização, que segundo o IPEA (2001, p. 329), inicia com uma ocupação da periferia urbana, através de moradias precárias, resultante de uma primeira inserção da população pobre na sociedade urbana, consolidada na seqüência pela instalação insuficiente de serviços e equipamentos urbanos, é uma constante no processo de crescimento urbano brasileiro.

Segundo Ultramari e Moura (1994, p. 40) a periferia da cidade pólo não se restringe aos seus limites oficiais, apenas inicia dentro deles, indo além, invadindo os municípios vizinhos, seguindo trajetos de infra-estruturas já existentes, como rodovias e outros caminhos, que funcionam como indutores de ocupação.

Nestes municípios tornados periferias a apropriação do espaço é mais facilitada, atraindo moradores de menor renda.

“Assim, as periferias urbanas encerram em si o verdadeiro significado expresso pelo termo: são arredores do centro, limites terminais, margens, áreas



distantes. Distantes também do acesso à satisfação das necessidades mais comuns”. (ULTRAMARI; MOURA, 1994, p. 50)

O histórico do processo de periferização remonta ao final do século XIX e início do século XX, quando as reformas urbanas, através de obras de saneamento básico e paisagismo, realizadas em diversas cidades brasileiras como Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife e São Paulo, implantavam as bases para uma exploração imobiliária de corte capitalista e expulsavam a população excluída para os morros e franjas das cidades. (MARICATO, 2000, p. 22)

Na década de 30, o movimento migratório campo-cidade vê-se reforçado pelas mudanças políticas, entre outras medidas, a regulamentação do trabalho urbano, o incentivo à industrialização e a construção da infra-estrutura industrial, contribuíram para este processo.

A partir da década de 70, a dinâmica do crescimento intra-urbano brasileiro caracteriza-se, principalmente, pela distribuição espacial da população pobre. As cidades de grande e de médio porte sofrem uma significativa periferização desta população vivido, entre outros fatores, as dificuldades das famílias de baixa renda em ter acesso à terra urbana, proliferando de forma acentuada os assentamentos humanos informais como favelas e loteamentos clandestinos. (MOTTA; MUELLE; TORRES, 1997, p. 23)

Além da questão social, segundo Grostein (2001, p. 14), este processo de periferização e o aumento significativo da favelização verificado nas metrópoles foram acompanhados por "um grau devastador de degradação ambiental provocado por loteamentos ilegais e ocupações sobre áreas desprotegidas e solos frágeis".

Embora os municípios periféricos tenham demonstrado uma redução nas taxas de crescimento populacional, demonstraram o seu papel fundamental no processo de expansão física das metrópoles e mantiveram-se com elevado padrão de crescimento.

Ao longo das décadas da segunda metade do século passado, essas metrópoles estenderam-se por áreas contínuas de ocupação, agregando municípios vizinhos num mesmo complexo de relações, configurando densas regiões urbanizadas, nas quais o célere padrão de crescimento populacional dos pólos, que passaram a assumir seletivamente funções mais qualificadas, cedeu lugar ao crescimento elevado dos municípios periféricos, constituindo espaços nitidamente desiguais. (MOURA; DELGADO; DESCHAMPS; CARDOSO, 2004, p. 01).



Na visão de Neira Alva (1997, p. 14) os assentamentos periféricos representam a acumulação de uma reserva de mão-de-obra de baixo custo bem como novas fontes de demanda de bens e serviços que, considerando o volume, tem significação econômica.

O Brasil urbano do início do terceiro milênio é marcado por uma enorme diversidade de situações e dinâmicas urbanas. Metrôpoles e centros regionais parecem continuar sendo o destino inevitável da população jovem – homens e mulheres – de pequenas cidades do interior. De outro lado, o esvaziamento demográfico de zonas rurais e pequenas cidades persiste, constituindo juntamente com os assentamentos precários nas cidades em expansão, o lócus da pobreza e precariedade urbanística. (ROLNIK, 2004, p. 22)

2.1.4 Aglomerações Urbanas

O extravasamento dos centros urbanos sobre seu entorno próximo configura mais um desenho urbano significativo no atual momento da questão urbana, ao qual se denomina de aglomerações urbanas. Estas áreas possuem um desenho disforme e que não permite a fácil distinção de fronteiras político-administrativa, arrastando em sua expansão uma variedade de problemas que também já não tem distinção de pertencimento.

A urbanização brasileira acelerada nas duas últimas décadas intensificou a interiorização do fenômeno urbano, a urbanização das áreas de fronteira econômica, o crescimento das cidades médias, a periferização dos centros urbanos, com destaque para a formação e consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não-metropolitano. “Tais manifestações resultam do processo de reestruturação econômica em curso no país, cujos impactos se fizeram sentir, sobremaneira, na estrutura do emprego urbano e na dinâmica migratória”. (MOTTA; AJARA, 2001, p. 06)

Moura (2004, p. 89) afirma que:

A aglomeração, ao materializar de modo mais nítido os processos de reestruturação produtiva, assume um novo desenho. Passa a constituir cidades únicas, densas e fragmentadas, que se esparramam incorporando centros vizinhos, ou articulam-se descontinuamente em redes conexas. Em qualquer dos casos, conformando-se sobre um mosaico de unidades político-administrativas autônomas e dotadas de interesses próprios.



Ainda segundo Moura (2004, p. 39) nas primeiras décadas deste século as grandes aglomerações eram consideradas verdadeiras ilhas de prosperidade sendo concebidas como expressão de poder, de centros irradiadores de desenvolvimento.

Para o IPEA (2000, p. 68) as aglomerações urbanas de caráter metropolitano, segundo sua importância econômica e funcional, possuem abrangência nacional caracterizando-se por uma mancha de ocupação derivada do processo de periferização diretamente polarizado pela metrópole envolvendo tanto municípios limítrofes com contigüidade, continuidade, como até mesmo descontinuidade de ocupação. “Apresentam população urbana e densidade demográfica elevadas, forte articulação econômica, intenso fluxo de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e população ocupada em atividades urbanas”. (IPEA, 2000, p. 68)

Já nas aglomerações urbanas não metropolitanas a complexidade da rede urbana pode ser reconhecida genericamente da seguinte forma: de um lado capitais e regiões de localização industrial tradicional que apresentam um padrão de urbanização próximo das grandes metrópoles nacionais, devido à queda da participação da produção industrial aliada à redução do emprego público e de investimento dos governos estaduais. Por outro lado, regiões que se beneficiam da renda gerada no setor agroindustrial privilegiados pela nova localização industrial e que tiveram a possibilidade de internalizar várias atividades e equipamentos de maior complexidade voltados à população de poder aquisitivo acima da média. (MOTTA; AJARA, 2001, p. 21)

O acúmulo de demandas nas aglomerações urbanas e nos grandes centros urbanos brasileiros exige profunda reformulação de dezenas de políticas de intervenção que visam seu equacionamento. Nesta reformulação, assume importância estratégica o planejamento do desenvolvimento regional e urbano, que deve ser o eixo estruturador das demais políticas públicas, especialmente as políticas territoriais. (IPEA, 2001, p. 115)

2.1.5 Metropolização

“A metropolização pode ser compreendida como um momento de maior complexidade do processo de urbanização; um fenômeno que se refere muito mais aos modos de vida e de produção que à própria dimensão territorial das metrópoles”. (MOURA; DELGADO; DESCHAMPS; CARDOSO, 2004)



Para Negreiros (2001, p. 81) “A constituição de áreas metropolitanas, com pólos definidos pela concentração de atividades comerciais e serviços diferenciados, e com periferias com funções residenciais e industriais, é um fenômeno recente de nossa história”.

Na história da urbanização brasileira o processo de metropolização é determinado, primeiramente, pela forte migração com fluxos populacionais no sentido rural/urbano, iniciada nos anos 50 e que tem continuidade com o crescimento urbano extensivo e acelerado, através do deslocamento contínuo das margens urbanas (entre campo e cidade). Este processo desenhou um território semelhante a uma mancha de óleo, com um centro e uma periferia de forma tentacular em contínua expansão. Esta mancha urbana, porém, apresenta vazios e áreas sub-ocupadas, deixadas como reserva de valor, levando a gastos públicos adicionais em infra-estruturas e serviços urbanos nas novas áreas ocupadas.

Em geral, o crescimento desta mancha seguiu os eixos viários que possuíam uma pequena oferta de infra-estrutura básica e serviços urbanos. Como resultado deste processo ocorre a periferação das cidades grandes e médias, a segregação espacial acompanhada da favelização e deterioração dos espaços com infra-estrutura urbana além da conurbação e o surgimento das cidades-dormitório. Acontece ainda a especialização das funções urbanas. (NEGREIROS, 2001, p. 81 e LACERDA; MENDES ZANCHETI; DINIZ, 2000)

A metropolização completou-se pela conurbação dos núcleos urbanos tradicionais à cidade central. Nesse momento, o antigo território, composto de várias urbanizações, com qualidades distintas de tempo, espaço e processos culturais, tornou-se um território com uma única urbanização em termos físicos - a cidade estendida -, mas contendo inúmeras formas de ocupação urbana, isto é, criou-se uma unidade que manteve a diversidade dos diversos tipos de ocupação histórica. (LACERDA; MENDES ZANCHETI; DINIZ, 2000, s.p.)

Segundo Lacerda, Mendes Zancheti e Diniz, (2000) esse modelo de metropolização penalizou fortemente os centros históricos da cidade central, que deixaram de concentrar as principais atividades econômicas e de decisão, além das infra-estruturas e serviços urbanos, sofrendo um processo de abandono gradual das atividades de prestígio do setor comercial e de serviços. Além disto, também deixaram de ser áreas residenciais para grupos sociais abastados, sofreram uma desvalorização do patrimônio construído e com ele, a própria identidade do cidadão metropolitano, “uma vez que esses centros constituíam um importante referencial



histórico e cultural. O resultado é que ficaram como lembranças que não se materializavam enquanto espaços comunitários” (LACERDA, MENDES ZANCHETI E DINIZ, 2000, s.p.). Tendo como conseqüência, ainda, a perda do valor social.

“No século XX, os processos de urbanização, industrialização e divisão do trabalho fazem as cidades cada vez maiores, mais especializadas e diferenciadas internamente”. (BRAGA e CARVALHO, 2000, p. 03)

A cidade expandida, resultante do intenso e desorganizado crescimento populacional, gera demandas que dificilmente podem ser atendidas pelo poder público local, além do que, esta ocupação extrapola os espaços formais da cidade.

O atual desenvolvimento das tecnologias de comunicação aliado à facilidade de locomoção e aos problemas de exclusão social existentes nas grandes metrópoles fazem com que a sua ocupação se expanda sobre áreas administrativas que não lhe pertencem. Essa expansão leva aos municípios vizinhos problemas referentes a ocupações irregulares, falta de infra-estrutura e serviços públicos e degradação ambiental, que superam, em muito, a sua capacidade de solução, além de serem problemas alheios a sua dinâmica interna.

O modelo de organização do espaço, na fase inicial de formação das metrópoles brasileiras, baseava-se na existência de um centro e uma periferia, definindo uma forma específica de apropriação social, econômica e política do território. O centro concentrava as principais atividades econômicas, públicas ou privadas, as infra-estruturas urbanas e as áreas habitacionais de mais alto nível de renda. A periferia servia para abrigar a massa da população migrante, de baixa renda. Eram formadas por meio de invasões, loteamentos populares e/ou clandestinos, conjuntos habitacionais e outras formas típicas de ocupação das grandes cidades dos países periféricos. (LACERDA; MENDES ZANCHETI; DINIZ, 2000, s.p.)

Depois disso, entre as décadas de 70 e 80 ocorre a substituição das antigas estruturas construídas e a criação de novas áreas centrais. Apesar da fragmentação de continuidade espacial, resultante dos espaços livres que existem entre núcleos urbanos conturbados, a metrópole representa um conjunto articulado e hierarquizado, cuja organização parte de um núcleo que se articula espacial, econômica, política e culturalmente a outros núcleos urbanos com os quais estabelece uma relação de dependência ou complementaridade. (LACERDA; MENDES ZANCHETI; DINIZ, 2000)

Para Grostein (2001, p. 14)

A significativa concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras tem como expressão um espaço dual: de um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, o seu contraponto



absoluto, a cidade informal relegada dos benefícios equivalentes e que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana que a constitui, exacerbando as diferenças sócio-ambientais. A precariedade e a ilegalidade são seus componentes genéticos e contribuem para a formação de espaços urbanos sem atributos de urbanidade.

2.2 INTER-RELAÇÕES URBANAS

Tendo tratado dos fenômenos urbanos inerentes ao crescimento das cidades e suas conseqüências, para que seja possível entender melhor a área objeto desta pesquisa, faz-se necessário delinear o contexto das relações existentes em áreas urbanizadas do entorno de um grande centro.

Como visto anteriormente, as cidades já não se contém em seus limites administrativos, expandindo-se sobre áreas vizinhas formando grandes manchas urbanizadas e disformes que dificultam sobremaneira sua administração.

Segundo Ultramari e Moura (1994, p. 40), as demandas já não são particulares de uma cidade, questões como abastecimento de água ou disposição final do lixo, podem ter sua solução locada em município diferente de onde se encontra a maioria da população consumidora. A administração destes serviços passa então a ser de interesse de mais de uma unidade administrativa. “São várias unidades administrativas autônomas, com poder de decisão e atuação independentes, que deverão enfrentar de forma conjunta a solução de problemas que perpassam limites territoriais”. (ULTRAMARI; MOURA, 1994, p. 40)

Nos capítulos que se seguem são abordados temas como: centralidade, polarização, região de influência e redes de cidades, sendo estas questões relativas ao aqui denominado inter-relações urbanas.

2.2.1 Centralidade

Ao tratar anteriormente a questão da metropolização, viu-se que à medida que um grande centro urbano se expande sobre outros menores, dentro de um processo de migração e crescimento desordenado, ao mesmo tempo em que atrai grandes contingentes populacionais para estes núcleos, os expulsa para seus arredores menos estruturados. Isto gera um círculo vicioso que faz com que parte



desta população excluída retorne freqüentemente ao pólo em busca de trabalho e serviços públicos. Todo este processo acaba configurando fortes relações entre este núcleo urbano central, maior e mais bem estruturado e seu arredor, composto de cidades menores e com deficiências de serviços e infra-estrutura. Remete-se assim à questão centro/periferia.

Segundo Andrade (1979, p. 96) a Teoria do Lugar Central (Losch, 1954 e Christaller, 1966), originalmente buscou entender a distribuição espacial das atividades como a oferta de bens e serviços, confrontada com a demanda de consumidores dispersos pelo espaço, gerando áreas de mercados para estas atividades terciárias e ainda como a concorrência de seus ofertantes pode determinar a hierarquia das atividades econômicas dos lugares centrais.

Segundo o IBGE, (2000, p.17) a centralidade de uma localidade resulta da importância dos bens e serviços oferecidos, portanto, quanto maior o número de suas funções, maior a centralidade e a área de influência, bem como o número de pessoas por ela atendidas.

Na visão de Brandão (2004, p.51), embora a atração exercida pelos pontos nodais, contemple a necessária interdependência entre distintas áreas, baseia-se “na heterogeneidade, na hierarquia e no exercício unilateral do poder e da potência do “centro” sobre algum tipo de ‘periferia’”. Desta forma os centros hierarquicamente superiores tendem a possuir estruturas complexas de serviços, infra-estruturas, comercialização, consumo, gestão, controle e poder político e cultural, dificultando assim que suas forças concentradoras sejam revertidas ou contrabalançadas.

Para Lemos; Diniz; Guerra e Moro (2003), a possibilidade de reprodução de regiões e desenvolvimento de economias regionais acontece à medida que o espaço econômico tende a se organizar no entorno de vários lugares centrais. Este processo também é possível do ponto de vista intra-regional, onde podem se desenvolver lugares centrais diferenciados, por ordem de tamanho e funcionalidade na oferta de bens, moldando sistemas urbanos hierarquizados.

Configura-se, assim, uma hierarquia nodal urbana, formada pelo centro de maior tamanho, que exerce a função de suprir serviços especializados a centros menores em seu entorno, especialmente os serviços ofertados para o setor produtivo regional, que exigem uma escala urbana mínima relativamente elevada (LEMOS; DINIZ; GUERRA E MORO, 2003, p.668).



Segundo Lemos (2004, p.3):

Uma vez que as forças de atração favoreçam uma região em detrimento de outra, estabelece-se um processo de concentração de fatores e de produção de bens no espaço - o centro -, cujas relações de troca com a região desfavorecida, a periferia, recria a dinâmica centro-periferia.

As cidades são partes integrantes de um sistema ou de uma rede de cidades, que tem como característica a organização hierarquizada dos centros urbanos. Este sistema de cidades é necessário para a organização do espaço geográfico de uma região.

Esta hierarquização é baseada no tamanho, na qualidade funcional e na extensão da zona de influência espacial das aglomerações urbanas, as quais mantêm laços de interdependência entre elas e também com as regiões que as popularizaram dentro de um território. Os fluxos existentes, sejam de qualquer natureza, entre pontos deste território são comumente chamados de rede urbana. (IPEA, 2001, p.259)

A teoria dos lugares centrais busca explicar a hierarquia da rede urbana, questionando o tamanho, as funções econômicas e a localização da cidade do espaço dado. Esse problema foi abordado por vários pensadores do século 19, mas só foi formalizado mais recentemente por Christaller (1966) e Losch (1954). Segundo essa teoria, a localização das atividades básicas induz a organização do sistema hierarquizado de cidades. (IPEA, 2001, P. 259)

Segundo o IBGE (2000, p.14) a rede estabelecida pelo fluxo entre os lugares centrais e sua área de influência, é resultado da relação entre o serviço ou bem procurado e a distância que ele se encontra. Quanto mais elementares e de maior frequência forem estes bens ou serviços menor a distância percorrida para obtê-los, já serviços ou bens sofisticados, raros ou escassos poder gerar deslocamentos de grandes contingentes de pessoas por distâncias consideráveis.

“O lugar central, o núcleo urbano original, constitui-se no elemento organizador da curva de oferta e demanda de bens no espaço, que delimita a área de mercado em que ocorre forte intensidade do fluxo de trocas, em uma área geográfica espacialmente delimitada”. (LEMOS; DINIZ; GUERRA; MORO, 2003, p.667)



2.2.2 Polarização, Movimento Pendular e Região de Influência

Este processo de atração de centros menores e menos especializados, por um centro maior, promotor de um movimento pendular em busca de serviços, visto anteriormente, pode ser entendido como “polarização”.

Os lugares centrais de maior porte e densidade urbana possuem um entorno que podemos chamar de área de influência, determinado pelo fluxo de pessoas que se deslocam em sentido a este centro em busca de atividades especializadas não exportáveis. (LEMOS; DINIZ; GUERRA; MORO, 2003, p.669)

Segundo Beaujeu-Garnier (1997, p. 461)

Muitos laços se tecem entre uma cidade e sua região. Esses laços correspondem as diferentes formas de relação de tutela; sobrepõem-se, combinam-se, sem no entanto estarem necessariamente todos representados. O conjunto constitui a zona de influência que se estende até onde penetram as diversas formas de relação com a cidade. Porém, essas relações não são todas da mesma natureza, nem da mesma intensidade.

A forte complementaridade produtiva estabelecida via trocas intra-regionais de insumo-produto, supõe um nível de polarização do pólo irradiador de demanda induzida no espaço suficiente para estabelecer a constituição de uma região. O resgate do urbano como organizador do espaço regional, pode ser feito pela extensão da idéia de polarização da indústria motriz para a de centro urbano polarizador da produção e consumo, ou seja, aquele que exerce a função de lugar central de ordem superior na rede urbana regional. (LEMOS, 2004, p.06)

De forma sucinta a questão da polarização demonstra a existência de uma força de interação entre os nós (centros com autonomia de decisão) em torno dos quais gravitam espaços “satelitizados”, com baixa autonomia, refletindo a concentração e centralização do capital e de seus desdobramentos no espaço.

O capitalismo continuamente desenha e redesenha “novas geografias”, produzindo novas escalas, novos pontos nodais, rearranjando as forças da polarização, da heterogeneidade e da dominação regionais. Muda o padrão de articulação da diversidade regional. Mudam os núcleos dinâmicos de comando que exercem diferentes espécies de atratividade e dominação e geram estratégicos pontos, eixos e nós de maior ou menor potência reprodutiva e capacidade de apropriação. (BRANDÃO, 2004, p.52)

A especialização das atividades e a variedade de funções de uma cidade, que atende não só sua população, mas também as populações da sua área de influência



determinam sua relação com os centros secundários, e conseqüentemente sua posição na hierarquização da rede de cidades.

Esta hierarquia, além de significar que centros principais possuem bens e serviços de maior raridade e maior valor, frequentemente estão associadas também ao tamanho populacional das cidades. (HARDT; HARDT, 2004 e BRAGA; CARVALHO, 2004)

A rede hierarquizada de cidades demonstra o processo de dominação econômica entre as regiões, pois, de forma geral, como afirma Brandão (2004, p.52), a polarização deriva dos processos de concentração e centralização do capital e de seus desdobramentos no espaço.

Desta forma,

O capitalismo continuamente desenha e redesenha “novas geografias”, produzindo novas escalas, novos pontos nodais, rearranjando as forças da polarização, da heterogeneidade e da dominação regionais. Muda o padrão de articulação da diversidade regional. Mudam os núcleos dinâmicos de comando que exercem diferentes espécies de atratividade e dominação e geram estratégicos pontos, eixos e nós de maior ou menor potência reprodutiva e capacidade de apropriação. (BRANDÃO, 2004, p.52)

Segundo Andrade e Serra (1998, p.20) entre as décadas de 70 e 90 o crescimento econômico de cidades médias brasileiras demonstrou estimativas de coeficientes maiores para cidades metropolitanas, menores para as cidades não metropolitanas vinculadas a região metropolitana e coeficientes intermediários para as cidades não metropolitanas isoladas. Esses números teriam relação direta com o distanciamento físico e econômico apresentado em relação à região metropolitana.

Se houver proximidade, a polarização exercida pela região metropolitana prejudica o desempenho produtivo da cidade, provavelmente pela concorrência desempenhada pelas atividades existentes na região. Se mais afastada, portanto menos sujeita aos efeitos de polarização da metrópole, maiores serão as chances de crescimento pela expansão das atividades desenvolvidas nestas cidades médias não-metropolitanas isoladas. (ANDRADE; SERRA, 1998, p.20)

Enquanto as grandes cidades assumiram funções de direção, gestão, financiamento de investimentos, promovendo intercâmbio de conhecimento e cultura, as cidades da periferia das aglomerações metropolitanas assumiram, por sua vez, a função de produção.

À medida que cresce a importância econômica da metrópole, seu poder de influenciar outras economias atinge espaços cada vez maiores: enquanto a região metropolitana pode ocupar territórios num raio de



centenas de quilômetros, as áreas de influência da metrópole podem estender-se ao mundo inteiro. (NEIRA ALVA, 1997, p. 03)

O surgimento das regiões está inserido, historicamente, no contexto do desenvolvimento desigual da economia capitalista. Este formato de desenvolvimento confere particularidades às formas de reprodução do capital gerando polaridades e favorecendo uma região em detrimento de outra - campos de forças - desigualmente distribuídas no espaço, concentrando fatores de produção de bens no espaço – centralidades – as quais são estruturas de dominação fundadas na assimetria e na irreversibilidade. Estas relações de troca com a região desfavorecida - a periferia - recriam a dinâmica centro-periferia.

O argumento principal é de que as forças econômicas de atração e repulsão atuam de forma desigual, no espaço, por meio de um processo cumulativo recorrente dos investimentos em capital fixo concentrados na área central. (LEMOS 2004, p.03; BRANDÃO, 2004, p.51)

Na visão de Lemos (2004, p.04) mesmo que a teoria vislumbre uma eventual reversão deste movimento de polarização espacial, não existem indicações de que ocorrerá uma convergência inter-regional absoluta do nível de desenvolvimento.

Para Brandão (2004, p.51) o estudo da polarização investigando as complementaridades e as hierarquias do processo, é fundamental para a estruturação dos estudos regionais e urbanos, pois pode esclarecer o potencial diferenciado de determinados espaços.

Este entendimento pode ser alcançado através da análise do alcance e a esfera de influência do pólo, a identificação das interdependências das atividades e decisões dos agentes econômicos, além da compreensão do arranjo de forças centrais, dos núcleos de mais alto nível (pólos de onde emanam decisões cruciais) e sua repercussão em seus complementos periféricos.

Neste mesmo sentido, são significativas as pesquisas dos deslocamentos de população no espaço intra-metropolitano – o movimento pendular – pois possibilitam a identificação do grau de coesão interna do espaço metropolitano e o tipo de estrutura em que se inserem, a exemplo do tradicional modelo núcleo/periferia ou da metrópole polinucleada ou ainda em estruturas mais complexas de diferentes denominações. (CASTELLO BRANCO, 2006, p. 01)



Segundo Moura, Castello Branco e Firkowski, (2005, p. 125) Na década de 70, Davidovich e Lima (1975), utilizaram o movimento pendular como um dos critérios para definir “integração entre municípios de uma mesma aglomeração urbana”, utilizando como parâmetro o percentual de pessoas residentes que trabalham fora do município em relação ao PEA (População Economicamente Ativa).

As informações sobre deslocamentos domicílio-trabalho/ estudo constituem importante referencial para a análise dos processos de metropolização e expansão urbana. Na atualidade, verifica-se que esses deslocamentos ocorrem entre distâncias cada vez maiores entre a origem e o destino, revelando o avanço do processo de ocupação do espaço das aglomerações urbanas. As centralidades dessas áreas tornam-se nítidas e permitem a identificação de processos seletivos de uso e apropriação do espaço, com segmentação dos locais de moradia e de trabalho. (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, pág. 121)

2.2.3 Redes de cidades

O termo “rede de cidades” é uma constante na discussão das inter-relações urbanas, uma vez que as cidades não são independentes, mantendo entre si relações, principalmente as econômicas. “Uma cidade, principalmente as menores, não pode prover todos os bens e serviços necessários à vida de sua população”. (BRAGA; CARVALHO, 2004, p.13)

Segundo Moura e Werneck (2001, P.26):

Qualquer tipo de fluxo – das mercadorias às informações – pressupõe a existência de redes, cuja primeira propriedade é a capacidade de conexão, de ligação. Assim, o conceito de rede, consagrado e antigo, é recorrentemente acionado, dado que a multiplicação das redes passa a caracterizar as relações de uma sociedade que se organiza sob estratégias de circulação e comunicação, pautadas, cada vez mais, na instantaneidade e simultaneidade.

O fundamental, quando tratamos de redes, é o entendimento de que estas são instrumentos viabilizadores de circulação e comunicação às quais, por sua vez, são essenciais na organização do espaço. Esta organização espacial é composta, por um lado, por elementos fixos, resultantes do trabalho da sociedade como cidades, casas, indústrias, entre outros. Por outro lado, pelos fluxos, de pessoas, de dados, produtos, dentre outros que estabelecem interações entre os fixos, dando origem às redes. (IBGE, 2000, p. 13)

Segundo o IBGE (2000, p.13):



... é primordial a percepção de que as redes são instrumentos viabilizadores da circulação e da comunicação e estas, por seu turno, são de fundamental destaque na organização do espaço. A organização espacial é revelada, por um lado, pelos elementos fixos -cidades, casas, fazendas, portos, indústrias, etc.- fruto do trabalho social dos homens. Por outro lado, o entendimento de que a organização é complementada pelos fluxos que estabelece interações entre os mencionados fixos, originando as redes.

É possível então conceituar a rede urbana como um conjunto de centros urbanos interligados entre eles por fluxos de bens, serviços, informações e pessoas. Isto, porém, não acontece de forma homogênea, pois algumas cidades possuem bens e serviços de maior raridade e de maior valor, formando assim, um sistema hierarquizado.

Essa hierarquia se justifica em função da dependência dos centros menores ou secundários em relação aos centros maiores, os quais possuem bens e serviços de maior raridade e de maior valor, no que diz respeito ao fornecimento de bens e serviços necessários à sua população estabelecendo relações dinâmicas entre si de diferentes magnitudes. De acordo com esta capacidade e qualidade de oferta, as cidades ocupam posições mais ou menos elevadas na hierarquia da rede urbana, estando esta hierarquia freqüentemente associada ao tamanho de uma cidade. (BRAGA; CARVALHO, 2004, p. 13 e 14 e MOTTA; AJARA, 2001, p.10).

É consenso entre vários autores a importância de estudos referentes à rede urbana para proposição de políticas públicas.

Os estudos sobre a rede urbana são fundamentais para compreendermos a completa dimensão da cidade e o processo de urbanização. Não basta olhar para a cidade em si, é preciso contextualizá-la regionalmente, o entendimento dos nós e das relações estabelecidas entre eles, possibilita a proposição de políticas públicas de desenvolvimento, pois estas interações determinam não só a situação presente, mas também sua evolução. (BRAGA; CARVALHO, 2004, p.13 e 14 e MOURA; WERNECK, 2001, p.27).

“São essas interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, cuja compreensão é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas”. (MOTTA; AJARA, 2001, p.10)



2.3 REGIÕES METROPOLITANAS

Regiões Metropolitanas são áreas que associam um grande núcleo ou metrópole aos municípios contíguos de forma conurbada ou não. Na definição de Braga e Carvalho, (2004, p.08) “Uma região metropolitana é um aglomerado urbano composto por vários municípios administrativamente autônomos, mas integrados física e funcionalmente, formando uma mancha urbana praticamente contínua”.

Segundo Koga e Nakano (2005, p.09)

As cidades metropolitanas apresentam configurações próprias que exigem abordagens e vetores próprios de entendimento. Nesse sentido, a análise sobre as desigualdades sócio-territoriais intra-urbanas e as diferenciações internas são fundamentais para orientar respostas das políticas públicas.

No Brasil as regiões metropolitanas foram instituídas legalmente no início da década de 70, durante o regime militar, com o intuito de resolver questões de âmbito regional, mas que, justamente por terem sua imagem associada à centralização de poder, perdem força com a Constituição de 1988.

Durante a segunda metade do século passado as metrópoles que eram capitais de estados sofreram um processo de crescimento sobrepondo-se aos municípios do seu entorno próximo, intensificando a urbanização e alterando o padrão de crescimento populacional, antes mais acelerado nos pólos, fazendo com que os municípios periféricos passassem a ter um crescimento elevado. (MOURA; DELGADO; DESCHAMPS; CARDOSO, 2004, p.01)

Nestes casos, onde ficam configuradas regiões contínuas de ocupação, a gestão urbana requer que os sistemas e serviços de atendimento à população sejam tratados de forma compartilhada entre os municípios. Porém a Constituição Federal de 1988, ao fixar as atribuições dos municípios não os distinguiu segundo sua dimensão, localização geográfica, população ou desenvolvimento econômico e social. (GOUVÊA, 2004, p.37 e BRASIL, 2004, p.137)

O princípio que norteia a perspectiva de institucionalização do município metropolitano pode ser traduzido em duas metas: promover uma definição clara das funções que são de interesse estritamente local e das que objetivam atender a demandas plurimunicipais; e estabelecer uma ambiência que leve as municipalidades a se unirem para planejar, executar e administrar, com mais eficiência e em bases democráticas, as funções de corte metropolitano. (GOUVÊA, 2004, p.42)



A perspectiva regional territorial é necessária para dar conta das questões urbanas em regiões onde a cidade se irradia para além dos limites municipais, tornando complexos problemas como habitação, saneamento e mobilidade. (KOGA; NAKANO, 2005, p.09)

A escala reduzida dos municípios de pequeno porte revela dimensões urbanas que a escala das cidades metropolitanas ocultam. Por sua vez, estas últimas revelam interações urbanas e aspectos qualitativos que se mostram somente nos contextos de grandes quantidades, de grandes números. Os fenômenos que atravessam esses diferentes tipos de cidades pautam as políticas públicas e as articulações regionais de modo totalmente distinto. (KOGA; NAKANO, 2005, p.09)

Mesmo antes de existir base legal e jurídica para a criação das regiões metropolitanas no Brasil, já existiam experiências embrionárias de administrações metropolitanas. (ROLNIK; SOMEKH, 2000, p.85) A partir da Constituição de 1988, os próprios estados puderam, de acordo com suas peculiaridades regionais e com o capital disponível, criar suas regiões metropolitanas, que até então eram criadas apenas pelo Governo Federal. (BRAGA; CARVALHO, 2004, p.08 e ROLNIK; SOMEKH, 2000, p.85)

Segundo Rolnik e Somekh (2000, p.85)

A regulação federal só veio com a Constituição de 1967 e com a emenda Constitucional nº. 1 de 1969. Devido a disputas políticas, a regulação só ocorreu em 1973, com a promulgação da Lei Federal Complementar nº. 14, sendo institucionalizadas as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

Os critérios utilizados para a definição das regiões metropolitanas eram baseados no tamanho da população aglomerada, na extensão da área urbanizada sobre o território de mais de um município, na integração econômica e social do conjunto e na complexidade das funções desempenhadas. A crise fiscal e a redemocratização acontecida na década de 80 agravaram as diferenças entre o modelo de gestão e o governo real das metrópoles. Como consequência disso, as entidades metropolitanas são relegadas a segundo plano ou até mesmo extintas. (ROLNIK; SOMEKH, 2000, p.85 e 86).

A concentração econômica e demográfica das regiões metropolitanas amplia sobremaneira seus problemas, e é no aspecto social que se destacam as maiores desigualdades tornando evidente a diferença entre espaços metropolitanos e não



metropolitanos e mesmo entre os municípios metropolitanos e seu pólo. (MOURA; DELGADO; DESCHAMPS; CARDOSO, 2004, p.08).

A importância das RMs brasileiras na economia nacional se confirma na participação do conjunto de unidades no mercado de trabalho e na renda. No ano 2000, segundo o IBGE (2001) esse conjunto detinha 43% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil, 42% do total das pessoas ocupadas (PO) e 49% das pessoas ocupadas na indústria de transformação, reproduzindo de forma ainda mais acentuada o padrão concentrador da população. Além desta grande concentração da força de trabalho, mais da metade da massa de rendimento, auferida pelas pessoas, que circulou no país em 2000, estava presente nas RMs (56,6%). Esse forte papel concentrador das RMs não significa, no entanto, que todo o conjunto se beneficie igualmente. (MOURA; DELGADO; DESCHAMPS; CARDOSO, 2004, p.07)

Um dos aspectos que tem papel fundamental no processo de crescimento demográfico das grandes cidades e das regiões metropolitanas são as migrações.

Segundo Bremaeker (2000, p.04) uma pesquisa realizada com prefeitos em relação à influência da migração no crescimento das cidades demonstrou que 87,2% dos mesmos afirmaram existir um forte processo migratório em direção às suas cidades, observando que quanto maior o grau de pobreza das áreas de origem ou menor atenção do poder público direcionado a estas populações, maior e mais contínuo o deslocamento em direção às grandes cidades.

É possível observar um processo de desaceleração no ritmo de crescimento demográfico das regiões metropolitanas e ao mesmo tempo destacar um forte deslocamento da população dos municípios núcleo para os municípios das periferias metropolitanas. Vários fatores podem ser enumerados para explicar esse processo, entre eles um menor custo da terra, e a facilidade de transporte para acesso aos serviços de saúde e educação além da proximidade do mercado de trabalho, somam-se a isso o maior controle do uso da terra urbana e o elevado custo dos espaços ainda disponíveis.

Em razão destes fatos, deve-se pensar num planejamento global para as regiões metropolitanas, atuando-se não apenas nos municípios-núcleo, mas dando-se especial atenção para os municípios das periferias metropolitanas, para onde estão sendo 'empurrados' os mais pobres. (BREMAEKER, 2000, p.19)

Os problemas das regiões metropolitanas são os mesmos em toda parte, carência de serviços de infra-estrutura urbana e serviços sociais, déficit habitacional, subemprego e desemprego além de aumento da criminalidade tendo como reflexo



áreas de ocupação irregular que provocam danos ao meio ambiente. (BREMAEKER, 2000, p.05)

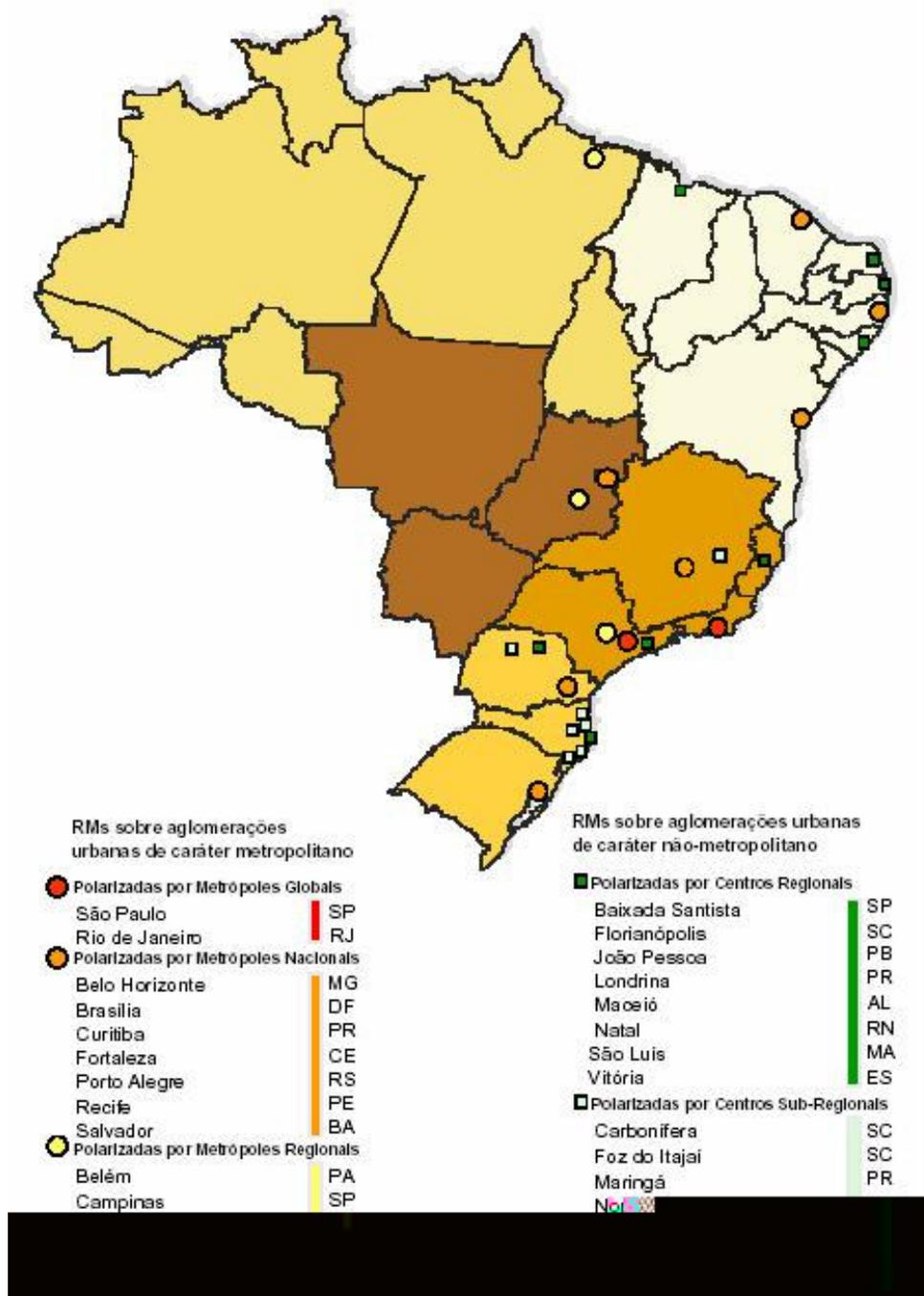
GOUVÊA (2001) afirma que:

“A crise econômica e o processo de desconcentração industrial registrado na década de 80 tornaram as regiões metropolitanas o *locus* mais notável da pobreza e da exclusão social. Pode-se dizer, mesmo, que a questão social no Brasil de hoje é, acima de tudo, uma questão metropolitana”.

Neste sentido Souza (2003, p.148) considera que as três esferas de governo e seus legislativos, assim como o setor privado, organizações não-governamentais e diversos segmentos da sociedade civil, têm seu papel, já desempenhados nas cidades, multiplicado pela quantidade de interesses econômicos, sociais e políticos que convivem ou que entram em conflito nas regiões metropolitanas.

O Ministério das Cidades, em seu guia para elaboração de planos diretores, coloca que, em 2004, o Brasil tinha 27 regiões metropolitanas oficialmente reconhecidas (Figura 01), concentrando 453 municípios onde vivem cerca de 70 milhões de habitantes, sendo estas, dimensões que comportam uma realidade muito diversificada. (BRASIL, 2004, p.39)





Fontes: IPEA/IBGE/UNICAMP, IPARDES

Figura 01 – Regiões Metropolitanas Institucionalizadas – 2004



2.4 GESTÃO URBANA

Para Rezende e Castor (2005, p. 27) a gestão urbana pode ser entendida como a gestão da cidade e tem como objetivo propiciar melhores condições de vida dos cidadãos, através de qualidade da infra-estrutura e de serviços



de periferias urbanas conforma e acentua a exclusão social". (MOURA; KLEINKE, 1999, p.23)

Para Grostein (2001, p.14)

Deve-se estar atento para esse processo, pois a sustentabilidade do aglomerado urbano/metropolitano, em sua componente físico-urbanística, relaciona-se com as seguintes variáveis: a forma de ocupar o território; a disponibilidade de insumos para seu funcionamento (disponibilidade de água); a descarga de resíduos (destino e tratamento de esgoto e lixo); o grau de mobilidade da população no espaço urbano (qualidade do transporte público de massa); a oferta e o atendimento às necessidades da população por moradia, equipamentos sociais e serviços; e a qualidade dos espaços públicos. Dessa forma, as políticas que sustentam o parcelamento, uso e ocupação do solo e as práticas urbanísticas que viabilizam estas ações têm papel efetivo na meta de conduzir as cidades no percurso do desenvolvimento sustentado.

O Estatuto da Cidade renovou a discussão sobre reforma urbana, deixando claro que não apenas o acesso à habitação deve ser focado, mas também a qualidade de vida urbana, alcançada através dos equipamentos sociais, infraestrutura urbana e principalmente através da gestão democrática das cidades. (LAMPARELLI, 1999, p.230)

Segundo Riva (p.266)

Os esforços para melhorar a administração governamental nas cidades envolvem atividades tais como a promoção de processos de participação, o estabelecimento de parcerias eficazes com e entre todos os atores da sociedade civil, principalmente os setores privado e comunitário, a garantia de uma participação ativa mais eficaz por parte dos governos locais, com maior autonomia financeira e legislativa, e a reorganização de instituições com pouca capacidade de resposta e de estruturas burocráticas.

A política urbana deve objetivar a melhoria da qualidade de vida da população primando por gerenciar de forma eficiente as especialidades da grande cidade, entre elas a gestão das redes técnicas como transportes, malha viária, coleta de lixo, distribuição de eletricidade, água e saneamento. (IPEA, 2001, p. 335)

Inúmeros fatores tornam muito difícil a gestão dessas infra-estruturas. O crescimento rápido da população urbana ocorre principalmente nas áreas periféricas onde se concentra populações de baixa renda muitas vezes sacrificadas em proveito das classes médias, que se beneficiam das novas instalações e serviços urbanos. Além disso, a expansão urbana raramente ocorre de maneira contínua. As descontinuidades espaciais são frequentes e as densidades de ocupação dos espaços periféricos das grandes cidades latino-americanas são muito baixas. E isso tende a encarecer o custo de instalação, de operação e de manutenção das redes técnicas. (IPEA, 2001, p. 335)



A gestão urbana deve também ter como metas a melhoria na administração dos assuntos supra-municipais, a formação de associações e consórcios municipais, o fortalecimento e a recuperação de instituições estaduais voltadas aos problemas das regiões metropolitanas, buscando maior dinâmica, maior abrangência e participação. Sua avaliação deve considerar os aspectos institucionais, financeiros, legais e político-administrativos, relativos ao uso do solo e habitação, à infraestrutura urbana e aos serviços públicos. (MOTTA; MUELLE; TORRES, 1997, p.38)

Para Braga e Carvalho (2000, p.15) e Neira Alva, (1997, p.01) a cidade é uma totalidade e como tal não pode ser compreendida nem tratada de modo fragmentário, faz-se necessário, então, pensar no todo para encontrar os limites e as potencialidades das ações setoriais e de cada instrumento de gestão urbana.

2.5 GESTÃO METROPOLITANA

A questão das regiões metropolitanas, já abordada, tem sua problemática, enfatizada pela carência de infra-estruturas urbanas e serviços sociais, o déficit habitacional, pelo desemprego e pela ocupação de áreas irregulares, entre outros. Somente isto já indicaria a complexidade de sua gestão. Some-se o fato da fragilidade político-administrativa e econômica das mesmas. Pode-se, então, dimensionar a importância da proposição de políticas públicas para estas regiões.

Apesar da imagem das metrópoles em ser uma das maiores forças produtivas, uma das questões centrais no debate sobre a questão metropolitana, é a falta de sustentabilidade institucional, política e econômica.

Apesar do espaço político local enfrentar limitações em temas cuja territorialidade não se limita às fronteiras municipais como, por exemplo, a questão dos transportes, saneamento, água e energia, existe um movimento em prol da municipalização, principalmente de serviços e atendimento de necessidades básicas da população, das empresas e dos cidadãos em geral que de alguma forma relacionam-se com a região. (ROLNIK; SOMEKH, 2000, p.84 e LAMPARELLI, 1999, p.233)

Em termos legais, o município é um ente federativo autônomo, por força da Constituição de 1988, a qual buscou a democratização através da descentralização. Mas o atual quadro de crescimento urbano muitas vezes não permite que o governo



municipal cumpra seu dever de possibilitar condições adequadas de vida à sua população, garantindo a ela o direito a exercer sua cidadania.

Na visão de Dowbor (1999, p.20)

É no plano local que as políticas de saúde, de educação, de esportes, de cultura e outros podem ser articuladas em dinâmicas sinérgicas em torno da qualidade de vida do cidadão. É no plano local que podem ser cruzados o cadastro de desempregados e os estudos sobre recursos subutilizados para criar políticas de emprego. É também no plano local, onde os diversos atores sociais se conhecem, que as parcerias podem ser organizadas da maneira mais flexível.

Mas se as grandes cidades, no seu processo de crescimento, não respeitam seus limites administrativos, como as pequenas cidades do seu entorno próximo podem exercer sua autonomia?

A legislação brasileira, a despeito das variações de tamanho, função, poder econômico entre outros, considera como iguais todos os municípios, em termos de atribuições, sejam eles metropolizados ou não, pois, "A Constituição brasileira, ao fixar as competências dos municípios, não os distinguiu segundo quaisquer variáveis" (GOUVÊA, 2001, p.04).

Em contraponto às intenções de municipalização das políticas públicas é preciso levar em conta a existência de um grande número de regiões metropolitanas instituídas no país, e o fato de que a instituição metropolitana, apesar das dificuldades administrativas e políticas, é considerada por um significativo número de legisladores e lideranças políticas.

A ausência de políticas públicas metropolitanas tem contribuído para o aumento da desigualdade entre os municípios, dificultando a gestão pública, tornando necessária a definição clara das funções estritamente locais e daquela se que buscam atender demandas plurimunicipais. (GOUVÊA, 2004, p.45)

Gouvêa (2001, p.06) atribui a fragilidade no trato das questões de cunho metropolitano à dificuldade de compatibilização das ações públicas dos três níveis de governo que atuam nessas regiões, que na sua visão, não tem conseguido dar conta mesmo dos problemas de caráter estritamente local, pois à medida que as metrópoles ultrapassaram os limites territoriais dos municípios, tornam seus problemas ainda mais complexos. "Nessa situação, mesmo os problemas locais demandariam ações de planejamento, de algum modo compartilhadas por todas as



administrações locais envolvidas. Assim sendo, as soluções encontradas poderiam beneficiar a sociedade metropolitana como um todo”.

Para Moura, Delgado, Deschamps e Cardoso, (2004, p.13) além de a Constituição de 1988 não prever recursos financeiros específicos para as regiões metropolitanas, faltam instrumentos e mecanismos de gestão condizentes às suas necessidades, “pois ao transpor fronteiras político administrativas, tornam-se anacrônicos os instrumentos tradicionais de planejamento urbano”.

Fatos que se agravam diante da inexistência de uma identidade ou uma percepção da dimensão metropolitana, uma ausência da “consciência metropolitana”, que se configura na inexistência de pressão popular para a criação e implementação de programas e políticas pertinentes, reforçando a baixa prioridade política reservada ao tema (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2003).

Além disto, a Constituição de 1988, apesar de determinar a participação dos três entes federativos na provisão de políticas públicas, não criou mecanismos de cooperação entre eles. (SOUZA, 2003, p.151 e MOURA; DELGADO; DESCHAMPS; CARDOSO, 2004, p.14 e SOUZA, 2003, p.149)

A ausência de regras formais regulando as relações intergovernamentais não significa que essas relações não existam. Os governos locais e estaduais partilham vários impostos com o governo federal, os governos locais também partilham impostos com o governo estadual, assim como existem políticas públicas, principalmente educação fundamental e saúde, onde o governo federal aporta recursos para estados e municípios, de acordo com o que determinam emendas constitucionais promulgadas após a Constituição. (SOUZA, 2003, p.151)

O planejamento e a gestão metropolitana são gravemente dificultados pela fragmentação das estruturas governamentais responsáveis pelas funções públicas de interesse comum.

Como funções públicas de interesse comum entendem-se aquelas que extrapolam o âmbito da competência municipal e passam a ser de interesse comum a mais de um município: o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social, o controle do uso e da ocupação do solo, habitação, abastecimento de água, manejo de resíduos sólidos, transporte coletivo intermunicipal entre outros.

A descentralização em curso, especialmente no que se refere às políticas de cunho social, não considera o âmbito regional inerente a elas, reforçando a visão estritamente local. Ademais, as soluções adotadas isoladamente por municípios são muitas vezes impróprias às exigências extra municipais. (MOURA; DELGADO; DESCHAMPS; CARDOSO, 2004, p.12)



Para Rolnik e Somekh (2000, p.84)

A descentralização e o aumento da autonomia municipal acabaram evidenciando a não legitimidade e representatividade dos organismos existentes de gestão metropolitana, contribuindo para esvaziá-los ainda mais, quando não para extingui-los. O tema da gestão territorial da infraestrutura ficou, assim, como uma das questões em aberto.

Cada um dos sistemas urbanos e suas partes possuem lógica própria e se distribuem no território metropolitano de modo particular. Isto quer dizer que nem todo problema metropolitano é um problema de todo município metropolitano. Necessita-se considerar este fenômeno para que se possa ajustar formas de gestão específicas a cada sistema urbano ou projeto a ser implementado. (ROLNIK; SOMEKH, 2000, p.89)

Para Negreiros (2001, p.86) a fragmentação governamental da gestão metropolitana dificulta a definição de um modelo, além de que este não pode ser uniforme para todas as regiões do país, devendo respeitar os arranjos políticos e a condição econômica e financeira dos municípios envolvidos em cada região. “No caso brasileiro, por se tratar de um regime federativo, essa gestão conta com a presença de dois e até três níveis de governo, que nem sempre mantêm relações harmoniosas entre si”.

Ainda segundo Negreiros (2001, p.86), outro conflito relativo à gestão metropolitana se deve ao fato de que a constituição federal confere autonomia aos municípios, porém apesar de possibilitar ao município ser interlocutor metropolitano lhe permite assumir apenas sua própria decisão.

As demandas urbanas metropolitanas deverão ser respondidas com a formulação de políticas públicas de caráter metropolitano e a participação dos municípios que integram as referidas regiões, representantes dos estados, assim como de outros segmentos da sociedade metropolitana. (GOUVÊA, 2004, p.42)

Para Rolnik e Somekh, deveria ser criado um espaço institucional de negociação e acordo político, com representações municipais, tanto numéricas, quanto político-partidárias de forma proporcional. Para as autoras, o modelo de gestão deve incluir a sociedade em suas representações regionais, valorizando a construção de um capital social possibilitando o estabelecimento de uma governança urbana onde os diversos atores, além do poder público são envolvidos.

Para o Ministério das Cidades (2004, p.40) existem dois mecanismos que aprofundam o caráter desigual da sociedade brasileira, sendo o primeiro a concentração de riqueza e de renda além da tolerância com práticas de especulação imobiliária que tornam longas as distâncias a serem percorridas em busca de trabalho, justamente para aqueles mais atingidos pela perda da renda.



“O segundo mecanismo - menos visível - é o que hoje se estabelece entre a segregação residencial e a exclusão do acesso às oportunidades de trabalho, renda e escolaridade”. (CIDADES, 2004, p.40)

As deficiências sócio-econômicas e as desigualdades regionais brasileiras são tema de discussão e proposição de políticas públicas federais, entre elas a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU e o Estatuto das Metrôpoles.

Segundo o Ministério da Integração Nacional (PPA 2004/7), o objeto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR são as profundas desigualdades de nível de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre regiões do país.

As severas desigualdades sociais e econômicas que caracterizam a sociedade brasileira, agravadas com o início do processo de industrialização do país, já eram focos da Constituição de 1988 que determinava a redução das desigualdades regionais como um dos eixos da estratégia de desenvolvimento nacional.

Por outro lado, a matéria-prima das políticas regionais, são os diferentes potenciais de desenvolvimento das diversas sub-regiões, que refletem a diversidade social, econômica, ambiental e cultural presente no País.

Sendo assim uma PNDR deve da mesma forma buscar a reversão das desigualdades regionais e explorar os potenciais endógenos da base regional de desenvolvimento extremamente diversificada, sempre em conformidade com os fundamentos sociais atuais de uma produção mais diversificada e sofisticada, mas portadora de valores sociais regionalmente constituídos.

Já na escala metropolitana, segundo o Ministério das Cidades, é possível observar a partir dos anos 90, a combinação perversa de barreiras para a mobilidade social entre ocupações qualificadas e não-qualificadas excluindo amplos segmentos de trabalhadores do acesso aos postos mais estáveis, protegidos e bem remunerados e o seu conseqüente isolamento, social e cultural em territórios da vulnerabilização e da exclusão. (BRASIL, 2004, p.20)

São as metrôpoles, portanto, que concentram os efeitos da segregação entre nação, economia e sociedade inerentes a nossa condição histórica de periferia da expansão capitalista.



Em vista disto a PNDU trata da inserção das cidades na dinâmica regional e no território nacional.

Os desafios metropolitanos representam uma dicotomia. Ao mesmo tempo em que concentram uma enorme força produtiva em um sistema urbano-metropolitano diversificado como o brasileiro, este potencial sub-aproveitado é revertido em uma acumulação de desastres sociais e ambientais que dificultam a coesão nacional. Isto demonstra a importância da proposição de políticas públicas metropolitanas.

O Estatuto das Metrôpoles, por sua vez, em tramite no Congresso Nacional, é um Projeto de Lei (nº. 3460/04) que estabelece, entre outros, os fundamentos e objetivos da Política Nacional de Planejamento Regional Urbano, bem como suas diretrizes gerais e instrumentos, além da conceituação das Unidades Regionais Urbanas, cuja criação é de competência dos Estados e da União (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS/2004).

São objetivos específicos da Política Nacional de Planejamento Regional Urbano: assegurar o desenvolvimento socioeconômico das unidades regionais urbanas e a melhoria da qualidade de vida da população residente nessas áreas; promover a redução das desigualdades sociais e regionais; incentivar a promoção da organização e do desenvolvimento do planejamento territorial regional urbano; e fomentar a prática do planejamento territorial regional urbano e de planos diretores urbanos regionais, bem como a otimização dos instrumentos das políticas regional e urbana, estabelecidos nesta Lei e na Lei nº. 10.257, de 2001 – Estatuto da Cidade;

A Constituição Federal, em seu art. 25, § 3º, refere-se à instituição, “mediante lei complementar, de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções de interesse comum”, delegando-a aos Estados.

O Estatuto da Metrôpole define como região metropolitana o agrupamento de municípios limítrofes, que apresente, cumulativamente, as seguintes características:

- a) um núcleo central com, no mínimo, 5% (cinco por cento) da população do País ou dois núcleos centrais que apresentem, conjuntamente, no mínimo, 4% (quatro por cento) da população nacional;
- b) taxa de urbanização acima de 60% (sessenta por cento), para cada um dos Municípios integrantes da região;



c) população economicamente ativa residente nos setores secundário e terciário de, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento), considerado cada um dos Municípios integrantes da região;

d) urbanização contínua em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos Municípios componentes da região.

Já para aglomeração urbana, a definição trazida pelo Estatuto é: agrupamento de Municípios limítrofes, que apresente, cumulativamente, as seguintes características:

a) Um núcleo central com, no mínimo, 2,5% (dois e meio por cento) da população do País ou dois núcleos centrais que apresentem, conjuntamente, no mínimo, 2% (dois por cento) da população nacional;

b) Taxa de urbanização acima de 60% (sessenta por cento), para cada um dos Municípios integrantes da região;

c) População economicamente ativa residente nos setores secundário e terciário de, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento), considerado cada um dos Municípios integrantes da região;

d) Urbanização contínua em, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos Municípios componentes da região.

O Projeto de Lei traz ainda as definições referentes a Microrregiões e as Regiões Integradas de Desenvolvimento Regional (Rides).

2.5.1 Cooperação Intermunicipal

Como já visto anteriormente, a dinâmica urbana invariavelmente extrapola os limites administrativos e políticos dos municípios, envolvendo desde questões ambientais, como recursos naturais, até questões de âmbito econômico. Estas dificuldades podem ser minimizadas por formas de cooperação intermunicipais, entre elas os consórcios públicos.

Segundo Lamparelli (1999, p. 234)

Os campos de atividade em que se têm organizado consórcios intermunicipais são vários, como: obras e conservação (construção e manutenção de estradas vicinais); abastecimento e nutrição (sacolões e merenda escolar); cultura (ônibus, biblioteca); saúde (controles sanitários, redes de atendimento, hospitais); preservação do meio ambiente; tratamento de resíduos sólidos (lixões, usinas de reciclagem);



desenvolvimento (planejamento e fomento ao crescimento econômico, programas de pleno emprego, planos estratégicos etc).

A lei dos consórcios começou a ser discutida em agosto de 2003 com o objetivo de regulamentar o artigo 241 da Constituição e dar mais segurança jurídica e administrativa às parcerias entre os entes consorciados. Os consórcios tiveram origem nas associações dos municípios, que já eram previstas na Constituição de 1937. Hoje, centenas de consórcios já funcionam no País. A regulamentação, porém, só veio com a Lei dos Consórcios Públicos nº. 11.107 de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

A criação de consórcios públicos intermunicipais tem como objetivos viabilizar a gestão pública nos espaços metropolitanos, bem como aumentar a capacidade de realização dos municípios envolvidos, que agindo em parceria melhoram a capacidade técnica, gerencial e financeira, possibilitando maior eficiência no uso dos recursos públicos e a realização de ações inacessíveis a uma prefeitura individualmente.

A associação de municípios em consórcios foi uma das respostas que emergiram recentemente para enfrentar os limites da ação puramente municipal. São inúmeros os exemplos no Brasil de associativismo temático: lixo, saúde e transportes são os setores que mais agregaram conjuntos de municípios. (ROLNIK; SOMEKH, 2000, p.84)

Os consórcios intermunicipais são apenas uma das novas formas de cooperação que vêm sendo institucionalizadas entre municípios. Surgem também conselhos regionais, comitês de bacias, dentre outras formas de parceria entre diferentes esferas de governo, em busca de alternativas capazes de dar conta das ambigüidades, problemas e conflitos existentes nos aglomerados e regiões metropolitanas. (LAMPARELLI, 1999, p.234 e BRASIL, 2004, p.136)

As estratégias de atuação conjunta intermunicipal, fundamentais no enfrentamento de problemas comuns, que extravasam os limites jurídico-administrativos, vocalizando, com maior potência, reivindicações supralocais, podem ter grande êxito. (BRANDÃO, 2005, p.31)

Faz-se necessário, porém, que surjam espaços de discussão ampla, capazes de pesar, de forma adequada por um lado, o ônus devido às incumbências requeridas e por outro, os benefícios das políticas compactuadas. Estas ações consorciadas devem buscar a compatibilizar ação entre eficiência e equidade tendo a difícil missão de definir a parcela que cabe aos municípios "mais ricos" e aos "mais



pobres”. “Cada problema tem a sua escala espacial específica. É preciso enfrentá-lo a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinentes àquela específica problemática”. (BRANDÃO, 2005, p.31)

O desenvolvimento municipal, em seu conjunto de espaços urbanos e rurais, públicos e privados articula-se com seus vizinhos, como condições físico-territoriais indispensáveis ao pleno desempenho das atividades econômicas e sociais, requerendo um novo patamar de planejamento que consiga a supremacia da cooperação sobre o bairrismo, a competição e o provincianismo. (LAMPARELLI, 1999, p.230)



2.6.1 O Paraná

Algumas questões referentes à urbanização e ao processo de crescimento populacional do Estado do Paraná podem auxiliar na compreensão da atual conformação da RMC e suas diferenças intra-regionais.

2.6.1.1 Caracterização

O Paraná teve sua emancipação político-administrativa de São Paulo através da Lei nº. 704, de 29 de agosto de 1853, quando foi criada a Província do Paraná.

A esta época o distrito de Curitiba contava, além da cidade sede, com a vila de São José dos Pinhais, a freguesia de Campo Largo e as capelas curadas de Tindiquera (Araucária) e Votuverava (Rio Branco do Sul).

A questão da imigração no Paraná tinha então como foco, o estabelecimento de uma agricultura de abastecimento, ao contrário de outras regiões do Império, onde a imigração se destinava a suprir a carência de mão – de - obra na grande lavoura de exportação. Como a Província não possuía recursos suficientes para atingir esse fim, foram tomadas medidas pelo governo imperial com o intuito de promover ou facilitar a imigração.

A intensa atividade colonizadora atingiu sobretudo os terrenos dos arredores de Curitiba e de um modo geral o planalto curitibano, com o estabelecimento de numerosos núcleos coloniais situados a distâncias que variam de dois, três, seis, oito ou mais quilômetros, num raio de mais ou menos trinta quilômetros do centro urbano da capital paranaense. (PARANÁ, 1999, p. 14)

O Paraná sofreu um intenso processo de expansão populacional durante as décadas de 40 e 50 e primeira metade da década de 60, impulsionado pela abertura de uma nova fronteira agrícola. “A população salta de pouco mais que 1,2 milhão de habitantes, em 1940, para quase 7 milhões em 1970, com taxas geométricas de crescimento anuais próximas e/ou superiores a 5% ao ano”.

Esta dinâmica de crescimento populacional sofre um abrandamento em meados da década de 60, resultado das transformações ocorridas na agricultura, sofrendo uma queda intensa a partir dos anos 70, apresentando nas duas décadas seguintes taxas inferiores a 1% ao ano. Após 1991 este processo apresenta sinais



de recuperação, com a população voltando a crescer à taxa de 1,4% a.a. no período 1991/2000. (IPARDES, 2003, p. 12)

“A estruturação do sistema urbano paranaense passa a configurar uma rede de centros bem distribuídos no território, porém com nítidas áreas de concentração, resultantes de uma dinâmica migratória ainda não conclusa”.

A partir dos anos 70, no Paraná, assim como os demais estados brasileiros, ou mesmo fora do país, já não ocorrem os grandes movimentos migratórios orientados por oportunidades de trabalho que viabilizaram a fixação de contingentes numerosos de trabalhadores.

A urbanização atinge de forma incisiva os municípios paranaenses, que passam de aproximadamente 90% com metade da população vivendo em áreas rurais nos anos 70, para apenas 29,07% no ano 2000.

“Orientada pela urbanização, a dinâmica populacional se expressa na configuração de espacialidades de concentração e de esvaziamento”. (IPARDES, 2003, p. 15)

Na ausência de novas opções de destino, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) amplia-se como referência para importantes fluxos do interior, dividindo com outras regiões fora do Estado o destino de numerosa população originada nas espacialidades de esvaziamento do interior do Paraná desde os anos 70.

Durante as décadas de 70 e 80, o Estado do Paraná sofre intensa urbanização apresentando além de uma elevação da proporção de moradores urbanos, um espaço urbano mais estruturado e qualificado economicamente.

A partir dos anos 90 a RMC se destaca como ponto privilegiado de investimentos do Estado e sua população paranaense residente salta de 24,4%, em 1991, para 28,5% em 2000, ano em que o grau de urbanização do Estado é superior a 81,2%. (IPARDES, 2003, p. 14)

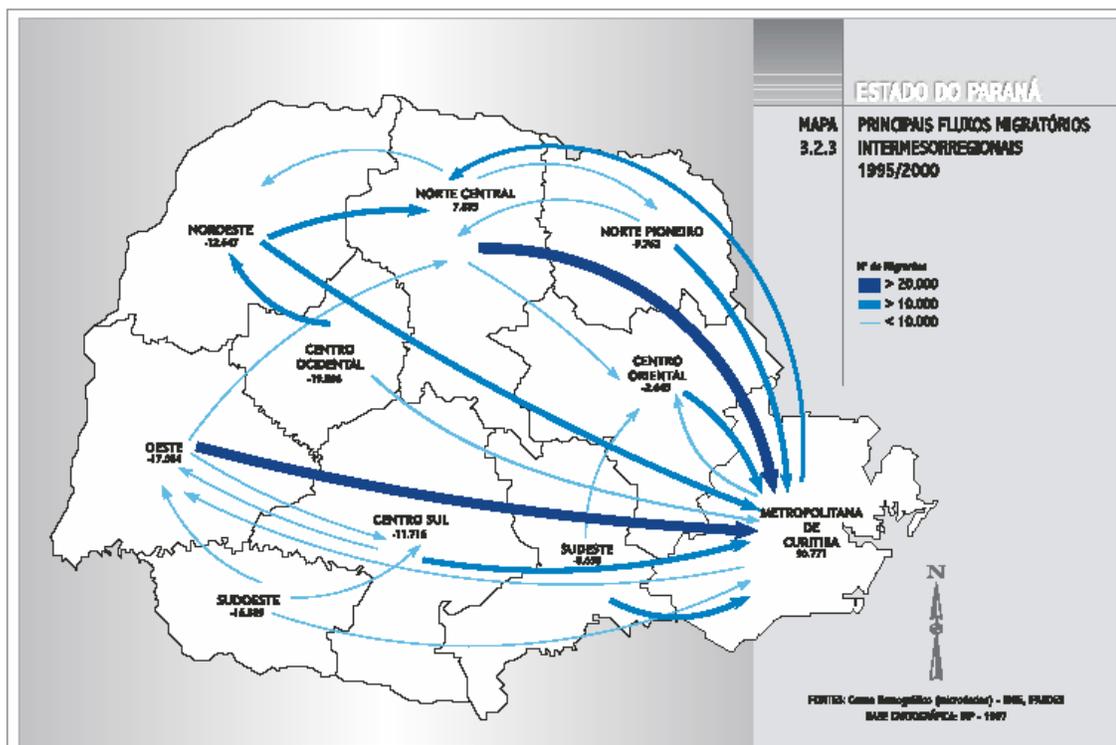
Os indicadores de migração data - fixa de 1986-91 e 1991-96 demonstram que a mesorregião metropolitana é destino preferencial dos migrantes intra e interestadual, entre as mesorregiões paranaenses, apresentando aumentos tanto em termos absolutos quanto percentuais.

Os deslocamentos de unidades federativas para a metropolitana crescem de 78.759 para 92.333 nesse período, apesar do Estado como um todo apresentar redução. Da mesma forma, enquanto as trocas intra-estaduais diminuem a metropolitana também é a única a apresentar acréscimos absolutos e relativos.



Os dados de emigração também corroboram a capacidade de retenção populacional dessa mesorregião, que ainda é a principal receptora do Estado e a única com trocas positivas, equivalentes a 19.699 migrantes interestaduais. (WERNECK; KLEINKE; DESCHAMPS; MOURA, 2000, p. 52)

Se de forma geral a mesorregião metropolitana concentra significativos contingentes populacionais (Figura 03), os municípios da RMC são as mais importantes áreas receptoras do Estado. Curitiba por sua vez, é ao mesmo tempo amplamente receptora e expulsora na direção dos municípios contíguos. O pólo metropolitano recebendo 41,4% do total de migrantes para a RMC no período 1986-91, e remete para os demais municípios da RMC 55.342, em sua maioria para Colombo, São José dos Pinhais, Piraquara e Almirante Tamandaré.



Fonte: IPARDES, 2006.

Figura 03 – Principais Fluxos Migratórios Intermesorregionais 1995/2000

Sendo assim ao invés de Curitiba, o conjunto de municípios contíguos a ela é que de fato constituem as áreas de fixação dos migrantes.

Excluindo-se Curitiba, tem-se que o conjunto metropolitano recebe da própria RMC, no período 1986-91, 69.798 imigrantes, a maioria, de



Curitiba. Essa sua condição receptora tem abrangência bem mais ampla, uma vez que constitui frente significativa para deslocamentos diretos de outros municípios do Estado. (WERNECK; KLEINKE; DESCHAMPS; MOURA, 2000, p 50)

O desenvolvimento recente do Estado do Paraná, por um lado acentuou a modernização da base produtiva, por outro, intensificou a desigualdade, favorecendo a concentração na Região Metropolitana de Curitiba – RMC, enquanto outras regiões do Estado, incapazes de intervir na crescente complexidade da problemática social, encontram-se excluídas econômica e socialmente. (IPARDES, 2003, p. 09)

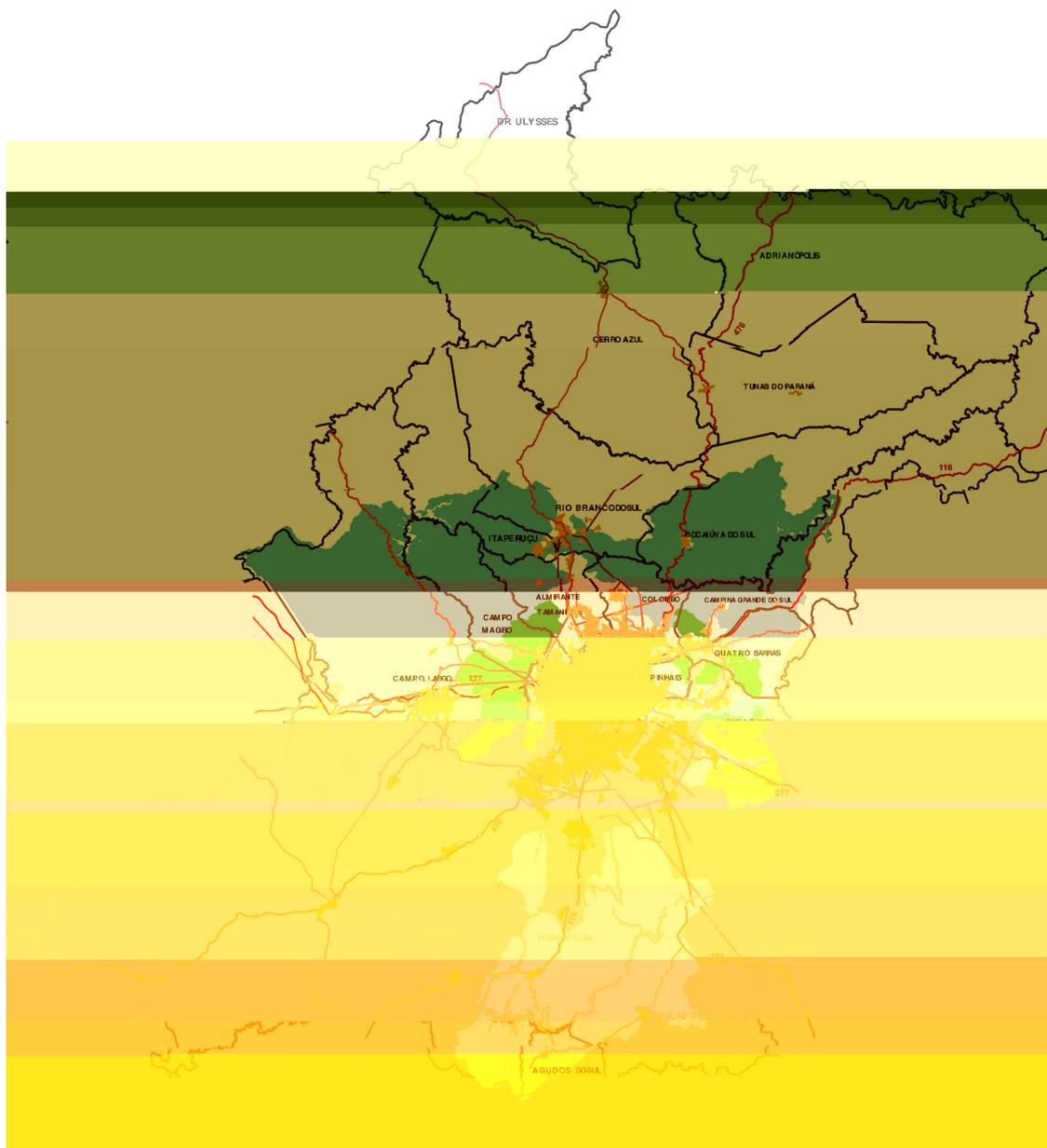
Estas disparidades, que se revelam nos movimentos da população e nos indicadores econômicos e sociais, podem ser identificadas também no interior de algumas regiões. “A distribuição da população traduz a força dessas mudanças, conformando espacialidades que se adensam, em oposição a muitas outras, que se esvaziam”. (IPARDES, 2004, p. 04)

Em meio a este processo, algumas grandes aglomerações urbanas do Estado, como a RMC, vêm permitindo a sobrevivência de uma população que se vale de um conjunto múltiplo de "microalternativas" em opção ao desemprego, motivo pelo qual a migração e as altas taxas de crescimento da população nessas áreas persiste. Contudo as condições de vida destes segmentos de população, instalada nos limites destas áreas, é cada vez mais comprometido “por condições de vida degradantes que inviabilizam sua luta por melhores oportunidades”. (IPARDES, 2003, p. 10)



2.6.2 A Região Metropolitana de Curitiba

Nesta seção será apresentado um breve histórico da região objeto de estudo, sua instituição, dinâmica populacional e processo de periferização e conurbação, possibilitando assim, melhor compreensão dos resultados encontrados.



Fonte: Autor com base na COMEC

Figura 04 – Região Metropolitana de Curitiba - RMC



2.6.2.1 Instituição

A Região Metropolitana de Curitiba – RMC foi criada pela Lei Complementar Federal nº. 14/1973 que estabeleceu além desta, as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belém e Fortaleza.

Originalmente a RMC era composta de 14 municípios. Após sucessivas alterações (incorporações e desmembramentos) a RMC adquiriu a conformação atual, com 26 municípios: Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Contenda, Colombo, Dr. Ulysses (ao norte, na divisa com o estado de São Paulo), Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul (ao sul, na divisa com Santa Catarina) e Tunas do Paraná. (Quadro 01)

Composição Original (1)	Municípios Desmembrados	Incluídos por Legislações Estaduais (2)
Almirante Tamandaré	Campo Magro	
Araucária		
Balsa Nova		
Bocaiúva do Sul	Tunas do Paraná	
Campina Grande do Sul		
Campo Largo		
Colombo		
Contenda		
Curitiba		
Mandirituba	Fazenda Rio Grande	
Piraquara	Pinhais	
Quatro Barras		
Rio Branco do Sul	Itaperuçu	
São José dos Pinhais		
		Adrianópolis
		Agudos do Sul
		Cerro Azul
		Dr. Ulysses
		Lapa
		Quitandinha
		Tijucas do Sul

(1) Lei Federal 14/73.

(2) Leis Estaduais 11027/94, 11096/95, 12125/98.

Posição em novembro 2003

Fonte: Legislações (Org. IPARDES)

Quadro 01 – Composição da Região Metropolitana de Curitiba



As alterações decorrentes dos desmembramentos de alguns municípios e pela incorporação de outros por questões estritamente políticas, fizeram com que a região perdesse a característica de agregar municípios que apresentam relação funcional com o pólo metropolitano. Estes municípios, mais distantes do pólo, apresentam configurações muito distintas dos municípios localizados no entorno próximo de Curitiba.

2.6.2.2 População

A Região Metropolitana de Curitiba foi ponto de convergência da migração rural do estado, praticamente dobrando sua população após 1970, década na qual os municípios de Piraquara, Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, São José dos Pinhais e Curitiba receberam de maneira mais significativa o impacto do seu processo de ocupação, apresentando todos, crescimento com taxas superiores a 5% ao ano.

Na década seguinte, com exceção de Curitiba e Campo Largo, estes municípios, além de outros municípios que são incorporados nessa dinâmica (como Quatro Barras, Mandirituba e Campina Grande do Sul), continuam crescendo intensamente e ampliando a área de ocupação contínua da metrópole.

No período de 1991-96, em uma extensão destes vetores, passam a agregar o conjunto urbano Contenda e Itaperuçu, que juntamente com Fazenda Rio Grande - desmembrado de Mandirituba e contíguo a mancha de ocupação de Curitiba - mantém uma dinâmica de crescimento com taxas superiores a 5% ao ano. (IPEA, 2000, p. 122)

2.6.2.3 Periferização e Conurbação

A Região Metropolitana de Curitiba apresentou nas últimas décadas taxas elevadas de crescimento populacional, constituindo-se num espaço de referência para os migrantes, tanto de dentro do Estado como aqueles vindos de outras regiões, em particular nas décadas de 70 e 80, quando também a migração intra-metropolitana ganha expressividade, ganhando em participação e em volume de migrantes.

Este crescimento, porém, não se dá de forma igualitária, sendo o maior incremento populacional, reprodutivo ou migratório, nos anos recentes, nos



municípios adjacentes ao pólo, como Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais. O adensamento da ocupação de Curitiba e seu extravasamento ocasionaram a criação de periferias em uma faixa extensa e contígua ao pólo, abrangendo áreas dos municípios limítrofes. (ULTRAMARI; MOURA, 1994, p. 07 e DESCHAMPS, 2002, p. 05)

Essa periferização da população começa a ser mais bem delimitada a partir dos anos 80.

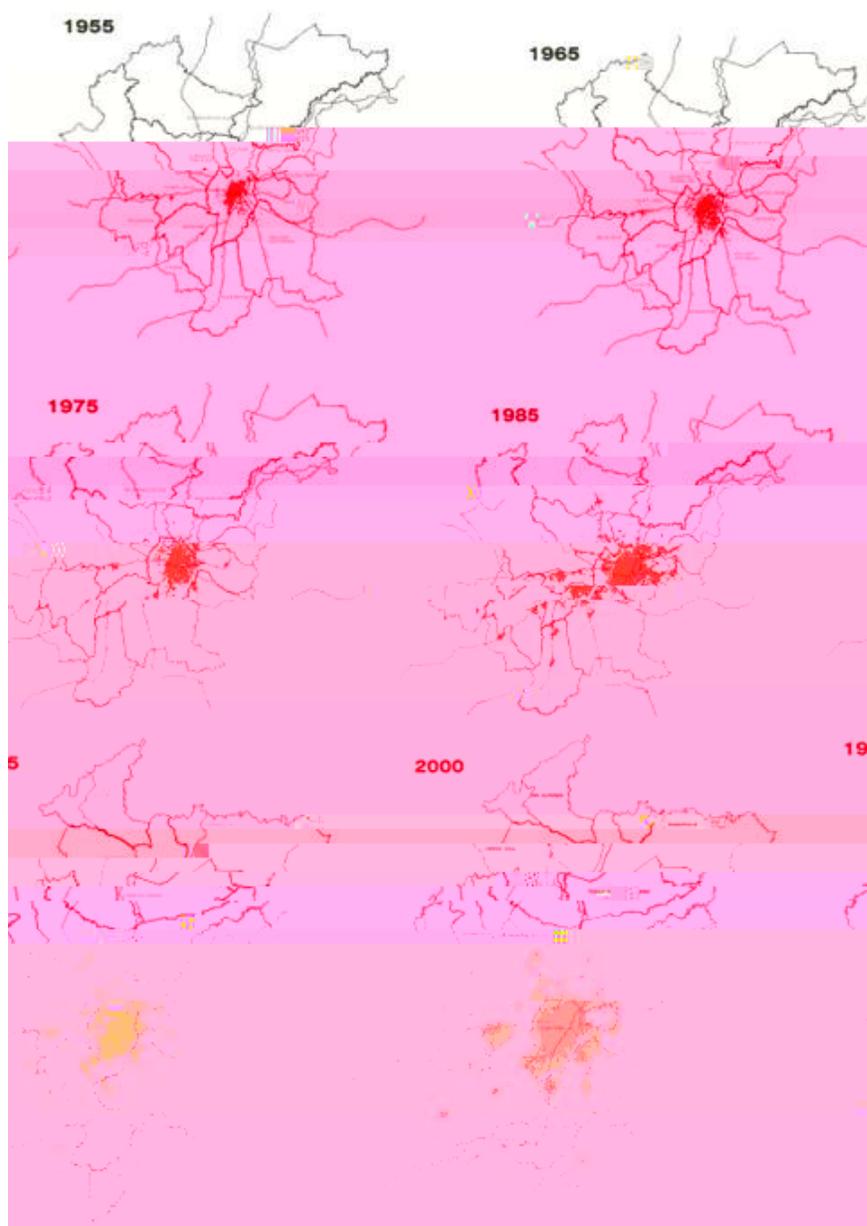
Quando a dinâmica dos deslocamentos intra-metropolitanos é analisada, se sobressai a pequena participação de Curitiba que vem perdendo, entre as décadas de 70 e 80, participação relativa e absoluta na recepção dos deslocamentos.

“Curitiba é o principal centro de onde partem os migrantes intrametropolitanos, se contrapondo ao seu grande poder de atração de migrantes interestaduais e intermesorregionais do próp



A intensidade do processo de ocupação do espaço metropolitano deve-se a dois fatores basicamente. O primeiro ligado à presença de atividades produtivas e geradoras de emprego. O segundo fator, e neste caso o mais forte, está ligado ao custo da terra e às restrições impostas pelo planejamento urbano em Curitiba que direcionaram a ocupação para áreas contíguas ao pólo, em territórios de outros municípios. Estes ofereciam disponibilidade de terra parcelada e de menor valor aliada à acessibilidade ao pólo. (ULTRAMARI; MOURA, 1994, p. 09)

EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA - RMC



Fonte: COMEC

Figura 05 – Evolução da Mancha Urbana – RMC



A migração se apresenta como fator determinante na expansão da metrópole.

A Tabela 01, demonstra que a maior concentração de imigrantes, tanto interestaduais quanto intra-estaduais, é nos municípios do Primeiro Anel Metropolitano, colaborando para o processo de expansão da mancha urbana da metrópole.

É possível constatar que a participação percentual do Primeiro Anel, na concentração de imigrantes é maior inclusive que a do pólo metropolitano.

MUNICÍPIO	IMIGRANTES DE DATA FIXA POR ORIGEM				
	Interestadual	Intraestadual		TOTAL	Participação (%)
		Interior	Intra-metropolitano		
Pólo (Curitiba)	62.179	75303	11.244	148.727	43,28
1.º Anel	31.178	54923	95.247	181.348	52,77
Almirante Tamandaré	2.003	4230	8.995	15.228	4,43
Araucária	2.334	5451	6.468	14.253	4,15
Campina Grande do Sul	1.540	1562	3.646	6.748	1,96
Campo Largo	1.443	3683	4.426	9.552	2,78
Campo Magro	395	852	2.723	3.969	1,15
Colombo	5.112	9354	16.018	30.484	8,87
Fazenda Rio Grande	2.518	4268	11.936	18.723	5,45
Pinhais	3.608	5946	9.769	19.323	5,62
Piraquara	3.257	6456	13.769	23.482	6,83
Quatro Barras	837	1181	2.294	4.313	1,25
São José dos Pinhais	8.132	11939	15.203	35.274	10,26
2.º Anel	1.328	2034	5.881	9.243	2,69
Balsa Nova	145	387	868	1.400	0,41
Bocaiúva do Sul	177	266	806	1.249	0,36
Contenda	208	308	558	1.075	0,31
Itaperuçu	0	225	932	1.156	0,34
Mandirituba	567	432	1.553	2.552	0,74
Rio Branco do Sul	183	346	893	1.422	0,41
Tunas do Paraná	48	70	271	388	0,11
3.º Anel	886	744	2.722	4.352	1,27
Adrianópolis	202	32	130	365	0,11
Agudos do Sul	67	124	521	711	0,21
Cerro Azul	99	32	341	472	0,14
Doutor Ulysses	52	100	109	261	0,08
Quitandinha	182	143	785	1.110	0,32
Tijucas do Sul	284	313	836	1.433	0,42
RMC	95.571	133.004	115.095	343.670	100,00

FONTES: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (microdados), IPARDES - Tabulações Especiais

NOTA: Exceto Brasil sem especificação e país estrangeiro.

Tabela 01 – Número de imigrantes de data fixa por tipos de fluxos de origem segundo os municípios e áreas da RMC – 1996/2000.



Este fenômeno de metropolização de Curitiba acarretou em dificuldades no que diz respeito aos serviços e infra-estrutura pública “impondo uma qualidade de vida de baixo padrão a uma população crescente”. (ULTRAMARI; MOURA, 1994, p.10)

É a estrutura funcional que diferencia os municípios integrantes da dinâmica metropolitana, os quais são fundamentalmente ligados a atividades urbanas do terciário e industrial, de uma área com atividades predominantemente rurais.

Almirante Tamandaré, Piraquara e Quatro Barras, são municípios com predominância do terciário, além de Campina Grande do Sul, Colombo e São José dos Pinhais, que dividem as ocupações entre as atividades da indústria e do terciário e são extensões do uso ocupação de Curitiba. Estes municípios apresentam a função de dormitório, como característica principal, sendo assim possível considerá-los parte de Curitiba a despeito dos limites territoriais. (IPEA, 2000, p. 126)

Indicadores como escolaridade, saneamento básico, analfabetismo e precariedade do domicílio refletem que o processo de ocupação, da forma intensa como ocorre na área metropolitana de Curitiba, não se faz acompanhar de planejamento e gestão que viabilizem o atendimento às novas e crescentes demandas. Esta situação se agrava pelo extravasamento da ocupação de Curitiba sobre as periferias, caracterizadas pela presença de moradores com menor rendimento e, portanto mais necessitados de atenção por parte das políticas públicas. (IPEA, 2000, p. 127)

Os dados do IBGE demonstrados no Quadro 02, relativos ao Adensamento Excessivo ilustram a problemática da periferização na RMC. Este indicador representa o número de domicílios que apresentam um número médio de moradores superior a três por dormitório.

Além do pólo, são os municípios participantes do Primeiro Anel Metropolitano, conforme classificação do IPARDES, que apresentam os maiores índices.

Quando relacionamos com a questão da Rede Integrada de Transportes da Região Metropolitana de Curitiba – RIT/RMC é possível observar que os municípios que apresentam os maiores índices são justamente os que estão integrados pelo transporte metropolitano. Esta constatação reforça a hipótese de que a facilidade de transporte entre trabalho e moradia colabora com a expansão da mancha de urbanização que extrapola os limites de Curitiba sobre os municípios do seu entorno próximo.



MUNICÍPIO	Adensamento Excessivo/ 2000	Compartimento Intra-metropolitano	RIT
Curitiba	18.632	Pólo	Sim
Colombo	3.737	1º	Sim
São José dos Pinhais	3.231	1º	Sim
Almirante Tamandaré	2.121	1º	Sim
Pinhais	1.800	1º	Sim
Fazenda Rio Grande	1.591	1º	Sim
Araucária	1.537	1º	Sim
Campo Largo	1.526	1º	Sim
Piraquara	774	1º	Sim
Itaperuçu	508	2º	Sim
Rio Branco do Sul	484	2º	Sim
Campina Grande do Sul	445	1º	Não
Lapa	390	3º	Não
Quatro Barras	284	1º	Não
Contenda	128	2º	Sim
Mandirituba	84	2º	Não
Bocaiúva do Sul	83	2º	Sim
Campo Magro	68	1º	Sim
Balsa Nova	57	2º	Não
Cerro Azul	50	3º	Não
Quitandinha	45	3º	Não
Tunas do Paraná	36	2º	Não
Tijucas do Sul	28	3º	Não
Adrianópolis	27	3º	Não
Doutor Ulysses	16	3º	Não
Agudos do Sul	8	3º	Não

Fonte: IBGE - Censo Demográfico; Elaboração: IPARDES.

Quadro 02 – Adensamento Excessivo RMC /2000



3 METODOLOGIA

Segundo Rezende (2005, p.31) “Uma metodologia completa constitui-se em uma abordagem organizada para atingir um objetivo, por meio de passos preestabelecidos”.

Os procedimentos técnicos, conforme Gil (1991), utilizados no desenvolvimento desta dissertação foram a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, que foi dividido em etapas visando facilitar a organização dos dados e sua análise.

De acordo com Yin (1994) um estudo de caso, tem propósito descritivo ou exploratório, pois objetiva investigar e compreender um fenômeno social complexo e contemporâneo dentro de um contexto da vida real e foram utilizadas múltiplas fontes de evidência.

Do ponto de vista dos objetivos (GIL, 1991) a pesquisa é caracterizada como sendo uma pesquisa exploratória, pois visa tornar o problema explícito e mais familiar. Envolve levantamento bibliográfico e documental bem como análises que facilitem a compreensão.

Pode ser considerada uma pesquisa aplicada, pois objetiva compilar conhecimentos de uma problemática específica – gestão metropolitana, em uma área pré-determinada – Região Metropolitana de Curitiba, com foco nos interesses locais. É de abordagem qualitativa por valorizar a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados.

A elaboração da dissertação cumpriu uma série de etapas, iniciando com uma revisão bibliográfica ou fundamentação teórica sobre o tema com o objetivo de apresentar os conceitos utilizados na pesquisa. Para tanto foram utilizados livros, artigos científicos, revistas especializadas, teses e dissertações além de consultas aos órgãos competentes.

A pesquisa documental foi realizada a partir de comunicados, agendas, planos, propostas, relatórios, entre outros. O material coletado e analisado foi utilizado para corroborar evidências de outras fontes e/ou acrescentar informações.

Na primeira etapa do estudo de caso foram levantados dados sobre a Região Metropolitana de Curitiba e cada um dos seus municípios com o objetivo de caracterizar de forma ilustrativa os três diferentes grupos de municípios identificados.



Foram utilizadas como fontes de evidências dados do IBGE, Ipeadata/IPEA, Metrodata/IPPUR, SNIU, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/ PNUD, IPARDES, SEDU, COMEC, Orbis/SIS – Sistema de Indicadores de Sustentabilidade Metropolitano de Curitiba além de outros dados dos governos Federal e Estadual bem como das Prefeituras Municipais.

Os dados coletados foram organizados em planilhas e ilustrados por meio de mapas, buscando facilitar a identificação das diferenças e similaridades entre os grupos de municípios.

A análise dos dados foi feita através da relação entre os construtos orientadores da pesquisa e os resultados obtidos na coleta de dados e no resultado da pesquisa documental, tendo como base a fundamentação teórica. A análise e discussão dos resultados obtidos foram feitas buscando atender os objetivos da pesquisa e permitir a confirmação ou não das hipóteses levantadas, podendo colaborar para o desenvolvimento de outros trabalhos, acadêmicos ou não, da mesma área de interesse.

Considerando o objetivo geral deste trabalho, que é avaliar se a existência de sub-compartimentos regionais pode refletir na gestão da Região Metropolitana de Curitiba, bem como os objetivos específicos, que são: Identificação da existência de sub-compartimentos na Região Metropolitana de Curitiba; demonstração da diferença de intensidade na relação dos mesmos com o pólo metropolitano; análise da gestão metropolitana frente às diferenças intra-regionais, foi desenvolvido um referencial teórico baseado nos fenômenos urbanos relativos à urbanização e metropolização além de relações urbanas como polarização, centralidades e rede de cidades que poderiam esclarecer a formação de diferentes compartimentos no interior de uma região.

No que diz respeito às diferenças intra-regionais, segundo Ultramari e Moura (1994) e também Moura e Werneck (2001), a RMC pode ser dividida em anéis de diferentes intensidades de relações com o pólo (Figura 05). Porém, existe uma diferença de entendimento entre a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES sobre esta subdivisão regional.

A compartimentação espacial adotada pela COMEC (2001, p.25) divide a Região em três categorias:



Núcleo Urbano Central (NUC) – onde se encontra a malha urbana conurbada e os municípios com forte interação com o pólo metropolitano.

Primeiro Anel Metropolitano – que compreende na mesma mancha municípios não limítrofes ao pólo, mas que apresentam um processo de inserção regional.

Segundo Anel Metropolitano – compostos pelos municípios mais recentemente incorporados a região, onde predomina a configuração rural do espaço e a urbanização encontra-se em fase incipiente.

COMEC – 2001	
Núcleo Urbano Central	1. Almirante Tamandaré
	2. Araucária
	3. Campina Grande do Sul
	4. Campo Largo
	5. Campo Magro
	6. Colombo
	7. Curitiba
	8. Fazenda Rio Grande
	9. Pinhais
	10. Piraquara
	11. Quatro Barras
	12. São José dos Pinhais
Primeiro Anel Metropolitano	1. Balsa Nova
	2. Bocaiúva do Sul
	3. Contenda
	4. Itaperuçu
	5. Mandirituba
	6. Rio Branco do Sul
Segundo Anel Metropolitano	1. Adrianópolis
	2. Agudos do Sul
	3. Cerro Azul
	4. Dr. Ulysses
	5. Lapa
	6. Quitandinha
	7. Tijucas do Sul
	8. Tunas do Paraná

Fonte: COMEC - 2001

Quadro 03 – Compartimentação da RMC / COMEC 2001

Por outro lado, segundo o IPARDES (2005, p.10), na década de 70 a dinâmica de ocupação de Curitiba transcendeu os limites territoriais do município, configurando uma aglomeração que pode ser dividida em:



Pólo metropolitano – Curitiba

1º anel - limítrofe ao pólo, composto por municípios que, em uma mancha contínua de ocupação, formam com Curitiba um fato urbano único.

2º anel - composto por municípios que não apresentam continuidade de ocupação com o pólo, mas estabelecem relações com ele e com os demais municípios da mancha contínua e que desempenham funções típicas de municípios periféricos.

3º anel - composto por municípios que desempenham funções mais pertinentes a atividades rurais e mantém relações mais tênues com o restante da Região, integrados aos limites regionais, por legislações estaduais recentes.

IPARDES – 2000	
Pólo Metropolitano	Curitiba
Primeiro Anel	1. Almirante Tamandaré
	2. Araucária
	3. Campina Grande do Sul
	4. Campo Largo
	5. Campo Magro
	6. Colombo
	7. Fazenda Rio Grande
	8. Pinhais
	9. Piraquara
	10. Quatro Barras
	11. São José dos Pinhais
Segundo Anel	1. Balsa Nova
	2. Bocaiúva do Sul
	3. Contenda
	4. Itaperuçu
	5. Mandirituba
	6. Rio Branco do Sul
	7. Tunas do Paraná
Terceiro Anel	1. Adrianópolis
	2. Agudos do Sul
	3. Cerro Azul
	4. Dr. Ulysses
	5. Lapa
	6. Quitandinha
	7. Tijucas do Sul

Fonte: IPARDES - 2000

Quadro 04 – Compartimentação RMC / IPARDES 2000



3.1 PROTOCOLO DE PESQUISA

Visando orientar a pesquisa e organizar os dados, foi proposto um protocolo de pesquisa (Quadro 05) baseado nos objetivos desta dissertação. Este protocolo é dividido em:

- Construtos e variáveis: Cada construto refere-se ao foco de cada um dos objetivos específicos desta pesquisa e as variáveis os temas a serem investigados;
- Questões a serem levantadas: São os dados a serem levantados e analisados;
- Autores: São os autores citados no referencial teórico nos temas relativos a cada um dos construtos propostos;
- Estratégia de análise: São os resultados a serem alcançados através da análise dos dados levantados;
- Unidade de medida: Material de onde serão levantadas as informações necessárias à pesquisa.

Os resultados foram organizados em tabelas comparativas, divididas por temas, contendo todos os municípios da Região Metropolitana de Curitiba divididos em 1º, 2º e 3º anéis mais o pólo metropolitano (Curitiba), conforme descrito anteriormente.

O método de análise dos dados referentes a cada construto encontra-se na apresentação de resultados.



CONSTRUTOS	VARIÁVEIS	QUESTÕES A SEREM ESTUDADAS	AUTORES	ESTRATÉGIA DE ANÁLISE	UNIDADES DE MEDIDA
Diferenças intra-regionais	Demografia	População total, rural, urbana, taxa de urbanização, taxa de crescimento anual e densidade demográfica;	ULTRAMARI e MOURA (1994); MOURA e WERNECK (2001); IPARDES (2000); COMEC (2001)	Caracterização dos sub-compartimentos da RMC através dos dados sócio-econômicos e de infraestrutura urbana dos municípios metropolitanos	Documentos e Dados secundários
	Perfil sócio-econômico	PIB, IDH, Intensidade de pobreza e indigência, Índices de desigualdade e concentração de renda, Renda per capta, % de Analfabetismo e Média de anos de estudo;			
	Saneamento básico	% de Domicílios com abastecimento de água, coleta de lixo e rede de esgoto;			
	Infra-estrutura	Existência de hospitais, escolas e unidades de atendimento médico;			
Inter-relação entre o município pólo e os municípios dos sub-compartimentos metropolitanos	Emprego Educação Saúde Transporte	Situação dos municípios e dependência do pólo	ULTRAMARI e MOURA (1994); MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI (2005), CASTELLO BRANCO (2006)	Identificação da capacidade dos municípios da RMC nos serviços básicos em relação à sua população e a respectiva demanda destes para o Pólo Metropolitano	Documentos e Dados secundários
Gestão Metropolitana	Órgão Gestor	Competência e capacidade de ação	MOURA; DELGADO; DESCHAMPS; CARDOSO (2004); ROLNIK e SOMEKH (2000), NEGREIROS (2001)	Levantamento dos objetivos do órgão Gestor da RMC e da concentração geográfica de ações do Governo Estadual	Documentos e Dados secundários
	Ações do Governo Estadual na RMC	Sub-compartimentos que concentram ações do Governo Estadual			
	Transferências Estado/Municípios	Transferências de Capital, Transferências Correntes e Outras Transferências de Recursos do Estado para os municípios da RMC			

Fonte: Autor com base da Tese de Doutorado de Denis Alcides Rezende
Quadro 05 – Protocolo de Pesquisa



3.2 LEVANTAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

O levantamento e a organização dos dados respeitaram a seqüência dos construtos estabelecidos no protocolo de pesquisa, conforme descrito a seguir:

3.2.1 Diferenças Intra-regionais

Para a confirmação da existência de sub-compartimentos na Região Metropolitana de Curitiba e para as respectivas caracterizações de cada um dos municípios e possíveis reenquadramentos foram utilizados os seguintes indicadores:

1. Caracterização da População: Distância de Curitiba, População Total, População Urbana, % População Urbana, População Rural, % População Rural, Taxa de Urbanização, Taxa de Crescimento Anual, Densidade Demográfica, PIB, IDH, Intensidade de Pobreza, Intensidade de Indigência, Índice de Theil, Índice de Gini, Renda Per Capita, Empregos, PEA (10 anos e mais), % População Ocupada - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Pesca, % de Analfabetos (25 anos ou mais) e Média de Anos de Estudo (25 anos ou mais);
2. Infra-estrutura básica: % Domicílios Ligados à Rede de Abastecimento de Água, % Domicílios com Coleta de Lixo e % Domicílios com Banheiro ou Sanitário e Rede Geral de Esgoto;
3. Serviços: Unidades de Atendimento Médico por 1.000 habitantes e Estabelecimentos de Ensino por 1.000 habitantes.

Na organização dos dados obtidos, foi utilizada a caracterização adotada pelo IPARDES para a classificação dos municípios da RMC em anéis (conforme descrito anteriormente). O indicador base utilizado como parâmetro para a linha de corte foi a distância da capital. Segundo o referencial teórico utilizado, este indicador é determinante no grau de relações entre o pólo e seu entorno.

Foram definidas assim duas linhas de corte. Uma entre o 1º e o 2º anel e outra entre o 2º e o 3º anel.



A partir de então os municípios foram classificados tendo sempre como referência o pólo metropolitano (Curitiba). Esta classificação foi em ordem crescente, quando Curitiba apresentou valores inferiores à média metropolitana, ou decrescente, quando Curitiba apresentou valores superiores à média metropolitana.

Na seqüência, utilizando as linhas de corte os municípios foram classificados e reenquadrados nos anéis de acordo com as características apresentadas.

Finalmente foram computados o número de vezes que cada um dos municípios apresentou características relativas a cada sub-compartimento.

A análise dos resultados obtidos possibilitou a comparação das características ou especificidades dos municípios do 1º, 2º e 3º anéis.

Os resultados foram então avaliados com base no referencial teórico e relacionados com as questões referentes à gestão metropolitana.

3.2.2 Inter-relação entre os municípios metropolitanos e entre estes e o pólo

Para possibilitar a identificação da diferença de intensidade nas relações existentes entre os municípios que sofrem maior influência do pólo da Região Metropolitana de Curitiba e os demais municípios metropolitanos, estabeleceu-se que seriam avaliados dados referentes à:

- Transportes;
- Educação;
- Saúde;
- Emprego.

Estas escolhas foram baseadas no referencial teórico, pois poderiam demonstrar através de dados relativos ao movimento pendular da população da Região Metropolitana de Curitiba, maior ou menor relação de cada um dos municípios com o pólo (Curitiba) e conseqüentemente ilustrar a estruturação metropolitana.

Com os dados coletados foram desenvolvidas “planilhas resumo” de cada tema e realizada a análise referente à relação de dependência dos municípios, por sub-compartimento, com o pólo metropolitano.



Os dados levantados e não utilizados nas “planilhas resumo”, mas também bastante importantes para uma análise da configuração da RMC, estão disponíveis nos anexos deste trabalho.

3.2.3 Gestão Metropolitana

Com o objetivo de identificar se as diferenças intra-regionais interferem na gestão da região Metropolitana foi analisado o órgão de gestão metropolitana – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, suas atribuições, competências e capacidade de gestão.

Foram levantadas as ações do Governo do Estado do Paraná na Região Metropolitana de Curitiba – RMC, entre os anos de 1979 e 2005, através das Mensagens do governador à Assembléia Legislativa, as quais apresentam as realizações de cada ano de governo. Estas ações foram organizadas de forma a identificar qual sub-compartimento metropolitano (de acordo com a classificação do IPARDES, 2005) foi beneficiado com as ações realizadas, possibilitando assim a análise desejada.

Foram também levantados os valores das Transferências do Governo do Estado do Paraná para os municípios da RMC realizadas no ano de 2000. O objetivo deste levantamento era identificar se os investimentos são realizados considerando as diferenças intra-regionais existentes.



4 RESULTADOS

Na seqüência serão apresentados os quadros resumo dos resultados por tema, segundo os construtos e variáveis do protocolo de pesquisa.

Primeiramente foram analisadas as diferenças intra-regionais com o objetivo de identificar a existência de sub-compartimentos intra-metropolitanos. Na seqüência foram analisados dados que demonstram a existência de inter-relações entre os municípios da RMC e entre estes e o pólo metropolitano. Por fim foram analisadas questões referentes à gestão metropolitana: atribuições do órgão metropolitano, mensagens do governador à assembléia legislativa entre os anos de 1979 e 2005 e as transferências do Estado para os municípios da RMC no ano de 2000.

4.1 DIFERENÇAS INTRA-REGIONAIS

Segundo o Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade Metropolitano de Curitiba - ORBIS MC (2004) - integrado à Rede Mundial de Observatórios do Habitat Programa das Nações Unidas - os municípios da Região Metropolitana de Curitiba revelam grandes diferenças em suas estruturas sociais e econômicas.

As informações apresentadas pelo Observatório demonstram elevada diferença no perfil demográfico entre as regiões, passando gradualmente de uma região estritamente urbana, com alta densidade demográfica e grande número de empresas registradas, para uma região composta por municípios mais afastados da cidade pólo, com baixa densidade demográfica e maioria da população vivendo em localidades rurais (ORBIS MC, 2004, pág. 04).

Enquanto a população residente nos municípios periféricos que compõem o primeiro anel metropolitano triplicou de tamanho em apenas duas décadas, os municípios do segundo e do terceiro anéis tiveram incremento populacional pouco significativo dentro do contexto metropolitano. “Além de crescimento diferenciado, os diversos municípios da RMC possuem características também diferenciadas no que tange à composição e à estrutura populacional, refletindo em demandas sociais específicas para cada um deles” (DESCHAMPS, 2004, p. 45).

Esse padrão demográfico da RMC também contribui para agravar as condições de vida nos municípios da periferia da RMC, principalmente os mais



populosos e com elevadas taxas de crescimento populacional, sendo que na maioria dos casos suas finanças públicas tendem a não ser compatíveis com as tendências de aumento e de complexidade das demandas sociais de sua população. (DESCHAMPS, 2004, p. 45)

4.1.1 Apresentação dos Resultados

Com o objetivo de confirmar a existência de sub-compartimentos na Região Metropolitana de Curitiba, resultantes das diferenças intra-regionais, foram analisados indicadores relativos à caracterização da população, existência de infraestrutura básica e ofertas de serviço o que possibilitou também avaliar a classificação por anéis proposta pelo IPARDES e que foi usada como parâmetro para esta dissertação.

A organização dos resultados dos indicadores possibilitou o enquadramento de cada um dos municípios no 1º, 2º ou 3º anel, de acordo com o resultado apresentado.

Os resultados evidenciaram que cada município, apesar de estar enquadrado em um sub-compartimento metropolitano, pode apresentar características diversas ao padrão médio do mesmo.

Ou seja, dependendo do indicador analisado um determinado município pode apresentar resultados compatíveis com a média de um sub-compartimento enquanto em outro indicador apresentar valores compatíveis com a média de outro.

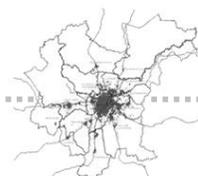
Cada município, porém, apresenta a maioria dos resultados dos indicadores dentro de um mesmo sub-compartimento, sendo assim, foi possível identificar de qual sub-compartimento proposto pelo IPARDES, cada um dos municípios apresentava um maior número de características.

Os resultados obtidos a partir das planilhas (Tabela 02 e 03) são apresentados utilizando-se de cores para identificar os anéis da seguinte forma:

1º Anel metropolitano:

2º Anel metropolitano:

3º Anel metropolitano:



As planilhas (Tabelas 23 a 26) contendo os dados numéricos utilizados para esta classificação constam nos apêndices deste trabalho.

Os resultados são obtidos por meio da classificação dos municípios tendo sempre como referência o pólo metropolitano (Curitiba). Esta classificação está em ordem crescente, quando Curitiba apresenta valores inferiores à média metropolitana ou decrescente, quando Curitiba apresentou valores superiores à média metropolitana.

Na seqüência, utilizando as linhas de corte os municípios são classificados e reenquadrados nos anéis de acordo com as características apresentadas.

Finalmente, são computados o número de vezes que cada um dos municípios apresenta características relativas a cada sub-compartimento, conforme proposto no capítulo referente à metodologia.

Para esta análise, o fato de um determinado município apresentar características de Primeiro anel, equivale dizer que apresenta características mais próximas às do pólo metropolitano, ou seja, deveriam ser, a princípio, os municípios participantes da dinâmica metropolitana.

Segundo a proposição do IPARDES, os municípios do 2º e 3º anéis deveriam apresentar menos similaridades com a área de expansão da mancha urbana de Curitiba, o que nem sempre ocorreu.

4.1.1.1 *Caracterização da população*

Para a caracterização da população da RMC são utilizados dezoito indicadores acrescidos de outro: distância da capital, totalizando dezenove indicadores (Tabela 02 e 03).

Estes indicadores são referentes à: urbanização, crescimento populacional, renda e desigualdade, atividade econômica, educação e emprego.



INDICADOR	Distância de Curitiba (km)	População Total	% População Urbana	% População Rural	Taxa de Urbanização	Taxa de Crescimento Anual	Densidade Demográfica	PIB	IDH
FONTE	ATLAS*	SNIU	SNIU	SNIU	SNIU	IBGE	SNIU	IBGE	ATLAS
PERÍODO		2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000
CURITIBA	0	1.587.315	100	0	100	2,13	3.682,80	12.978.341.738,62	0,86
ALMIRANTE TAMANDARÉ									
ARAUCÁRIA									
CAMPINA GRANDE SUL									
CAMPO LARGO									
CAMPO MAGRO									
COLOMBO									
FAZENDA RIO GRANDE									
PINHAIS									
PIRAQUARA									
QUATRO BARRAS									
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS									
BALSA NOVA									
BOCAIÚVA DO SUL									
CONTENDA									
ITAPERUÇÚ									
MANDIRITUBA									
RIO BRANCO DO SUL									
TUNAS DO PARANÁ									
ADRIANÓPOLIS									
AGUDOS DO SUL									
CERRO AZUL									
DOUTOR ULYSSES									
LAPA									
QUITANDINHA									
TIJUCAS DO SUL									

*ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil
Tabela 02 – Caracterização da População – A



INDICADOR	Intensidade de Pobreza	Intensidade de Indigência	Índice de Theil	Índice de Gini	Renda per Capita (R\$)	Empregos	PEA (10 anos e mais)	% População Ocupada Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Pesca	% Analfabetos (25 anos ou mais)	Média de Anos de Estudo (25 anos ou mais)
FONTE	ATLAS	ATLAS	ATLAS	ATLAS	ATLAS	IPARDES	IPARDES	Base-IPARDES	ATLAS	ATLAS
PERÍODO	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000
CURITIBA	43,76	64,56	0,64	0,59	619,82	568.581	828.717	0,65	4,13	8,47
ALMIRANTE TAMANDARÉ										
ARAUCÁRIA										
CAMPINA GRANDE SUL										
CAMPO LARGO										
CAMPO MAGRO										
COLOMBO										
FAZENDA RIO GRANDE										
PINHAIS										
PIRAQUARA										
QUATRO BARRAS										
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS										
BALSA NOVA										
BOCAIÚVA DO SUL										
CONTENDA										
ITAPERUÇÚ										
MANDIRITUBA										
RIO BRANCO DO SUL										
TUNAS DO PARANÁ										
ADRIANÓPOLIS										
AGUDOS DO SUL										
CERRO AZUL										
DOCTOR ULYSSES										
LAPA										
QUITANDINHA										
TIJUCAS DO SUL										

Tabela 03 – Caracterização da População – B



No caso da caracterização da população, quatro resultados merecem destaque:

- O município de Campo Magro apresenta



O município da Lapa é, sem dúvida, o mais díspar em relação à caracterização da população, pois apresenta resultados equivalentes nos três anéis metropolitanos, não se caracterizando claramente em nenhum.

4.1.1.2 *Infra-estrutura*

Em relação ao tema infra-estrutura urbana básica, são utilizados apenas três indicadores (Tabela 04), considerados representativos das condições de vida da população metropolitana e dos investimentos públicos realizados nos municípios metropolitanos.

INDICADOR	% Domicílios Ligados à Rede de Abastecimento de Água	% Domicílios com Coleta de Lixo	% Domicílios com Banheiro ou Sanitário e Rede Geral de Esgoto
FONTE	SNIU	SNIU	SNIU
PERÍODO	2000	2000	2000
CURITIBA	98,61	99,54	77,65
ALMIRANTE TAMANDARÉ			
ARAUCÁRIA			
CAMPINA GRANDE SUL			
CAMPO LARGO			
CAMPO MAGRO			
COLOMBO			
FAZENDA RIO GRANDE			
PINHAIS			
PIRAQUARA			
QUATRO BARRAS			
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS			
BALSA NOVA			
BOCAIÚVA DO SUL			
CONTENDA			
ITAPERUÇÚ			
MANDIRITUBA			
RIO BRANCO DO SUL			
TUNAS DO PARANÁ			
ADRIANÓPOLIS			
AGUDOS DO SUL			
CERRO AZUL			
DOUTOR ULYSSES			
LAPA			
QUITANDINHA			
TIJUCAS DO SUL			

Tabela 04 – Infra-estrutura



Neste grupo de indicadores os destaques são:

- O município de Itaperuçu, ao contrário da primeira avaliação, aqui apresenta dois dos três resultados equivalentes à média do segundo anel enquanto apenas uma ao primeiro anel metropolitano;
- O município de Tunas do Paraná apresenta os três resultados na média equivalente ao terceiro anel metropolitano e nenhuma no sub-compartimento da classificação usada como base;
- O município da Lapa apresenta dois resultados equivalentes ao segundo anel e um equivalente ao primeiro, não apresentando nenhum resultado compatível com a média do terceiro anel onde originalmente se encontra.

No que diz respeito à Infra-estrutura básica, diferentemente dos resultados anteriores, a proximidade do pólo parece beneficiar o município de Campo Magro.

O município de Itaperuçu, apesar de estar mais próximo do pólo do que alguns municípios do Primeiro anel como Campina Grande do Sul, Fazenda Rio Grande e Campo Largo, apresenta resultados piores no que diz respeito à Coleta de Lixo e Rede de Esgoto.

O município de Tunas do Paraná, apesar dos indicadores de urbanização compatíveis com o segundo anel, apresenta todos os indicadores relativos à Infra-estrutura básica no terceiro anel metropolitano.

Em relação à Infra-estrutura básica o município da Lapa também se diferencia claramente da sua classificação original.

4.1.1.3 Serviços

Em relação aos serviços públicos são utilizados apenas dois indicadores (Tabela 05) quais sejam: Unidades de Atendimento Médico por 1.000 habitantes e Estabelecimentos de Ensino por 1.000 habitantes. Estes indicadores foram escolhidos por serem significativos para o próximo passo da análise referente às relações intermunicipais.



INDICADOR	Unidades de Atendimento Médico por 1.000 hab	Estabelecimentos de ensino por 1.000 hab
FONTE	Base-SNIU	Base-IPARDES
PERÍODO		
CURITIBA		
ALMIRANTE TAMANDARÉ		
ARAUCÁRIA		
CAMPINA GRANDE SUL		
CAMPO LARGO		
CAMPO MAGRO		
COLOMBO		
FAZENDA RIO GRANDE		
PINHAIS		
PIRAQUARA		
QUATRO BARRAS		
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS		
BALSA NOVA		
BOCAIÚVA DO SUL		
CONTENDA		
ITAPERUÇÚ		
MANDIRITUBA		
RIO BRANCO DO SUL		
TUNAS DO PARANÁ		
ADRIANÓPOLIS		
AGUDOS DO SUL		
CERRO AZUL		
DOCTOR ULYSSES		
LAPA		
QUITANDINHA		
TIJUCAS DO SUL		

Tabela 05 – Serviços

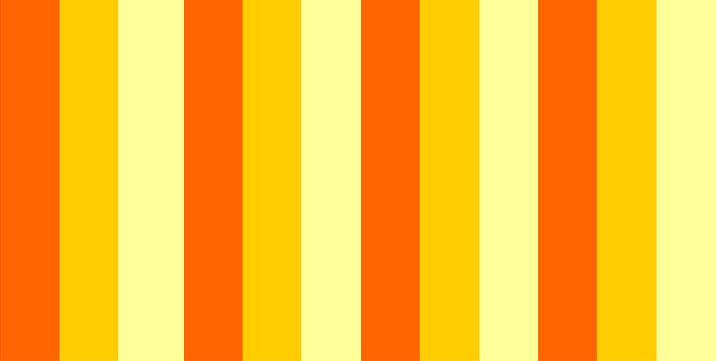
Este aspecto apresenta os resultados mais diversificados da análise realizada:

- Os municípios de Campo Magro, Piraquara e Quatro Barras apesar de originalmente estarem no primeiro anel metropolitano dividem seus resultados entre o 1º e 2º anéis;

- Os municípios de Balsa Nova, Itaperuçu, Mandirituba e Tunas do Paraná, apesar de originalmente estarem no 2º anel metropolitano, dividem seus resultados entre o 2º e 3º anéis;

- Os municípios de Cerro Azul, Doutor Ulysses e Quitandinha originalmente no 3º anel metropolitano, dividirem seus resultados entre o 2º e 3º anel;





Segundo o somatório dos indicadores é possível identificar que:

- Os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais apresentam a maioria dos resultados compatíveis às médias do primeiro anel metropolitano.

Vale observar que o município de Campo Magro apresenta apenas um indicador a mais no primeiro anel (11) do que seu número de resultados do segundo anel (10). Este município, apesar da proximidade de Curitiba, não apresenta características de área metropolitana, podendo, com o tempo, vir a apresentá-las de acordo com o crescimento da mancha de urbanização da metrópole.

O município de Itaperuçu apesar de, tanto na classificação do IPARDES quanto da COMEC, aparecer no segundo anel metropolitano, tem características de área metropolitana, uma vez que, dentre outros parâmetros, seus indicadores de crescimento populacional e sua proximidade do pólo o inserem na dinâmica da área de expansão da metrópole.

Este enquadramento no primeiro anel metropolitano poderia se efetivar à medida que recebesse maiores investimentos do Governo do Estado no que diz respeito à infra-estrutura básica e serviços. Além disto, possíveis incentivos a instalações de empresas geradoras de postos de empregos poderiam colaborar na melhoria dos indicadores referentes à renda e qualidade de vida da população.

Os municípios de Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Lapa apresentam a maioria dos resultados compatíveis às médias do segundo anel metropolitano.

O município da Lapa apresenta a maioria dos resultados (10) compatíveis à média do segundo anel metropolitano, oito equivalentes ao primeiro anel e seis ao terceiro. Este município, por sua vez, apresenta uma dinâmica completamente distinta, tanto dos municípios da área metropolitana, quanto daqueles que são metropolitanos, apenas por seu enquadramento legal, pois não apresenta maioria absoluta em um sub-compartimento metropolitano e sim uma relativa equivalência entre as características de cada um deles.

Apesar de estar bastante distante do pólo e apresentar uma baixa Taxa de Crescimento Anual e Densidade Demográfica, apresenta População Total



indicadores no que seria o primeiro anel na classificação do IPARDES, poucas características do segundo anel e praticamente nenhuma do terceiro anel metropolitano;

- Um grupo de municípios, localizado a uma maior distância do pólo metropolitano, apresenta características similares entre eles, tendo a maioria absoluta de indicadores no que seria o segundo anel na classificação do IPARDES, poucas características do primeiro e terceiro anéis metropolitano;

- Um grupo de municípios, bastante distantes do pólo metropolitano, apresenta características similares entre eles, tendo a maioria absoluta de indicadores no que seria o terceiro anel na classificação do IPARDES, poucas características do segundo anel e praticamente nenhuma do primeiro anel metropolitano;

O primeiro grupo de municípios, mais próximos ao pólo, apresenta resultados similares ao do próprio pólo, confirmando o processo de metropolização.

4.2 INTER-RELAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS E O PÓLO

Vários são os aspectos que determinam a necessidade de inter-relações entre os municípios participantes de uma aglomeração metropolitana, entre eles o fornecimento de água, a disposição do lixo, serviços de saúde e educação, por exemplo. Em alguns casos são discutidas possibilidades de ações integradas que podem ou não acontecer em forma de consórcios.

Na Região Metropolitana de Curitiba, as questões de resíduos sólidos e da saúde já são discutidas de forma conjunta entre vários municípios.

No caso do lixo o aterro sanitário da Caximba é compartilhado pelos municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Mandirituba e Quatro Barras. O encaminhamento do problema em médio e longo prazo passa necessariamente por outra ação supra-municipal, cujos estudos indicam ser uma solução consorciada.

Já no que diz respeito a saúde, em setembro de 2006 foi aprovada pela Câmara Municipal de Curitiba e sancionada pelo Prefeito Municipal a lei que autoriza o Município de Curitiba a constituir com outros municípios do Paraná, o Consórcio



Metropolitano de Saúde do Paraná com a finalidade de aumentar as ofertas de serviços de saúde de média e alta complexidade.

Porém estas relações entre os vários municípios metropolitanos e entre eles e o pólo não acontecem da mesma forma e intensidade.

Com o objetivo de identificar a diferença de intensidade nas relações existentes entre os municípios que sofrem maior influência do pólo da Região Metropolitana de Curitiba e os demais municípios metropolitanos são analisados dados referentes a transportes, educação, saúde e emprego em cada um dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

4.2.1 Apresentação dos Resultados

Os resultados baseiam-se na análise de dados referentes ao movimento pendular existente na RMC e questões relacionadas a ele, como deslocamento relativo a trabalho e educação, deslocamento em busca de serviços de saúde, bem como a oferta de transporte coletivo.

4.2.1.1 Movimento Pendular

O Censo Demográfico 2000 (IBGE) contemplou o movimento pendular incluindo pesquisa de município de origem e destino para trabalho e estudo da população residente. “Com a análise dos dados sobre movimento pendular, abrem-se novas perspectivas de pesquisa sobre a configuração territorial das aglomerações metropolitanas”. (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p. 125)

A existência de um movimento pendular significativo entre os municípios da RMC, principalmente entre eles e o pólo, pode ser ilustrada pelos dados da população de 15 anos ou mais que trabalha ou estuda fora do município de residência (Tabela 07).

Esta faixa etária além, de concentrar a maioria da População Economicamente Ativa – PEA, abrange também as pessoas com idade mínima para o Ensino Médio, dois indicadores analisados separadamente na seqüência.



Compartimento Intra-metropolitano	População de 15 anos ou mais que trabalha ou estuda	População de 15 anos ou mais que trabalha ou estuda fora do município de residência	% População que trabalha ou estuda fora do município de residência	População de 15 anos ou mais que trabalha ou estuda dirigindo-se ao pólo	% População que trabalha ou estuda fora do município de residência dirigindo-se ao pólo
Pólo	822.270	27.171	3,30	0	0,00
1º Anel	436.559	159.528	36,54	138.706	86,95
2º Anel	40.958	7.588	18,53	4.720	62,20
3º Anel	27.407	1.622	5,92	577	35,57

Fontes: DESCHAMPS, 2004. Com base em Censo Demográfico 2000 (micro dados); IPARDES tabulações especiais.

Tabela 07 – Movimento Pendular para Estudo ou Trabalho

Os números acima explicitam tanto a grande dependência que os municípios metropolitanos apresentam do pólo quanto à diferença de dinâmica entre este e cada um dos sub-compartimentos intra-metropolitanos.

Em seguida são analisados dados de educação e emprego, que podem indicar a razão pela qual este movimento pendular é tão significativo.



4.2.1.2 Trabalho e Estudo

A Tabela 08 apresenta dados referentes ao deslocamento para estudo ou trabalho, do total da população, para cada um dos municípios metropolitanos.

Município	População Total / 2000	População que Trabalhava ou Estudava em outro Município da Unidade da Federação / 2000	% População que se Deslocava para Estudar ou Trabalhar	Considerações		
				Compartimento Intra-metropolitano	RIT	Inter-relação
Adrianópolis	7.031	3.277	46,61	3º anel	Não	Muito Alta
Agudos do Sul	7.221	2.845	39,40	3º anel	Não	Muito Alta
Almirante Tamandaré	88.277	22.937	25,98	1º anel	Sim	Muito Alta
Piraquara	72.886	17.188	23,58	1º anel	Sim	Muito Alta
Pinhais	102.985	24.168	23,47	1º anel	Sim	Muito Alta
Colombo	183.329	40.785	22,25	1º anel	Sim	Muito Alta
Fazenda Rio Grande	62.877	12.403	19,73	1º anel	Sim	Muito Alta
Campo Magro	20.409	3.431	16,81	1º anel	Sim	Alta
Campina Grande do Sul	34.566	5.173	14,97	1º anel	Não	Alta
Quatro Barras	16.161	2.410	14,91	1º anel	Não	Alta
Balsa Nova	10.153	1.309	12,89	2º anel	Não	Alta
Itaperuçu	19.344	2.278	11,78	2º anel	Sim	Alta
São José dos Pinhais	204.316	23.806	11,65	1º anel	Sim	Alta
Araucária	94.258	9.471	10,05	1º anel	Sim	Alta
Campo Largo	92.782	8.488	9,15	1º anel	Sim	Média
Bocaiúva do Sul	9.050	722	7,98	2º anel	Sim	Média
Contenda	13.241	867	6,55	2º anel	Sim	Média
Mandirituba	17.540	1.110	6,33	2º anel	Não	Média
Rio Branco do Sul	29.341	1.798	6,13	2º anel	Sim	Média
Quitandinha	15.272	658	4,31	3º anel	Não	Baixa
Tijucas do Sul	12.260	388	3,16	3º anel	Não	Baixa
Lapa	41.838	799	1,91	3º anel	Não	Muito Baixa
Doutor Ulysses	6.003	64	1,07	3º anel	Não	Muito Baixa
Curitiba	2.662.441	25.149	0,94	pólo	Sim	Muito Baixa
Cerro Azul	16.352	116	0,71	3º anel	Não	Muito Baixa
Tunas do Paraná	3.611	0	0,00	2º anel	Não	Muito Baixa

(*) A inter-relação baseia-se no % da População que se deslocava para estudar ou trabalhar

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 Deslocamento

Tabela 08 – Deslocamento para Trabalho ou Estudo

São feitas considerações identificando a qual compartimento intra-metropolitanos cada município pertence e se está integrado a Rede Integrada de Transportes – RIT.

A partir daí, em uma classificação por ordem decrescente, com base no percentual População que se Deslocava para Estudar ou Trabalhar, é determinado um grau de Inter-Relação, que este município estabelece com seu entorno.



Esta inter-relação pode ser Muito Baixa (quando o percentual for até 2,5% do maior valor apresentado), Baixa (quando o percentual for entre 2,5 e 5% do maior valor apresentado), Média (quando o percentual for entre 5 e 10%), Alta (quando o percentual for entre 10 e 20%) ou Muito Alta (quando o percentual for acima de 20% do maior valor apresentado).

Os resultados demonstram que os municípios do 1º anel metropolitano são os que apresentam maior inter-relação no que diz respeito a Trabalho e Estudo.

Esta característica pode ser atribuída ao fato de que a maioria destes municípios faz parte da Rede Integrada de Transportes da RMC o que facilitaria sobremaneira este movimento pendular. Aqui cabe observar que este deslocamento não está contabilizado considerando exclusivamente o pólo, o que poderia explicar os maiores índices em municípios do terceiro anel não participantes da RIT.

É possível dizer que a Inter-relação entre os municípios da Região Metropolitana de Curitiba para Trabalho e Estudo é de forma geral:

- Muito Alta ou Alta para os municípios do 1º anel, com exceção de Campo Largo (Média);
- Alta ou Média para os municípios do 2º anel, com exceção de Tunas do Paraná (Muito Baixa); e
- Baixa ou Muito Baixa para os municípios do 3º anel, com exceção de Adrianópolis e Agudos do Sul (Muito Alta).

Cabe observar que o pólo também apresenta movimento pendular para Trabalho e Estudo, apesar de Muito Baixo.

4.2.1.3 Educação

No caso específico da educação são levantados dados referentes ao número de pessoas que freqüentavam escola no ensino médio e o número de matrículas no ensino médio por município.

Optou-se pelo ensino médio por ser esta a modalidade de ensino a possível responsável pelos maiores deslocamentos intermunicipais uma vez que, de forma geral, o ensino básico é atendido pela rede municipal e o ensino superior tem adesão reduzida.



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº. 9.394/97, estabeleceu como sendo dever do Estado a progressiva extensão da obrigatoriedade do Ensino Médio, cuja idade regular para se cursar é faixa etária entre 15 e 17 anos.

Segundo dados do MEC/INEP (1999/2003) a totalidade das matrículas no ensino médio na Região Metropolitana de Curitiba são em escolas da rede estadual.

Da mesma forma que na análise anterior, foram feitas considerações identificando a que compartimento intra-metropolitano cada município pertence e se está integrado a RIT (Tabela 09).

A partir daí, fazendo uma classificação por ordem decrescente com base no percentual População que se Deslocava para Estudar ou Trabalhar, foi determinado um grau de Inter-Relação, que este município estabelece com seu entorno.

Esta Inter-Relação pode ser Muito Baixa (quando o percentual for até 2,5% do maior valor apresentado), Baixa (quando o percentual for entre 2,5 e 5% do maior valor apresentado), Média (quando o percentual for entre 5 e 10%), Alta (quando o percentual for entre 10 e 20%) ou Muito Alta (quando o percentual for acima de 20% do maior valor apresentado).

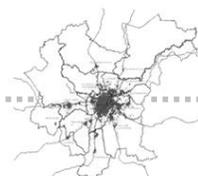
Ainda em relação ao Estudo, são os municípios do 1º anel metropolitano os que apresentam maior inter-relação.

É possível dizer que a inter-relação entre os municípios da Região Metropolitana de Curitiba para Estudo é de forma geral:

- Muito Alta ou Alta para os municípios do 1º anel;
- Os municípios do 2º e 3º anéis apresentam resultados que variam de Muito Alta a Muito Baixa.

Aqui, alguns municípios do segundo e terceiro anéis apresentam resultados negativos, podendo indicar que possuem número suficiente de vagas para o ensino médio, não necessitando de deslocamento para tanto e até receberiam um pequeno número de estudantes dos municípios próximos.

Estes resultados, ao contrário dos anteriores não apresentam uma relação tão direta com o fato de o município participar ou não da RIT. O que pode indicar que, muitas vezes, este deslocamento possa ser para municípios vizinhos e não para o pólo metropolitano o qual, neste caso, também apresenta movimento pendular, apesar de Muito Baixo.



Município	População Total 2000	Pessoas que Frequentavam Escola - Ensino Médio / 2000 ⁽¹⁾	Matrículas no Ensino Médio Total / 2000 ⁽²⁾	Diferença entre Pessoas que Frequentavam o Ensino Médio e o Número de Matrículas No Município de Residência	Diferença entre Pessoas Que Frequentavam o Ensino Médio e o Número de Matrículas No Município de Residência por 1000 Habitantes	Considerações		
						Compartimento Intra-metropolitano	RIT	Inter-relação
Piraquara	72.886	3.229	1.656	1.573	22	1º	Sim	Muito Alta
Lapa	41.838	2.212	1.365	847	20	3º	Não	Muito Alta
Fazenda Rio Grande	62.877	3.221	2.051	1.170	19	1º	Sim	Muito Alta
Colombo	183.329	9.327	5.978	3.349	18	1º	Sim	Muito Alta
Almirante Tamandaré	88.277	4.377	2.994	1.383	16	1º	Sim	Muito Alta
Campo Magro	20.409	958	655	303	15	1º	Sim	Muito Alta
Contenda	13.241	592	398	194	15	2º	Sim	Muito Alta
São José dos Pinhais	204.316	11.525	8.828	2.697	13	1º	Sim	Muito Alta
Adrianópolis	7.007	432	352	80	11	3º	Não	Muito Alta
Mandirituba	17.540	679	493	186	11	2º	Não	Muito Alta
Campina Grande do Sul	34.566	1.638	1.280	358	10	1º	Não	Muito Alta
Campo Largo	92.782	4.696	3.739	957	10	1º	Sim	Alta
Araucária	94.258	5.239	4.439	800	8	1º	Sim	Alta
Pinhais	102.985	6.163	5.303	860	8	1º	Sim	Alta
Balsa Nova	10.153	547	470	77	8	2º	Não	Alta
Quatro Barras	16.161	958	838	120	7	1º	Não	Alta
Quitandinha	15.272	786	676	110	7	3º	Não	Alta
Rio Branco do Sul	29.341	1.131	948	183	6	2º	Sim	Média
Cerro Azul	16.352	422	358	64	4	3º	Não	Baixa
Curitiba	1.587.315	97.918	96.158	1.760	1	Pólo	Sim	Muito Baixa
Bocaiúva do Sul	9.050	313	303	10	1	2º	Sim	Muito Baixa
Tijucas do Sul	12.260	359	361	-2	0	3º	Não	Muito Baixa
Itaperuçu	19.344	542	552	-10	-1	2º	Sim	Muito Baixa
Agudos do Sul	7.221	324	337	-13	-2	3º	Não	Muito Baixa
Doutor Ulysses	6.003	125	145	-20	-3	3º	Não	Muito Baixa
Tunas do Paraná	3.611	99	123	-24	-7	2º	Não	Muito Baixa

Fonte: (1) IBGE (2) MEC/INEP

Tabela 09 – Deslocamento Educação



4.2.1.4 *Emprego*

A busca por trabalho é um dos fatores que pode indicar a inter-relação entre os municípios metropolitanos, sendo característica comum de áreas metropolitanas o fato de uma parcela significativa desta população estabelecer residência em municípios próximos ao pólo e trabalharem neste ou em outros municípios do entorno da metrópole.

Os indicadores utilizados para esta análise foram a População Economicamente Ativa – PEA, o Número de Empregos Total e o percentual de Desemprego em cada um dos municípios da RMC (Tabela 10).

Estes indicadores possibilitaram a estimativa de Pessoas Desempregadas e Pessoas Empregadas em cada um dos municípios e a partir daí a estimativa do número de pessoas de cada um dos municípios que estariam empregadas em outros municípios da região.

Importante ressaltar que o objetivo do levantamento dos dados apresentados a seguir é tão somente demonstrar a existência de inter-relações entre os municípios da Região Metropolitana de Curitiba e não de alcançar os números exatos dos deslocamentos relativos ao tema Emprego, aqui abordado.



MUNICÍPIO	PEA/2000 (1)	Total Trabalhadores no município (a) + (b)	Estimativa de Pessoas Desempregadas	Estimativa de Pessoas Empregadas (c)	Estimativa de Pessoas Empregadas fora do Município de Residência por 1000 habitantes	Considerações		
						Compartimento Intra- metropolitano	RIT	Inter- relação
Doutor Ulysses	3.391	1.692	105	3.286	266	3º	Não	Muito Alta
Cerro Azul	6.951	4.012	466	6.485	151	3º	Não	Muito Alta
Tijucas do Sul	5.914	3.736	414	5.500	144	3º	Não	Muito Alta
Quitandinha	7.056	4.344	557	6.499	141	3º	Não	Muito Alta
Contenda	6.904	4.322	725	6.179	140	2º	Sim	Alta
Lapa	19.818	13.227	2.596	17.222	95	3º	Não	Alta
Rio Branco do Sul	12.067	7.982	1.412	10.655	91	2º	Sim	Alta
Bocaiúva do Sul	3.948	2.935	375	3.573	70	2º	Sim	Alta
Adrianópolis	2.507	1.470	549	1.958	70	3º	Não	Alta
Quatro Barras	8.287	5.962	1.268	7.019	65	1º	Não	Alta
Piraquara	33.709	22.595	6.405	27.304	65	1º	Sim	Alta
Balsa Nova	4.781	3.477	665	4.116	63	2º	Não	Alta
Mandirituba	7.364	5.566	700	6.664	63	2º	Não	Alta
Almirante Tamandaré	41.214	28.616	7.171	34.043	61	1º	Sim	Alta
Campo Magro	9.981	7.619	1.168	8.813	59	1º	Sim	Alta
Campo Largo	44.378	32.652	6.302	38.076	58	1º	Sim	Alta
Colombo	86.257	61.703	13.887	72.370	58	1º	Sim	Alta
Fazenda Rio Grande	29.063	19.459	6.045	23.018	57	1º	Sim	Alta
Curitiba	828.717	622.096	116.849	711.868	57	Pólo	Sim	Alta
São José dos Pinhais	101.140	74.246	15.576	85.564	55	1º	Sim	Média
Araucária	44.005	31.786	7.261	36.744	53	1º	Sim	Média
Pinhais	51.756	37.565	9.057	42.699	50	1º	Sim	Média
Campina Grande do Sul	16.183	11.867	2.897	13.286	41	1º	Não	Média
Itaperuçu	6.831	4.614	1.530	5.301	36	2º	Sim	Média
Agudos do Sul	3.073	2.430	396	2.677	34	3º	Não	Média
Tunas do Paraná	1.128	912	104	1.024	31	2º	Não	Muito Baixa

Tabela 10 – Deslocamento Emprego



Fonte: (1) IBGE - Censo Demográfico (2) Ministério do Trabalho e Emprego / TEM (a) Compreende os empregados com carteira, militares e estatutários
(b) Compreende os empregados sem carteira e os conta-própria
(c) Diferença entre o PEA e pessoas desempregadas
(d) Diferença entre o número de empregos no município e pessoas empregadas

De forma contrária aos resultados anteriores, em relação ao tema Emprego, são os municípios do terceiro e segundo anéis respectivamente que apresentam as maiores inter-relações (Tabela 10), mais uma vez de forma independente à participação da RIT.

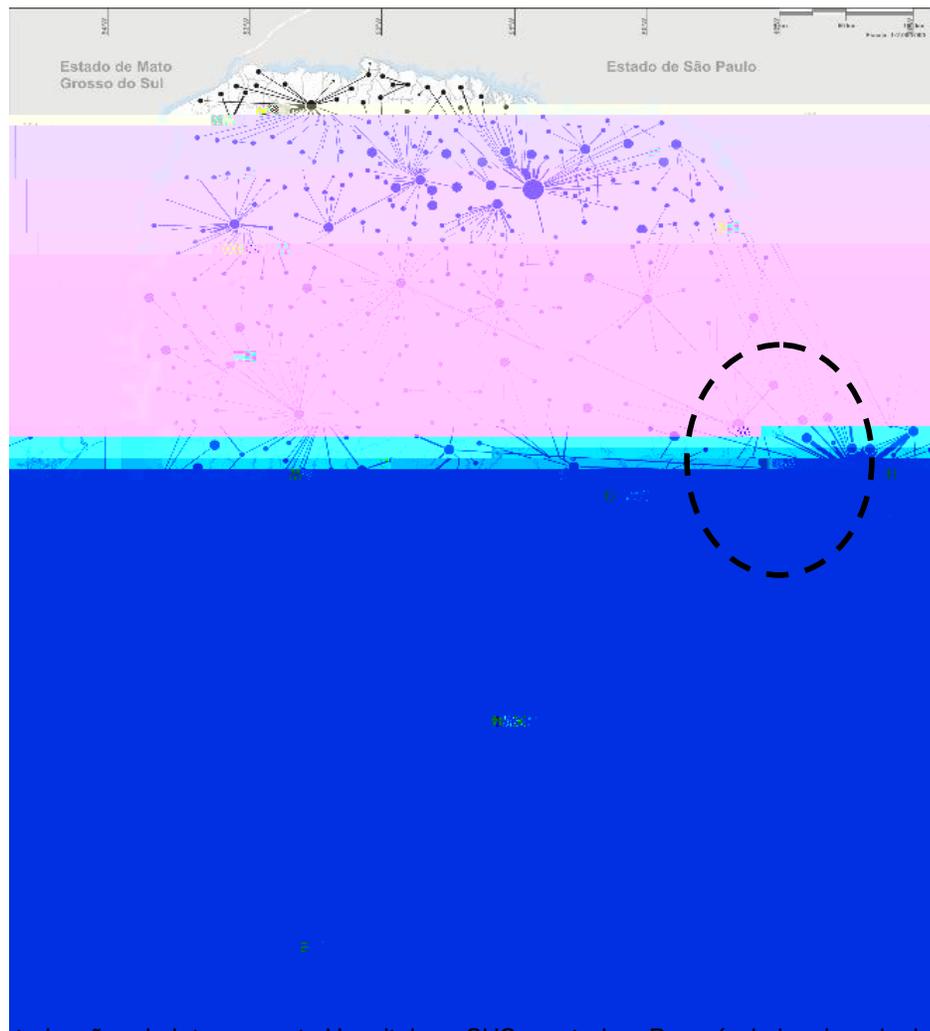
Estes deslocamentos podem indicar, de fato, uma maior oferta de trabalho no entorno próximo do pólo metropolitano. Esta oferta faria com que, mesmo sem a facilidade da integração do transporte, as pessoas tenham que se deslocar em direção ao pólo.



4.2.1.5 Saúde

Em relação à saúde, buscando identificar a dependência que os municípios metropolitanos apresentam em relação ao pólo, são levantados dados referentes ao número de leitos disponível em cada município bem como o número de internamentos em Curitiba por município de origem (Tabela 11). É analisado também o fato de cada um dos municípios ser ou não integrado a rede de transportes metropolitana, o que poderia facilitar a busca de atendimento em Curitiba.

A figura 07 ilustra o fluxo de internamentos no Paraná, demonstrando a grande demanda direcionada à Curitiba e região.



Base: Autorizações de Internamento Hospitalar – SUS, em todo o Paraná, de janeiro a junho de 2004
Fonte: PRDE: PARANACIDADE/IPARDES/UFPR

Figura 07 – Fluxo de Internamentos Hospitalares no Paraná



Município	População Estimada 2005 ⁽¹⁾	Internamentos em Curitiba por 1000 Habitantes - 2005 ⁽²⁾	Número de Leitos Total para 1000 Habitantes - 2005 ⁽³⁾	Considerações		
				Compartmento Intra-metropolitano	RIT	Inter-relação
Almirante Tamandaré	109.733	46,68	0,33	1º	Sim	Muito Alta
Campo Magro	25.596	42,19	0,00	1º	Sim	Muito Alta
Rio Branco do Sul	30.469	40,04	1,64	2º	Sim	Muito Alta
Pinhais	120.195	39,98	3,28	1º	Sim	Muito Alta
Fazenda Rio Grande	86.609	35,44	0,37	1º	Sim	Muito Alta
Quitandinha	15.807	31,25	1,58	3º	Não	Muito Alta
Colombo	224.404	30,61	0,53	1º	Sim	Muito Alta
Piraquara	98.899	29,97	7,61	1º	Sim	Muito Alta
Araucária	114.648	29,18	0,59	1º	Sim	Muito Alta
Mandirituba	20.172	26,62	2,48	2º	Não	Muito Alta
Agudos do Sul	7.938	25,20	0,00	3º	Não	Muito Alta
Tijucas do Sul	13.536	24,82	1,63	3º	Não	Muito Alta
Itaperuçu	24.725	22,73	2,06	2º	Sim	Muito Alta
Contenda	14.494	22,63	2,48	2º	Sim	Muito Alta
São José dos Pinhais	252.470	20,11	2,21	1º	Sim	Muito Alta
Quatro Barras	20.017	17,88	1,20	1º	Não	Alta
Lapa	44.733	16,86	4,34	3º	Não	Alta
Campo Largo	105.474	16,53	2,83	1º	Sim	Alta
Balsa Nova	11.299	16,37	2,12	2º	Não	Alta
Bocaiúva do Sul	9.841	13,21	1,42	2º	Sim	Alta
Campina Grande Sul	44.103	8,32	6,85	1º	Não	Média
Cerro Azul	16.527	7,93	1,57	3º	Não	Média
Tunas do Paraná	4.076	6,62	1,47	2º	Não	Média
Adrianópolis	5.799	3,79	0,00	3º	Não	Baixa
Doutor Ulysses	6.631	3,17	0,00	3º	Não	Baixa

Fonte: (1) IBGE (2) DATASUS (3) DATASUS 2006, segundo a SESA não existe diferença significativa entre 2005 e 2006 - "<http://cnes.datasus.gov.br>", em 19.10.06.

Tabela 11 – Dados do deslocamento da população em relação à saúde

De forma geral, os resultados, considerando os internamentos no pólo (Curitiba), demonstram que as maiores inter-relações são entre os municípios participantes da RIT e com baixo número de leitos por 1000 habitantes, na maioria municípios do primeiro anel metropolitano.

Alguns resultados merecem destaque: o município de Piraquara, apesar de possuir um alto número de leitos por 1000 habitantes, apresenta também uma grande inter-relação com o pólo. Isto acontece, em parte, em razão da maior parte dos leitos do município de Piraquara ser de uma única especialidade, o que faz com que sua população tenha que se deslocar em busca de atendimentos de outras especialidades. Este fato também acontece com o município da Lapa.



Também chama atenção o fato de municípios do terceiro anel, como Adrianópolis e Dr. Ulysses, não possuírem nenhum leito hospitalar e terem uma inter-relação Baixa com o pólo. Este fato pode estar relacionado com a dificuldade de acesso ao pólo, uma vez que estes municípios não fazem parte da RIT. Estes municípios se situam a mais de 90 km do pólo e ainda tem a possibilidade de buscar atendimento em outros municípios do Estado, fora da RMC ou até mesmo em outro Estado.

4.2.1.6 Transportes

O transporte coletivo é uma das questões mais significativas para viabilização da inter-relação entre os municípios metropolitanos e o pólo.

As entidades diretamente envolvidas com o tema na RMC são a COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, a URBS - Urbanização de Curitiba S.A. além das operadoras.

Segundo o documento Diretrizes de Desenvolvimento para a Região Metropolitana de Curitiba (COMEC, 2000) em 1996, um convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná através da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e a prefeitura de Curitiba através da urbanização de Curitiba S.A. URBS estabeleceu um novo sistema para o planejamento, a operação, a fiscalização e o controle do sistema de transporte coletivo da RMC.

Este convênio determinou que o planejamento e gerenciamento do transporte de passageiros metropolitano, assim como sua compatibilização ao sistema de transporte de passageiros de Curitiba, ficariam sob responsabilidade da URBS com o objetivo de integrar estes dois sistemas.

A COMEC, por sua vez, manteve como atribuições a outorga das concessões e permissões para o serviço de transporte metropolitano; a homologação contratual contraída entre a URBS e as empresas prestadoras de serviço; o repasse de recursos ao Fundo de Urbanização de Curitiba para construção, reforma ou ampliação de terminais de transporte e outros equipamentos urbanos sediados no município de Curitiba e necessários para integração metropolitana.

O planejamento e coordenação da implantação dos planos, programas e projetos na área do transporte metropolitano e o acompanhamento à supervisão



física e financeira das obras e serviços realizados, são ações partilhadas entre a COMEC e a URBS.

Atualmente existe uma Rede Integrada de Transporte – RIT/RMC a qual é composta por linhas integradas, linhas não integradas e linhas que atendem aos municípios do núcleo urbano central.

Linhas integradas a RIT

São as linhas situadas nos municípios da área conurbada com o pólo regional, que têm um maior grau de dependência da capital, estando integradas com o sistema de Curitiba.

As linhas metropolitanas integradas (Tabela 12) atendem os municípios de: Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. Apenas dois municípios do primeiro anel metropolitano - Campina Grande do Sul e Quatro Barras - não são atendidos. O município de Contenda se conecta à RIT através do terminal de Araucária.

TRANSPORTE COLETIVO RMC - Linhas Integradas RIT/março 2000					
Município	Número de linhas	Passageiro dia útil	População Total	% população transportada	Anel
Almirante Tamandaré	14	40.772	88.277	46%	1º
Araucária	5	23.957	94.258	25%	1º
Campo Largo	8	14.102	92.782	15%	1º
Campo Magro	4	6.944	20.409	34%	1º
Colombo	24	69.235	183.329	38%	1º
Contenda	2	642	13.241	5%	2º
Faz. Rio Grande	6	22.865	62.877	36%	1º
Itaperuçu	1	1.192	19.344	6%	2º
Pinhais	13	31.171	102.985	30%	1º
Piraquara	6	15.351	72.886	21%	1º
Rio Branco do Sul	1	1.223	29.341	4%	2º
São José dos Pinhais	5	18.953	204.316	9%	1º
TOTAL	89	246.407	984.045	25%	1º e 2º

Fonte: Autor com base em URBS, 2000

Tabela 12 – Linhas Metropolitanas Integradas RIT/2000



Linhas não integradas à RIT

São as linhas que atendem aos municípios da área conturbada com Curitiba, compreendendo 72 linhas convencionais (Tabela 13) e interligando Curitiba aos municípios de Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

TRANSPORTE COLETIVO RMC - Linhas Não Integradas RIT/março 2000					
Município	Número de linhas	Passageiro dia útil	População Total	% população transportada	Anel
Almirante Tamandaré	4	9.879	88.277	11%	1º
Campina Grande do Sul	5	13.748	34.566	40%	1º
Campo Largo	3	8.034	92.782	9%	1º
Colombo	17	33.274	183.329	18%	1º
Itaperuçu	1	3.316	19.344	17%	2º
Pinhais	10	27.518	102.985	27%	1º
Piraquara	10	23.979	72.886	33%	1º
Quatro Barras	5	4.948	16.161	31%	1º
Rio Branco do Sul	1	6.220	29.341	21%	2º
São José dos Pinhais	16	50.157	204.316	25%	1º
TOTAL	72	181.073	843.987	21%	1º e 2º

Fonte: Autor com base em URBS, 2000

Tabela 13 – Linhas Não Integradas RIT/ 2000

Neste caso, os únicos municípios do primeiro anel não inclusos são Araucária, Campo Magro e Fazenda Rio Grande. Os municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, do 2º anel metropolitano, também são atendidos.

Linhas que atendem os municípios do núcleo urbano central - Intercidades

Com o intuito de promover conexões entre os municípios do primeiro anel existem linhas, denominadas Intercidades (Tabela 14), que fazem ligações entre as sedes de alguns municípios, proporcionando serviço de atendimento às demandas periféricas, que não necessitam passar pelo pólo.

As sedes interligadas são as dos municípios de Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Colombo, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.



TRANSPORTE COLETIVO RMC - Linhas Intercidades/março 2000					
Município	Número de linhas	Passageiro dia útil	População Total	% população transportada	Anel
Almirante Tamandaré	1	397	88.277	Menos de 1%	1º
Campina Grande do Sul	2	525	34.566	2%	1º
Colombo	4	2.194	183.329	1%	1º
Itaperuçu	1	972	19.344	5%	2º
Pinhais	1	1.711	102.985	2%	1º
Piraquara	2	1.687	72.886	2%	1º
Quatro Barras	2	451	16.161	3%	1º
Rio Branco do Sul	1	972	29.341	3%	2º
São José dos Pinhais	1	953	204.316	Menos de 1%	1º
TOTAL	15	9.862	751.205	1%	1º e 2º

Fonte: Autor com base em URBS, 2000

Tabela 14 – Linhas Intercidades/março 2000

Ligações entre Curitiba e municípios periféricos

Estas são as linhas que não atendem área conurbada da RMC, circulando pelos municípios externos à mancha urbana contínua, embora fazendo conexão com o pólo (Tabela 15). São onze linhas que fazem ligação entre Curitiba e Adrianópolis, Agudos do Sul, Cerro Azul, Contenda, Quitandinha, Tijucas do Sul, além dos municípios de Bocaiúva do Sul e Mandirituba que, apesar de pertencerem ao 2º anel metropolitano, não são atendidos por nenhuma outra linha do sistema de transportes metropolitano.

TRANSPORTE COLETIVO RMC - Linhas para municípios periféricos/março 2000					
Município	Número de linhas	Passageiro dia útil	População Total	% população transportada	Anel
Adrianópolis	1	60	7.007	1%	3º
Agudos do Sul	2	154	7.221	2%	3º
Bocaiúva do Sul	2	1.336	9.050	15%	2º
Cerro Azul	1	420	16.352	3%	3º
Contenda	1	420	13.241	3%	2º
Mandirituba	1	1.862	17.540	11%	2º
Quitandinha	2	567	15.272	4%	3º
Tijucas do Sul	1	120	12.260	1%	3º
TOTAL	11	4.939	97.943	5%	2º e 3º

Fonte: Autor com base em URBS, 2000

Tabela 15 – Linhas para municípios periféricos/março 2000

A Tabela 16 demonstra a diferença da população atendida pela Rede Integrada de Transportes da Região Metropolitana de Curitiba – RIT/RMC em cada um dos sub-compartimentos metropolitanos.



O número de passageiros por dia útil por 1000 habitantes demonstra como o deslocamento é efetivamente maior no primeiro anel metropolitano, envolvendo em sua grande maioria as questões abordadas anteriormente: educação, emprego e saúde.

TRANSPORTE COLETIVO RMC - Linhas Geral/março 2000					
Município	Número de linhas	Passageiro dia útil	População Total 2000	Passageiros dia útil por 1000 habitantes	Anel
Pinhais	24	60.400	102.985	586,49	1º
Almirante Tamandaré	19	51.048	88.277	578,27	1º
Colombo	45	104.703	183.329	571,12	1º
Piraquara	18	41.017	72.886	562,76	1º
Campina Grande do Sul	7	14.273	34.566	412,92	1º
Faz. Rio Grande	6	22.865	62.877	363,65	1º
São José dos Pinhais	22	70.063	204.316	342,91	1º
Campo Magro	4	6.944	20.409	340,24	1º
Quatro Barras	7	5.399	16.161	334,08	1º
Araucária	5	23.957	94.258	254,16	1º
Campo Largo	11	22.136	92.782	238,58	1º
Total 1º Anel	168	422.805	972.846	434,61	1º
Rio Branco do Sul	3	8.415	29.341	286,80	2º
Itaperuçu	3	5.480	19.344	283,29	2º
Bocaiúva do Sul	2	1.336	9.050	147,62	2º
Mandirituba	1	1.862	17.540	106,16	2º
Contenda	3	642	13.241	48,49	2º
Balsa Nova	0	0	10.153	0,00	2º
Tunas do Paraná	0	0	3.611	0,00	2º
Total 2º Anel	12	17.735	102.280	173,40	2º
Quitandinha	2	567	15.272	37,13	3º
Cerro Azul	1	420	16.352	25,68	3º
Agudos do Sul	2	154	7.221	21,33	3º
Tijucas do Sul	1	120	12.260	9,79	3º
Adrianópolis	1	60	7.007	8,56	3º
Doutor Ulysses	0	0	6.003	0,00	3º
Lapa	0	0	41.838	0,00	3º
Total 3º Anel	7	1.321	105.953	12,47	3º
TOTAL RMC	187	441.861	1.181.079	374,12	1º, 2º e 3º

Fonte: Autor com base em URBS, 2000

Tabela 16 – Linhas Integradas RIT + Linhas não integradas RIT + Linhas Intercidades + Linhas para municípios periféricos/março 2000

A Secretaria Especial para Assuntos Metropolitanos dando continuidade ao Programa de Integração de Transporte da Região Metropolitana de Curitiba – PIT/RMC, divulgou, na versão de 2005, os seguintes objetivos:



- Melhorar a acessibilidade periférica ao núcleo urbano central da Região Metropolitana de Curitiba, desafogando o atual sistema radial, onde todas as linhas passam por Curitiba;
- Estabelecer um corredor de desenvolvimento e melhorar a rede integrada de transporte, ligando os municípios de Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande;
- Melhorar a acessibilidade dos municípios periféricos à Curitiba ligando os terminais da linha perimetral com os corredores de transporte já consolidados;
- Implementar a construção e melhorias nos terminais, miniterminais e abrigos de ônibus das diversas linhas de transporte nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba; e
- Melhorar a qualidade, rapidez e segurança do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba, beneficiando seus usuários.

4.2.2 Análise dos Resultados

Os resultados demonstram, de forma geral, que a inter-relação entre os municípios e entre estes e o pólo, varia de acordo com o sub-compartimento metropolitano.

Tanto os dados de deslocamento para a variável, Estudo ou Trabalho, em direção ao pólo, quanto os dados de Internamentos em Curitiba explicitam a maior relação dos municípios do 1º anel metropolitano com o pólo.

Adams (apud MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p. 122) considera que “áreas geográficas são definidas, principalmente, em termos de deslocamento diário de casa para o trabalho”.

Os dados referentes aos deslocamentos para Estudo e Trabalho, demonstram que, independente de ser ou não em direção ao pólo, existem movimentos de inter-relação entre os municípios metropolitanos, que de forma geral, são menores à medida que aumenta a distância do pólo.

Já, quando os dados são específicos, os resultados são divergentes. Na questão da Educação, o número de deslocamentos por 1000 habitantes é maior nos municípios do primeiro anel metropolitano, o que poderia indicar uma deficiência na oferta deste serviço.



Para o Emprego, os resultados demonstram que os maiores deslocamentos são em municípios do terceiro e segundo anéis metropolitanos, o que pode indicar que a oferta de trabalho na área de expansão da metrópole é maior.

De forma geral, é possível supor que o ritmo de periferação da metrópole, resultante justamente da migração em busca de trabalho, não possibilita que o Estado implante escolas suficientes nos municípios do primeiro anel metropolitano, o que poderia também ser generalizado para outros serviços.

Isto explicaria também o grande número de internações da população do primeiro anel em Curitiba.

A princípio, os resultados demonstrados na Tabela 07, indicam claramente a grande diferença na inter-relação existente entre os municípios do primeiro anel metropolitano.

Porém, quando a análise considera um tema específico como Educação, por exemplo, é possível observar que mesmo um município não participante da RIT pode apresentar um deslocamento considerado Alto ou até mesmo Muito Alto.

Estes resultados podem indicar que apesar da rede de transportes metropolitanos ser um facilitador das inter-relações entre os municípios metropolitanos, não é determinante neste processo.

4.3 GESTÃO METROPOLITANA

A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC é uma entidade do Governo do Estado do Paraná, criada pela Lei Estadual nº. 6.517/1974 sendo formada por um Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo e Secretaria Administrativa. Sua atribuição é “integrar e organizar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” da população e dos municípios que compõe a Região Metropolitana de Curitiba.

A Lei Estadual nº. 11.027 de dezembro de 1994, alterou sua personalidade jurídica de Órgão de Regime Especial da Administração Direta para Autarquia situada no campo da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual.

Em 1º de janeiro de 2003 o Decreto Estadual nº. 22 atribuiu ao Secretário Especial para Assuntos da RMC, a coordenação das ações relativas ao planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum no âmbito da



RMC. A COMEC passou então a ser vinculada diretamente a este Secretário e exerce o suporte técnico administrativo necessário ao desempenho de suas funções.

Em 2006, a COMEC passou novamente a estar vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

4.3.1 Atribuições do órgão metropolitano

Segundo Cobrape/SOGREAH/COMEC (2002), as funções públicas de interesse comum e as macro atividades a elas relacionadas, não são atribuições exclusivas do órgão metropolitano central, reforçando a necessidade de definição das funções específicas da COMEC no ambiente de gestão metropolitana.

Após sua redefinição, por meio do Decreto nº. 698/95, que regulamentou a Lei Estadual nº. 11. 027/94 e que a transformou em autarquia, as atribuições da COMEC passaram a ser as seguintes:

- Cumprir o disposto no parágrafo 3 do art. 25 da Constituição Federal, nos termos de sua legislação complementar;
- Promover, elaborar, aprovar, fazer cumprir e controlar o planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba, nas áreas de uso e ocupação do solo, transporte, sistema viário, saneamento básico, habitação, desenvolvimento social, econômico, ambiental e institucional;
- Estabelecer políticas e diretrizes de desenvolvimento e de ordenação territorial de atividades, compreendendo o planejamento físico, a estruturação urbana, o movimento de terras, o parcelamento, o uso e a ocupação do solo da Região Metropolitana de Curitiba;
- Promover pesquisas destinadas a fornecer e atualizar os dados necessários ao planejamento integrado da Região Metropolitana de Curitiba;
- Organizar, planejar e executar as funções públicas de interesse comum no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba;
- Articular-se com órgãos da união objetivando a compatibilização dos programas de interesse metropolitano;



- Coordenar a elaboração e execução de programas e planos de obras, atividades e serviços de interesse metropolitano, consubstanciados em orçamentos anuais e plurianuais;
- Propor aos poderes competentes a expedição de medidas legislativas e administrativas relacionadas à sua área de atuação;
- Estabelecer diretrizes e normas para os planos municipais de desenvolvimento, bem como colaborar com os municípios da sua elaboração, visando a sua adequação ao planejamento integrado da região metropolitana;
- Propor desapropriações e estabelecer limitações e servidões administrativas necessárias as suas atividades e finalidades;
- Deliberar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse metropolitano;
- Obter e fornecer recursos técnicos e financeiros para a consecução de seus objetivos;
- Promover, mediante convênio e através dos órgãos competentes, a execução supletiva das atividades locais que, em razão do planejamento integrado da região metropolitana, ultrapasse a capacidade executiva dos municípios;
- Celebrar acordos, convênios, ajustes de contratos, bem como constituir consórcios e a delegada atribuições de sua competência a órgãos regionais, setoriais e locais;
- Providenciar transferência ou alienação de bens desapropriados para fins de renovação urbana ou de âmbito social;
- Promover a coordenação, a implantação e gerenciamento de obras no sistema de transporte coletivo da Região Metropolitana de Curitiba; e
- Promover a coordenação, o planejamento e a implantação da operação do sistema de transporte da região metropolitana de Curitiba.

Além destas atribuições, a COMEC juntamente com as prefeituras dos municípios integrantes de regiões metropolitanas, deve também analisar os processos referentes à aprovação de parcelamento do solo urbano, o qual é regido pela Lei Federal nº 6766/79 (Lei Lehman) e subseqüentes ajustes e legislações municipais específicas.



4.3.1.1 Atribuições do órgão metropolitano

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba – PDI/RMC de 2002 (COBRAPE/SOGREAH/COMEC) apresenta o cenário atual da gestão na RMC. Para tanto foram consultados diversos autores sobre o tema governabil



Hegemonia do município de Curitiba

O posicionamento de muitos dos representantes das municipalidades em relação município de Curitiba é da existência de um "modelo Curitiba" e uma "Postura imperial", o que poderia ser resultado da falta de fortalecimento de um processo de integração destes com o pólo.

Desigualdades entre os municípios para participação nos processos de discussão e gestão

Para grande parte dos autores consultados, nem todos os municípios têm as mesmas condições de integrar as discussões de âmbito regional, tendo em vista sua heterogeneidade e a desigualdade de capacitação técnica que dificultam o processo de articulação exigido pela gestão metropolitana. Estes municípios teriam sido incluídos na RMC por questões meramente políticas.

Problemas orçamentários

Existe o entendimento de que a questão metropolitana está mal abordada na constituição federal, por não tratar especificamente das questões orçamentárias e pela existência de excesso de burocracia para o exercício das funções públicas de interesse comum.

Com relação à política de alocação e distribuição de recursos captados para aplicação em nível metropolitano, há entendimento de que grande parte dos investimentos é destinada para o pólo - Curitiba, não havendo, portanto, uma política definida para distribuição de recursos com base em critérios e diretrizes específicas.

Existe uma demanda crescente de envolvimento dos atores locais na discussão e proposição de soluções de âmbito regional, uma vez que as questões relacionadas à gestão metropolitana extrapolam os limites municipais, determinando uma nova conformação do espaço - territorial e institucional.



4.3.2 Mensagens do Governador

A análise das mensagens do Governador do Estado do Paraná à Assembléia Legislativa ao final de cada ano de mandato possibilita a identificação da existência de concentração nas ações em determinado sub-compartimento intra-metropolitano.

Com este objetivo foram listadas as ações relatadas dos anos de 1979 a 2005 e identificado em qual sub-compartimento foi realizada a ação (Quadros 06 a 13).

GOVERNADOR	1º Anel	2º Anel	3º Anel	AÇÕES RELATADAS
NEY BRAGA	1979			
				Levantamentos de flora e fauna nativa, objetivando a preservação ecológica de mananciais e bacias hidrográficas
				Projeto e execução de reflorestamento das faixas de domínio das rodovias
				Revitalização de Centros Urbanos de Piraquara, Contenda e Balsa Nova
				Projeto e execução de praças em Piraquara, Contenda, Campina Grande do Sul e Mandirituba
				Planos Diretores em Campina Grande do Sul, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Quatro Barras
				Projeto e execução do paisagismo de via urbana em Almirante Tamandaré
				Implantação de unidades esportivas em 5 municípios, incluindo Campina Grande do Sul e Quatro Barras
				Projeto e execução de vias urbanas, para melhoria do sistema de transportes
				Expansão dos sistemas de abastecimento d' água, incluindo Campina Grande do Sul e Colombo
				Expansão dos serviços telefônicos em Campina Grande do Sul e Quatro Barras
				Projeto de Modernização administrativa em Piraquara e Quatro Barras
	1980			
				Início da elaboração do Plano Diretor de Exploração Mineral
				Estudos dos recursos naturais e recomendações de uso do solo em áreas de várzea da RMC
				Execução do Programa Metropolitano de Reservatórios de Emergência
				Diagnósticos referenciais de medidas alternativas para recuperação sanitária das águas do rio Iguazu
				Desapropriação de lotes no Jardim Paraíso (Piraquara)
				Reassentamento de população pelo projeto de desativação do Setor Especial de Controle (Piraquara)
	1981			
				Melhorias no sistema viário dos 13 municípios - terminais urbanos, abrigos, sinalização, anteprojeto do Anel de Contorno Norte, Corredores Estruturais, duplicação da Av. Vitor Ferreira do Amaral;
				Projetos do Programa de Pavimentação de Baixo Custo - PROPAV
				Projeto junto ao BADEP para expansão e renovação da frota de ônibus em Curitiba e municípios da RMC
				Elaboração do plano de ocupação do eixo Campo Largo / Araucária
				Projetos e obras de saneamento básico em 9 municípios, incluindo: Campina Grande do Sul, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais
				Instalação do Museu do Mate
	1982			
				Reavaliação do Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC, dando cumprimento ao Decreto Federal nº85.916/81
				Treinamento de pessoal de Prefeituras Municipais
				Impressão final e distribuição do Mapa Geopolítico da RMC
				Controle do desmatamento e parcelamento do uso do solo na RMC
				Implantação dos programas de merenda escolar e transporte de estudantes;
				Definição das faixas de drenagem e preservação dos fundos de vale dos córregos da RMC
				Execução de 4 barragens dentro do Programa Reservatórios de Emergência
				Prosseguimento dos programas iniciados no ano anterior na área de transportes urbanos
				Estudos para delimitação da área do Parque Regional do Purunã

Fonte: Organizado a partir de Hardt, 2004, baseado em COMEC
Quadro 06 – Ações Governo do Estado na RMC – 1979/1982



GOVERNADOR	AÇÕES RELATADAS		
	1º Anel	2º Anel	3º Anel
JOSÉ RICHA	1983		
			Elaboração do Termo de Referência para os Planos de Desenvolvimento Municipais
			Elaboração do Programa de Centros de Dinamização Rural / Projeto Piloto de piscicultura
			Assistência técnica aos municípios da RMC
			Elaboração do Plano de Obras de Combate a Inundações na RMC / projeto de microdrenagem
			Estudos de controle ambiental visando a caracterização de matas, definição de microbacias hidrográficas, arquivo de dados ambientais e programa de preservação do Rio Iguaçú
			Estudo de racionalização do sistema de transporte coletivo por ônibus; definição da implantação de infraestrutura e equipamentos para o sistema de transporte coletivo; estudo e projetos para a BR-476
			Execução do programa de apoio aos pequenos produtores de paralelepípedo
	1984		
			Diagnóstico sobre a poluição ambiental
			Estudo de caracterização de áreas conurbadas da RMC
			Planos de Desenvolvimento Municipal de São José dos Pinhais e Campo Largo
			Planos de Estruturação Urbana de Bocaiúva do Sul e Contenda
	1985		
			Estudo para um programa de investimentos na RMC
(1)	1986		
		Elaboração do PI-RMC - Programa de Investimento na RMC	
ÁLVARO DIAS	1987		
			Elaboração do Plano de Manejo Florestal (*)
	1988		
			Elaboração do PI-RMC
			Implantação do programa de investimentos BIRD IV, na área do sistema integrado viário e de transporte público
	1989		
			Elaboração do PMDI-Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado
			Elaboração em parceria, do Plano das Águas
			Elaboração do Plano Diretor da Bacia do Rio Passaúna
	1990		
		sem informações (**)	
ROBERTO REQUIÃO	1991		
			Elaboração e execução do PROSAM - Programa de Saneamento Ambiental da RMC
			Elaboração do PI-RMC II
			Elaboração do Programa de Drenagem e Controle das Cheias na RMC
			Auxílio às Prefeituras no PEDU - Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano
			Programa de Saneamento Rural (em conjunto com a SANEPAR)
			Implementação da integração do transporte na RMC
	1992		
			Elaboração e desenvolvimento do PROSAM
			Elaboração do PEHAB - Programa Estadual de Habitação da RMC
			Elaboração do Plano de Transportes Coletivo Metropolitano
			Estudos para implantação dos CIACs - Centros Integrados de Apoio a Crianças e Adolescentes
	1993		
		Elaboração e execução do PROSAM - Programa de Saneamento Ambiental da RMC	
		Implantação do Programa de Transporte Coletivo Metropolitano	
		Elaboração do PEHAB - Programa Estadual de Habitação da RMC	
		Desenvolvimento do Programa de Estruturação Viária Regional	

Fonte: Organizado a partir de Hardt, 2004, baseado em COMEC
 Quadro 07 – Ações Governo do Estado na RMC – 1983/1993



GOVERNADOR	1º Anel	2º Anel	3º Anel	AÇÕES RELATADAS
(2)				1994
				mensagens sem informações
JAIME LERNER				1995-1999
				Desenvolvimento do PROSAM
				Relatório do Quadro Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba
				Estruturação urbana e fomento ao desenvolvimento econômico da RMC
				Controle da ocupação territorial
				Levantamento de áreas ocupadas da RMC
				Elaboração do Diagnóstico Financeiro dos municípios da RMC
				Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC (Lei Estadual nº 12.248/98)
				Regulamentação do Conselho Gestor dos Mananciais da RMC
				Execução do mapeamento geológico-geotécnico da RMC - parcial
				Realização de estudos socioeconômicos - perfil financeiros dos municípios, comportamento do valor adicionado, georeferenciamento de informações socioeconômicas
				Elaboração do Plano de Uso e Ocupação do Solo na área de abrangência do aquífero do Karst
				Elaboração do estudo Turismo como Atividade Econômica
				Implementação do Desenvolvimento Industrial da RMC
				Planos Diretores e de Uso e Ocupação do Solo de municípios das RMC - em parceria com os municípios
				Estudos para implantação de parques na RMC - Parque Metropolitano do Iguazu, Parque Palmital, Praças, Projeto Wetlands-Parque Iguazu
				Acompanhamento da relocação de 40 famílias da Cidade Jardim para a região da Costeira (São José dos Pinhais)
				Alteração e ajustes em legislações urbanísticas de municípios da RMC, incluindo Piraquara e Pinhais
				Elaboração de Planos de Uso e Ocupação do Solo para as UTPs
				Finalizadas as UTPs de Guarituba (Piraquara), Pinhais, Itaquí (São José dos Pinhais e Piraquara) e Campo Magro
				Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico das APAs dos Rios Iraí, Piraquara e Pequeno
				Plano de Estruturação Viária - parceria com DER, IPPUC e DNER
				Projetos Viários Regionais incluindo a ligação São José dos Pinhais-Fazenda Rio Grande, Via Metropolitana,
				Desenvolvimento do PIT-Programa de Integração de Transportes na Região Metropolitana de Curitiba, implantação de abrigos, Terminal de Passageiros de Pinhais e estudo de comunicação visual e mobiliário de terminais
				Construção de obras viárias de acesso industrial, incluindo acesso à Renault, Audi-Volkswagen em São José dos Pinhais
				Elaboração e implantação de política habitacional - geração de lotes para habitação de interesse social, programas de regularização fundiária e da ocupação de vazios urbanos
				Projeto Alto Ribeira - estudo visando o uso múltiplo do Reservatório de Tijuco Alto - Adrianópolis

(*) Ações desenvolvidas, mas ausentes da mensagem

(**) Inexistem informações por falta de alusão às ações da COMEC ou por não ter sido enviada a mensagem

(1) Em função da desincompatibilização do governador para fins eleitorais, assumiu o vice-governador José Hosquen de Novais

(2) Em função da desincompatibilização do governador para fins eleitorais, assumiu o vice-governador Mário Pereira

Fonte: Organizado a partir de Hardt, 2004, baseado em COMEC
Quadro 08 – Ações Governo do Estado na RMC – 1994/1999



GOVERNADOR	AÇÕES RELATADAS		
	1º Anel	2º Anel	3º Anel
JAIME LERNER	2000		
			Transporte metropolitano: Implantação de abrigos (Almirante Tamandaré, Itaperuçú, Doutor Ulysses, Campo Magro, Quatro Barras)
			Transporte metropolitano: Termo de referência do PDI/RMC encaminhado ao banco mundial
			Transporte metropolitano: Elaboração de documento contendo dados estatísticos informações gerais sobre a RMC
			Transporte metropolitano: Levantamento dos setores censitários dos IBGE (anos 91 a 96)
			Transporte metropolitano: Compilação de dados sobre o mapa de desenvolvimento humano referente a RMC
			PROSAM - disseminação de práticas agrícolas não poluentes em áreas de mananciais
			Implantação de 19 novas linhas de ônibus da RIT - RMC
			Revisão do plano de uso e ocupação do solo de Bocaiúva do sul e Piraquara-UTP de Piraquara
			Políticas para o sistema viário metropolitano e Planos de sistema viário municipal: Piraquara, Fazenda Rio Grande, Quatro Barras, Almirante Tamandaré, Tijucas do Sul
			PROSAM - Infra-estrutura urbana e o ordenamento territorial em áreas de mananciais (Campina Grande do Sul, São José dos Pinhais, Piraquara, Pinhais)
			Tratamento e disposição de efluentes do lixão da Lamenha Pequena
			Execução do parque e canal extravasor do Alto Iguaçu
			Implantação de sistema regional de transferência de resíduos sólidos urbanos
			Turismo rural circuitos implantados: Almirante Tamandaré, Colombo/Bocaiúva do sul (circuito italiano de turismo rural)
			Iguaçu limpa: projeto concluído e negociação
			Transporte metropolitano: Implantação de terminais de integração (Almirante Tamandaré, Pinhais, Fazenda Rio Grande)
			Conclusão de onze desapropriações referentes a obra Canal Extravasor -parque regional metropolitano
			Acompanhamento da construção do complexo integrado do terminal metropolitano de Pinhais
			Acompanhamento da supervisão da pavimentação definitiva da via que interliga a fábrica da Tritec ao viaduto de acesso município de Campo Largo
			Acompanhamento da supervisão da pavimentação definitiva do trecho da estrada da graciosa entre trincheira de Ubatuba e o loteamento Alphaville (Colombo, Pinhais)
			Plano de manejo de uso e ocupação do solo da área de interesse do Karst do município de Colombo
			Acompanhamento da revisão do zoneamento ecológico econômico da APA do Passaúna; do zoneamento ecológico-econômico da APA do Iraí; do plano diretor de Pinhais; do plano de despoluição hídrica da bacia do Alto Iguaçu
			Elaboração legislação municipal UTP de Campo Magro; UTP do Itaqui-São José dos Pinhais; UTP do Itaqui - Piraquara
			Elaboração do decreto estadual que institui o zoneamento ecológico econômico da APA do Iraí
			Análise do projeto básico ambiental-barragem e reservatório do Rio Iraí
			Participação na elaboração do zoneamento do município de São José dos Pinhais
			Lei de zoneamento municipal de Quatro Barras
			Elaboração de procedimentos para criação de Áreas de Interesse Social de Ocupação - AISO para São José dos Pinhais
			Participação no processo de regularização da assentamento Jardim Alegria - São José dos Pinhais
		Acompanhamento do processo de regularização fundiária de três áreas em Almirante Tamandaré	
		Proposta preliminar de ação fundiária Campo Magro	
		Estudo para parque municipal de Colombo-Parque Palmital e viabilidade para o parque das pedreiras de Colombo	
		Estudos e projetos de arquitetura: Parque Barigui de Almirante Tamandaré e Parque da uva-Colombo	

Fonte: Autor baseado nas Mensagens do Governador à assembléia legislativa
 Quadro 09 – Ações Governo do Estado na RMC – 2000



GOVERNADOR	AÇÕES RELATADAS		
	1º Anel	2º Anel	3º Anel
JAIME LERNER	2001		
			PROSAM - preparação e encaminhamento dos documentos para contratação do sistema de informações de uso do solo
			PROSAM - ordenamento territorial em bacia de mananciais-consolidação dos instrumentos de gestão para a RMC
			PROSAM - plano de fiscalização e monitoramento do uso do solo em bacias de mananciais
			Formação de câmara técnica visando a orientação na definição de diretrizes de integração da gestão metropolitana do sistema viário e de transporte
			Projeto de normas para enquadramento do processo de parcelamento do solo
			Participação na comissão para definição dos índices do ICMS ecológico
			Elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI/RMC/2001
			A organização do 1º encontro regional de turismo rural do município de Colombo
			Acompanhamento para integração com sistema de informações em desenvolvimento pela SUDERHSA e IAP
			A atualização do banco de dados georeferenciado
			Atualização de tal das plantas zoneamento e uso do solo de todos os municípios da RMC
			Emissão de pareceres de anuência prévia e consulta prévia
			Elaboração de minuta de anteprojeto da legislação estadual metropolitana de parcelamento do solo
			Orientação aos empreendedores sobre as normas de parcelamento do solo na RMC
			Análise do estudo e relatório de impacto ambiental da compagás-RMC
			Análise da lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001- Estatuto da Cidade
			Atualização da base de dados do relatório ambiental da RMC
			Editoração do periódico "Metrópoles em Revista"
			PROSAM - zoneamento do uso do solo do Karst na RMC
			Implantação de novas linhas de ônibus da rede integrada de transporte - RIT/RMC (Araucária, Bocaiúva do Sul, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais e Quatro Barras)
			Dimensionamento prévio do conjunto de intervenções necessárias à consolidação do sistema viário metropolitano
			Proposição de mecanismos institucionais para gestão integrada do sistema viário metropolitano
			Classificação funcional da rede de vias de interesse metropolitano
			Desempenho das atividades da secretaria executiva do conselho gestor dos mananciais da RMC
			Desenvolvimento da proposta do anel de turismo rural da RMC
			Apoio orientação técnica dos projetos turísticos dos municípios de Balsa Nova, Contenda, Quatro Barras e São José dos Pinhais
			A assessoria técnica aos municípios da RMC: Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande e Tijucas do Sul
			PROSAM - finalização da recolocação de populações da fase I do PROSAM (Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais e Campina Grande Sul)
			PROSAM - efetivação de onze procedimentos de desapropriação de imóveis referentes a obra do canal extravasor do rio Iguaçu
			Implantação de linhas com operação de ônibus equipados com elevador (Araucária, Campina Grande do Sul, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais e Piraquara)
		Adequação da comunicação visual do terminal metropolitano de transporte de Pinhais	
		Levantamento de áreas para desapropriação visando a construção de terminais metropolitana de transporte	
		Estabelecimento da rede de vias de interesse metropolitano	

Continua...



GOVERNADOR	AÇÕES RELATADAS		
	1º Anel	2º Anel	3º Anel
JAIME LERNER	2001		
			Levantamento do escopo de serviços realizados no sistema viário da Renault e Audi-Volkswagen
			Lançamento de nova rede viária municipal
			Estabelecimento de uma classificação funcional para nova rede viária municipal
			Projeto de instrumentos legais para a formalização dos planos de normas estabelecidas para sistema viário municipal
			Elaboração do anteprojeto de lei de sistema viário do município de São José dos Pinhais
			Revisão da lei de sistema viário do município de Almirante Tamandaré
			Revisão das diretrizes viários apresentados no plano diretor do município de Fazenda Rio Grande
			Execução do projeto básico de engenharia para a drenagem das águas de superfície do Guarituba/Piraquara
			Elaboração do projeto Rio Limpo
			Acompanhamento da conclusão da implantação do parque metropolitano do Iguazu
			Acompanhamento da proposta do parque Palmital de Colombo
			Estudos preliminares para implantação do parque da pedreira do Atuba/Colombo
			Articulação para o desenvolvimento da proposta de implantação do parque Barigui/Almirante Tamandaré
			Detalhamento do projeto de revitalização do parque da uva/Colombo
			Proposta de criação do parque manancial de Balsa Nova
			Participação na Câmara de apoio técnico Passaúna
			Participação na Câmara de apoio técnico Iraí
			Revisão do plano de uso do solo da sede do município de Piraquara
			atualização do zoneamento ecológico-econômico da APA estadual do Passaúna
			Elaboração do plano de uso e ocupação do solo do município de Quitandinha
			Definição do perímetro urbano, zoneamento de uso e ocupação do solo do distrito do bugre no município de Balsa Nova
			Elaboração de proposta de legislação de uso, ocupação e parcelamento do solo do município de Tijucas do Sul
			Elaboração da proposta de legislação de condomínios para município de Colombo
			Elaboração de proposta para o eixo de expansão metropolitana/vetor sul
			Realização do cadastro das famílias da ocupação vila Zumbi dos Palmares/Colombo
			Elaboração de proposta para realocação das famílias que estão em ano na faixa de preservação do rio Palmital
			Acompanhamento das negociações para implantação do loteamento social moradias Itaúba/Araucária
			Com por elementos do trabalho desenvolvido por bolsistas da UFPR para a comunidade da ocupação do Guarituba/Piraquara
			Implantação dos circuitos de turismo rural: Campo Magro, Campo Largo, Almirante Tamandaré e Piraquara
		Elaboração de documento de avaliação do Circuito Italiano de turismo rural/Colombo	
		Desenvolvimento de projeto de unidade transformação e de um café colonial no município de Quatro Barras	
		A Comec atuou no planejamento dos distritos industriais que geraram o chamado colar industrial da RMC.	
		Atuação junto à promotoria de defesa do consumidor-habitação e urbanismo nas questões relativas aos loteamentos irregulares	
		Análise do estudo e relatório de impacto ambiental da represa do Piraquara II	

Fonte: Autor baseado nas Mensagens do Governador à assembléia legislativa
 Quadro 10 – Ações Governo do Estado na RMC – 2001



GOVERNADOR	AÇÕES RELATADAS		
	1º Anel	2º Anel	3º Anel
JAIME LERNER	2002		
			Formalização do Conselho Gestor dos Mananciais e do Comitê da Bacia do Alto Iguaçu e Alto Ribeira (ASSOMEQ)
			Assessoria aos municípios no processo de gestão metropolitana, articulação para diretrizes regionais de caráter supramunicipal e intersetorial
			Elaboração dos indicadores e mapas temáticos para o planejamento do orçamento regionalizado; identificou e avaliou áreas de impacto e riscos geo-ambientais na RMC (IPARDES)
			Realizado o Projeto Geotecnia da Região Metropolitana de Curitiba
			Desenvolvimento pela COMEC do Plano de Desenvolvimento Integrado PDI-RMC/2002
			Comec procurou consolidar a Lei Estadual n.º 12.248/98, que institui o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC-SIGPROM/RMC
			A COMEC desenvolve em parceria com a Urbs o Programa de Integração de Transportes da RMC (PIT)
			Proposição do Anel de Turismo Rural como alternativa para o desenvolvimento econômico da RMC
			Compatibilização das diretrizes e das funções públicas de interesse comum do espaço metropolitano em relação ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e vice versa
			Expansão da integração do transporte coletivo na RMC (COMEC)
			Estudo da dinâmica sócio-espacial das aglomerações urbanas paranaenses e seus efeitos nas relações sociais, no meio ambiente e na sistemática de gestão do espaço. (IPARDES)
			Construção de seis parques ambientais, revertidos dois canais de rios e executadas três pontes ferroviárias e 15 rodoviárias
			Plano diretor de drenagem, atendendo os municípios Bacia do Alto Iguaçu (Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais, Curitiba, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Araucária, Campo Largo, Campo Magro)
			A Suderhsa desenvolve plano diretor de drenagem (Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais, Curitiba, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Araucária, Campo Largo, Campo Magro)
			Formação de consórcio intermunicipal para futuros sistemas integrados para as questões do lixo urbano
			Foram propostos vários circuitos de Turismo Rural na RMC dos quais cinco estão implantados
			Elaboração de relatório de diagnóstico da produção artesanal e consumo de petipavês do pólo mineiro de Almirante Tamandaré-Rio Branco do Sul-Itaperuçu e do pólo graniteiro de Quatro Barras
			Avaliação geotécnica de escorregamentos de massa em Campina Grande do Sul e Adrianópolis
			A Mineropar realizou prospecção para identificar alvos Exploratórios (Cerro Azul, Itaperuçu e Rio Branco do Sul)
			Criação de cinco Unidades Territoriais de Planejamento (UTP) - Itaquí, Quatro Barras, Campo Magro, Guarituba e Pinhais, revisão da APA do Passaúna e elaboração dos zoneamentos Ecológico-Econômico das APAs do Iraí, Piraquara e Verde
			Ampliação da malha metropolitana de fibras óticas, expandindo a cobertura de sinal para telefonia móvel
			Criação do Parque de Software, do Centro Internacional de Tecnologia de Software e da Incubadora Internacional de Software
			Planejamento dos distritos industriais que geraram o chamado colar industrial da RMC
			Reassentamentos de 1.434 famílias, visando manter e preservar a qualidade das bacias dos rios Passaúna e Iguaçu; (COMEC)
			Definição da proposta do ZEE da APA do Piraquara e elaboração do ZEE da APA do Verde
			Obras do Paranasan, redução do risco de desabastecimento de Curitiba, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais. Melhoria do abastecimento em Almirante Tamandaré, Colombo, Campina Grande do Sul e Quatro Barras
			Inauguração da Estação de Tratamento de água do Iraí
			Ampliação dos sistemas de esgoto em Campina Grande do Sul
			Ações de monitoramento da qualidade da água dos rios das bacias do Altíssimo Iguaçu em 68 estações de coleta e a análise de 122 amostras
			Concluído o canal paralelo ao rio Iguaçu, pontes, comportas de derivação, entre outras obras, atendendo aos municípios de Piraquara, Pinhais, Curitiba, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande; obras de dragagem e paisagismo em São José dos Pinhais
			Estudo do meio físico para o Plano Diretor de Campo Magro
			A Comec atuou no planejamento dos distritos industriais que geraram o chamado colar industrial da RMC
			Estudos para a implantação do Sistema Regional de Coleta, Transporte e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Urbanos da Bacia do Alto Iguaçu e reestruturação do sistema de coleta nos municípios da RMC
			Pavimentação asfáltica na Estrada da Tranqueira em Almirante Tamandaré
			Criação de quatro parques estaduais e a ampliação de outros dois parques. (Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul e Araucária)
			Foram concluídas as obras e iniciadas as atividades da Penitenciária Estadual de Piraquara
			Elaborado o Plano Diretor de Mineração e avaliação de acidentes geológicos ocorridos em Bocaiúva do Sul e Tunas do Paraná (Campinhos)
			Construção da estação turística e a implantação do Parque Municipal de Balsa Nova; implantação do pólo de turismo rural e projeto de revitalização do centro de São Luiz do Purunã
			Levantamento, cadastro e demarcação dos ocupantes dos imóveis (devolutos), para expedição do título de terras, 250 lotes em Tijucas do Sul; 180 lotes em Cerro Azul
		Execução de 31,5 metros da ponte sobre o rio Descampado em Adrianópolis	

Fonte: Autor baseado nas Mensagens do Governador à assembléia legislativa
 Quadro 11 – Ações Governo do Estado na RMC – 2002



GOVERNADOR	AÇÕES RELATADAS		
	1º Anel	2º Anel	3º Anel
ROBERTO REQUIÃO	2005		
			Coordenação do Transporte Coletivo na RMC: - Implantação do Registro de Empresa Certificado de Registro de Frota - Sugestão de Regulamentação da Lei nº 11.911 de 01/12/97
			Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI/RMC)
			Orientação dos municípios da RMC, na elaboração de seus planos de uso e ocupação do solo
			Foi implantado o "Mutirão Metropolitano"
			Mutirão Rural
			Lavoura Comunitária/Diversificação da Produção
			Turismo Rural - Plano de Turismo Rural contemplando, na primeira fase, os municípios da Lapa, de Balsa Nova, de Campo Largo, de Colombo e de Tunas do Paraná
			Desenvolvimento de ações de caráter estruturador do sistema viário metropolitano e intervenções físicas da COMEC no espaço regional
			Elaboração de planilha de cálculo tarifário das linhas de Transporte Coletivo Metropolitano não integradas à RIT
			Acompanhamento das atividades de gerenciamento, operação e fiscalização que a URBS exerce no transporte coletivo metropolitano, por força de convênio
			Planejamento, em conjunto com a URBS, de ações para a RIT e estudos de alterações e adaptações nas linhas metropolitanas
			Estão em fase final de conclusão os projetos de arquitetura e complementares para os seguintes terminais (PIT/RMC): Fazenda Rio Grande (em Fazenda Rio Grande); Terminal Cachoeira (em Almirante Tamandaré); Ponto de ônibus de Contenda
			Encontram-se em elaboração os estudos preliminares para os seguintes terminais (PIT/RMC): Terminal Urbano de Campo Largo; Terminal Urbano Central de São José dos Pinhais; Miniterminal Angelina Caron (em Campina Grande do Sul); Reforma e Revitalização do Terminal Urbano (em Rio Branco do Sul)
			Desenvolvimento do Sistema Regional de Resíduos Sólidos Urbanos (SRSU) da RMC : Curitiba, Pinhais, Quatro Barras, Piraquara, Campo Largo, Campo Magro, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Colombo, São José dos Pinhais, Araucária, Almirante Tamandaré, Mandirituba, Itaperuçu e Fazenda Rio Grande
			Escola Solidária - criação de um "Centro de Formação e Informação" implantado nos municípios de Tunas do Paraná e Dr. Ulysses
			Elaboração de Proposta Operacional para implantação do Terminal de Transporte Público do Roça Grande e Elaboração de Proposta Operacional para implantação do Terminal de Transporte Público do Guarituba - Colombo
			Foram licitados e estão com obras em andamento (PIT/RMC): Terminal Maracanã (em Colombo); Terminal Guarituba (em Colombo); Terminal Roça Grande (em Colombo); Terminal Angélica (em Araucária)
			Foram executados os projetos finais de engenharia para a interseção da Avenida das Torres com a Avenida Rui Barbosa, no município de São José dos Pinhais (PIT/RMC)
			Reuniões do Conselho Gestor dos Mananciais da RMC: discussão do Plano Diretor de Campina Grande do Sul e aprovação da legislação de uso e ocupação do solo da sede do município; discussão sobre a bacia do Rio Pequeno, em São José dos Pinhais; e aprovação do Plano Diretor de Campo Magro
			Presidência da Câmara de Apoio Técnico (CAT) – Passaúna
			Presidência da Câmara de Apoio Técnico (CAT) – Iraí
			Elaboração do estudo preliminar para o Parque Graciosa no município de Pinhais (UTP – Pinhais)
			Encaminhamento técnico relativo à adequação da proposta do Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental do Rio Verde
			Orientação aos municípios de Piraquara e Quatro Barras, que iniciaram a elaboração de seu Plano Diretor
			Acompanhamento do município de Fazenda Rio Grande na elaboração de seu Plano Diretor
			Orientação ao município de Campo Magro, que aprovou a Lei de seu Plano Diretor junto ao Conselho Gestor dos Mananciais
			Acompanhamento das discussões do município de Campo Largo na revisão da Lei de seu Plano Diretor
			Orientação na elaboração da legislação de uso e ocupação do solo da sede do município de Campina Grande do Sul
			Plano de Desenvolvimento Social Urbano e Ambiental – Guarituba - no município de Piraquara
			Regularização Fundiária - foram contemplados mil lotes localizados nos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul
			Cozinha Comunitária - foi implantada nos municípios de Adrianópolis, Dr. Ulysses e Cerro Azul
		Turismo Rural na Agricultura Familiar do Vale do Ribeira	

Fonte: Autor baseado nas Mensagens do Governador à assembléia legislativa
Quadro 13 – Ações Governo do Estado na RMC – 2005



4.3.2.1 *Mensagens do governador*

A análise dos dados levantados nas mensagens anuais do Governador à Assembléia Legislativa, permite identificar que as ações relativas a obras, aparecem em sua absoluta maioria, localizadas no Primeiro Anel Metropolitano algumas poucas vezes beneficiando o Segundo Anel, não aparecendo de forma pontual no terceiro anel metropolitano, com exceção de ações mais amplas como melhorias no sistema viário e saneamento ambiental, por exemplo.

As ações no terceiro anel, de forma geral, referem-se a elaboração de estudos, levantamentos, planos e programas chegando algumas vezes a implantação de programas que beneficiaram não só um mas todos os sub-compartimentos metropolitanos.

As poucas ações específicas para o 3º Anel Metropolitano são referentes ao desenvolvimento comunitário ou ao uso e ocupação do solo.

Os termos “execução” e “implantação” são um pouco mais freqüentes no segundo anel sendo, porém, muito aquém dos resultados apresentados pelo Primeiro Anel Metropolitano.

Em termos quantitativos é possível afirmar que, do total de ações relatadas nos anos de 1979 a 2005, 95% atingem o Primeiro Anel Metropolitano, 50% o segundo Anel e menos de 33% o Terceiro Anel Metropolitano.

Faz-se necessário considerar que o maior contingente populacional e conseqüentemente as maiores demandas localizam-se no primeiro anel metropolitano.



4.3.3 Transferências Financeiras do Estado para os municípios

O levantamento dos dados das Transferências Financeiras do Estado para cada um dos municípios da RMC colabora para a avaliação da gestão metropolitana frente às diferenças intra-regionais. O Objetivo desta análise foi avaliar se existe uma relação direta e de fácil identificação entre as transferências realizadas entre o Estado e os municípios da RMC e as diferenças intra-regionais identificadas.

As Transferências de recursos do Estado para os municípios são nominadas “Transferências Intergovernamentais” e compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado “transferidor”) a outro (chamado “beneficiário”, ou “recebedor”). Podem ser voluntárias, nesse caso podem ser destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação constitucional ou legal. Essas transferências ocorrem entre esferas distintas de governo. (BRASIL, 2006).

A lei nº. 4.320, de 17 de março 1964, estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Segundo esta lei:

Transferências Correntes

São as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado. As transferências correntes destinam-se a despesas de manutenção e funcionamento.

A Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, estabelece em seu artigo 158, inciso IV, a composição das Transferências Correntes que devem ser repassadas de acordo com os Índices de Participação dos Municípios:

1. Cota-parte do ICMS

Referente a 25% do produto da arrecadação de ICMS pelo Estado.

2. Cota-parte do IPVA

Da arrecadação do IPVA 50% é destinado ao Estado e 50% ao Município onde o veículo está licenciado.

3. Cota - Parte - Estado Exportação (IPI - Exportação)



Referente a 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

4. Transferência do FUNDEF – Estado

A Lei nº 9.424, de 24/12/96, instituiu o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), determinando que 15% do montante repassado aos Municípios deve ser destinado a este fundo, cujos recursos são aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público.

5. Transferência para o SUS

6. Outras Transferências dos Estados

7. Cota-parte da Contribuição do Salário-educação - Estado

Além destes valores, a partir de julho de 1996 são repassados aos Municípios 25% do montante recebido pelo Estado, da União, a título de compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, e de recursos minerais, conforme estabelece o artigo 9º da Lei nº. 7.990, de 28/12/89.

Transferências de Capital

São as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública. As transferências de capital destinam-se a despesas com a aquisição de equipamentos e material permanente.

Transferências Voluntárias

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal entende-se por transferência voluntária "a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde." (Lei Complementar nº. 101/2000, art. 25).

Os valores das Transferências Voluntárias são o resultado da subtração das transferências constitucionais e legais, do valor global das transferências. Ou seja, são recursos não sujeitos a obrigatoriedade constitucional e, portanto, não



integrantes da participação na receita do Estado. Não corresponde necessariamente à especificação definida pela legislação em cada ano. Estas transferências possibilitam investimentos em obras e manutenção de serviços.

As transferências voluntárias possibilitam ganho político local, pois o recurso é repassado diretamente para as prefeituras, através de convênios ou instrumentos similares.

Na seqüência são analisados dados referentes às transferências intergovernamentais do Estado do Paraná, para os vinte e seis municípios da RMC, com o objetivo de identificar se o Governo do Estado considera as diferenças intra-regionais no repasse de recursos.

Os dados estão organizados em planilhas da seguinte forma:

- Transferência Total: É o somatório das transferências correntes, de capital e outras transferências, analisados de acordo com o percentual do total das transferências da RMC, destinado a cada município e o valor da transferência per capita por município;
- Transferências Correntes: São as transferências obrigatórias, pela Constituição Federal, baseadas em percentuais (cota-parte) do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados, gerados nos municípios. Estes dados foram analisados de acordo com o percentual do total das transferências da RMC, destinado à cada município e o valor da transferência per capita por município;
- Outras Transferências Intergovernamentais Correntes: São as transferências que, por não serem baseadas em percentuais pré-definidos, possibilitam interferências de ordem política, bem como o atendimento por parte do Estado, das demandas dos municípios. Para efeito da análise desejada são utilizados os dados das “outras transferências correntes intergovernamentais – Estado”. Os dados referentes às “outras transferências correntes” e “outras transferências de capital” não possibilitavam tal análise.



4.3.3.1 Transferências do Estado para os municípios

Município	Transferências Total/2000* (R\$)	Compartimento Intra-metropolitano	% Percentual da Transferência Total da RMC
Curitiba	270.916.909,10	Pólo	57,51%
Araucária	61.480.857,00	1º	13,05%
São José dos Pinhais	47.627.431,04	1º	10,11%
Pinhais	16.821.577,00	1º	3,57%
Campo Largo	14.258.119,39	1º	3,03%
Colombo	10.821.531,75	1º	2,30%
Piraquara	7.499.881,86	1º	1,59%
Fazenda Rio Grande	4.473.099,13	1º	0,95%
Campina Grande do Sul	4.338.350,55	1º	0,92%
Lapa	4.288.414,17	3º	0,91%
Balsa Nova	4.000.948,00	2º	0,85%
Almirante Tamandaré	3.944.381,49	1º	0,84%
Quatro Barras	3.576.002,77	1º	0,76%
Mandirituba	2.995.118,70	2º	0,64%
Campo Magro	2.880.178,14	1º	0,61%
Itaperuçu	2.710.817,40	2º	0,58%
Tijucas do Sul	1.612.047,52	3º	0,34%
Contenda	1.540.138,50	2º	0,33%
Adrianópolis	1.529.792,39	3º	0,32%
Bocaiúva do Sul	1.338.699,18	2º	0,28%
Quitandinha	1.198.383,00	3º	0,25%
Agudos do Sul	663.108,23	3º	0,14%
Tunas do Paraná	599.479,89	2º	0,13%
Cerro Azul	-	3º	-
Doutor Ulysses	-	3º	-
Rio Branco do Sul	-	2º	-

*Transferências correntes + Transferências de capital + Outras transferências

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Tabela 17 – Transferências Estado/Municípios Percentual

Quando são analisados os valores absolutos das transferências, como na Tabela 17, é possível identificar que, na grande maioria, são os municípios do primeiro anel metropolitano os que mais recebem recursos do Estado do Paraná. O primeiro anel metropolitano concentra 37,72% do valor absoluto das transferências totais do Estado para os municípios da RMC, enquanto o segundo anel recebe apenas 2,80% e o terceiro anel 1,97% deste total. O restante, 57,51% do total das transferências, é destinado ao pólo metropolitano.

Quando analisadas as transferências em relação ao número de habitantes, os resultados demonstram diferenças para o pólo metropolitano, porém mantém ainda a maior arrecadação para o primeiro anel, como demonstrado na Tabela 18 a seguir.



Município	Transferências Total/2000* (R\$)	População Total/2000	Transferências Total per Capita/2000 (R\$/hab)	Compartimento Intra-metropolitano
Araucária	61.480.857,00	94.258	652,26	1º
Balsa Nova	4.000.948,00	10.153	394,07	2º
São José dos Pinhais	47.627.431,04	204.316	233,11	1º
Quatro Barras	3.576.002,77	16.161	221,27	1º
Adrianópolis	1.529.792,39	7.007	218,32	3º
Mandirituba	2.995.118,70	17.540	170,76	2º
Curitiba	270.916.909,10	1.587.315	170,68	Pólo
Tunas do Paraná	599.479,89	3.611	166,01	2º
Pinhais	16.821.577,00	102.985	163,34	1º
Campo Largo	14.258.119,39	92.782	153,67	1º
Bocaiúva do Sul	1.338.699,18	9.050	147,92	2º
Campo Magro	2.880.178,14	20.409	141,12	1º
Itaperuçu	2.710.817,40	19.344	140,14	2º
Tijucas do Sul	1.612.047,52	12.260	131,49	3º
Campina Grande do Sul	4.338.350,55	34.566	125,51	1º
Contenda	1.540.138,50	13.241	116,32	2º
Piraquara	7.499.881,86	72.886	102,90	1º
Lapa	4.288.414,17	41.838	102,50	3º
Agudos do Sul	663.108,23	7.221	91,83	3º
Quitandinha	1.198.383,00	15.272	78,47	3º
Fazenda Rio Grande	4.473.099,13	62.877	71,14	1º
Colombo	10.821.531,75	183.329	59,03	1º
Almirante Tamandaré	3.944.381,49	88.277	44,68	1º
Cerro Azul	-	16.352	-	3º
Doutor Ulysses	-	6.003	-	3º
Rio Branco do Sul	-	29.341	-	2º

*Transferências correntes + Transferências de capital + Outras transferências

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Tabela 18 – Transferências Estado/Municípios Per Capita

Quando os dados relativos às transferências são analisados considerando os valores per capita, muito embora o primeiro anel mantenha a maior arrecadação, a diferença entre ele e os demais anéis diminui. Enquanto o primeiro anel apresenta arrecadação média de R\$ 182,68 por habitante, o segundo anel arrecada R\$ 128,91 e o terceiro anel apenas R\$ 87,70. O pólo, com menor arrecadação do que o primeiro anel, recebe R\$ 170,68 per capita.

Como estas transferências são regidas por lei, não representam uma intenção do Governo do Estado em investimentos diferenciados por anel metropolitano, mas corroboram as diferenças intra-regionais da RMC, pois, como são baseadas no



Índice de Participação dos Municípios, refletem, entre outras coisas, a arrecadação de impostos gerados pelos mesmos.

A) Transferências Correntes Estado - Análise Percentual da RMC

MUNICÍPIO	Transferências Correntes Estado/2000 (R\$)	% das Transferências Correntes Estado/2000	Compartimento Intra-metropolitano
Curitiba	631.802.899,22	63,45%	Pólo
Araucária	85.170.797,00	8,55%	1º
São José dos Pinhais	64.766.422,81	6,50%	1º
Colombo	38.062.333,39	3,82%	1º
Pinhais	27.394.525,00	2,75%	1º
Campo Largo	26.940.614,25	2,71%	1º
Almirante Tamandaré	16.407.898,69	1,65%	1º
Piraquara	16.130.621,56	1,62%	1º
Lapa	11.989.484,33	1,20%	3º
Fazenda Rio Grande	10.683.723,16	1,07%	1º
Campina Grande do Sul	9.071.168,87	0,91%	1º
Campo Magro	7.058.577,83	0,71%	1º
Itaperuçu	6.583.445,62	0,66%	2º
Quatro Barras	6.486.835,52	0,65%	1º
Balsa Nova	6.146.852,00	0,62%	2º
Mandirituba	6.113.102,75	0,61%	2º
Tijucas do Sul	4.232.041,22	0,43%	3º
Quitandinha	4.073.553,00	0,41%	3º
Contenda	3.977.238,97	0,40%	2º
Bocaiúva do Sul	3.887.202,17	0,39%	2º
Adrianópolis	3.709.680,51	0,37%	3º
Agudos do Sul	2.738.158,74	0,27%	3º
Tunas do Paraná	2.281.197,72	0,23%	2º
Cerro Azul	-	-	3º
Doutor Ulysses	-	-	3º
Rio Branco do Sul	-	-	2º

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Tabela 19 – Transferências Correntes do Estado em Percentual

A análise das transferências correntes, obrigatórias e baseadas em cota-parte, indica a força produtiva do pólo metropolitano que recebe 63,45% do total da RMC. Quando analisados os valores absolutos (Tabela 19) o primeiro anel recebe um montante significativamente maior – 30,95% do total - do que o segundo – 2,91% do total – e do terceiro anel metropolitano – 2,69% do total, o que confirmaria o reflexo do pólo sobre o primeiro anel.



Porém, ao serem analisados os dados per capita (Tabela 20), as diferenças não são tão significativas. O pólo recebe, de transferências correntes, R\$ 398,03 per capita, enquanto o primeiro anel R\$ 316,78, o segundo R\$ 283,43 e o terceiro R\$ 252,40 por habitante. Este valor, que pode ser relacionado com a produção e crescimento econômico local, parece reforçar a imagem da expansão da metrópole como uma “mancha de óleo” atingindo os anéis por ordem de distanciamento do pólo.

B) Transferências Correntes - Estado - Análise Per Capita da RMC

MUNICÍPIO	Transferências Correntes Estado/2000 (R\$)	População Total/ 2000	Transferências Correntes Estado per capita/2000	Compartimento Intra-metropolitano
Araucária	85.170.797,00	94.258	903,59	1º
Tunas do Paraná	2.281.197,72	3.611	631,74	2º
Balsa Nova	6.146.852,00	10.153	605,42	2º
Adrianópolis	3.709.680,51	7.007	529,42	3º
Bocaiúva do Sul	3.887.202,17	9.050	429,53	2º
Quatro Barras	6.486.835,52	16.161	401,39	1º
Curitiba	631.802.899,22	1.587.315	398,03	Pólo
Agudos do Sul	2.738.158,74	7.221	379,19	3º
Mandirituba	6.113.102,75	17.540	348,52	2º
Campo Magro	7.058.577,83	20.409	345,86	1º
Tijucas do Sul	4.232.041,22	12.260	345,19	3º
Itaperuçu	6.583.445,62	19.344	340,34	2º
São José dos Pinhais	64.766.422,81	204.316	316,99	1º
Contenda	3.977.238,97	13.241	300,37	2º
Campo Largo	26.940.614,25	92.782	290,36	1º
Lapa	11.989.484,33	41.838	286,57	3º
Quitandinha	4.073.553,00	15.272	266,73	3º
Pinhais	27.394.525,00	102.985	266,01	1º
Campina Grande do Sul	9.071.168,87	34.566	262,43	1º
Piraquara	16.130.621,56	72.886	221,31	1º
Colombo	38.062.333,39	183.329	207,62	1º
Almirante Tamandaré	16.407.898,69	88.277	185,87	1º
Fazenda Rio Grande	10.683.723,16	62.877	169,91	1º
Cerro Azul	-	16.352	-	3º
Doutor Ulysses	-	6.003	-	3º
Rio Branco do Sul	-	29.341	-	2º

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Tabela 20 – Transferências Correntes Estado Per Capita



Outras Transferências Intergovernamentais Correntes do Estado/ Transferências Voluntárias - Análise Percentual RMC

Município	Outras Transferências Intergovernamentais Correntes (R\$)	% das Outras Transferências Correntes Intergovernamentais Estado	Compartimento Intra-metropolitano	Partidos Políticos Prefeituras Municipais/2000
Curitiba	6.006.858,02	75,25%	Pólo	PFL
Pinhais	484.109,00	6,06%	1º	PSDB
São José dos Pinhais	309.204,19	3,87%	1º	PFL
Lapa	167.885,63	2,10%	3º	PMDB
Campo Magro	154.404,89	1,93%	1º	PFL
Bocaiúva do Sul	147.854,59	1,85%	2º	PTB
Quatro Barras	140.269,30	1,76%	1º	PMDB
Adrianópolis	119.800,71	1,50%	3º	PSL
Mandirituba	115.324,72	1,44%	2º	PPB
Campo Largo	85.803,05	1,07%	1º	PSDB
Campina Grande do Sul	58.608,72	0,73%	1º	PSDB
Itaperuçu	58.055,47	0,73%	2º	PMDB
Balsa Nova	32.580,00	0,41%	2º	PMDB
Agudos do Sul	24.503,01	0,31%	3º	PMDB
Araucária	18.328,00	0,23%	1º	PSDB
Tijucas do Sul	18.270,05	0,23%	3º	PSL
Tunas do Paraná	12.699,23	0,16%	2º	PFL
Contenda	10.722,60	0,13%	2º	PSDB
Quitandinha	9.500,00	0,12%	3º	PSL
Fazenda Rio Grande	7.308,33	0,09%	1º	PPS
Almirante Tamandaré	0,00	0,00%	1º	PTB
Colombo	0,00	0,00%	1º	PPB
Piraquara	0,00	0,00%	1º	PMDB
Cerro Azul	-	-	3º	PSDB
Doutor Ulysses	-	-	3º	PFL
Rio Branco do Sul	-	-	2º	PSC

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Tabela 21 – Transferências Voluntárias em Percentual

A análise das “Outras Transferências Intergovernamentais Correntes”, parte da composição das transferências correntes do Estado para os municípios, possibilita identificar se o Governo do Estado considera as diferenças intra-regionais quando do repasse de recursos para os municípios da RMC, pois se trata de transferências voluntárias.

Neste caso, na análise dos valores absolutos, ainda é o pólo o maior receptor de recursos – 72,25% do total da RMC, seguido pelo primeiro anel – 15,76% do total – o qual apresenta diferença significativa em relação ao segundo – 4,73% do total – e terceiro anel que recebeu em 2000 apenas 4,26% do total da RMC.



Estes dados poderiam corroborar os resultados relativos às ações do Governo do Estado na RMC, baseadas nas Mensagens do Governador à assembléia Legislativa, anteriormente analisadas, que demonstraram uma concentração de ações no primeiro anel.

De acordo com as mensagens e com os dados absolutos das transferências voluntárias do Estado para os municípios, seria possível concluir que a gestão metropolitana considera as diferenças intra-regionais existentes na RMC.

Porém, a análise dos dados referentes a “Outras Transferências Intergovernamentais Correntes do Estado *per capita*”, apresenta resultados muito distintos dos anteriores, como consta na Tabela 22 a seguir.

Nesta análise, onde o pólo se mantém como maior receptor, com R\$ 3,78 per capita, o primeiro anel, que possuía o maior montante absoluto, aparece como o menor receptor com apenas R\$ 1,29 per capita. O segundo e terceiro anéis recebem R\$ 3,69 e R\$ 3,21 per capita respectivamente.

Estes dados possibilitam análises, como por exemplo, da questão política. A influência política é possível, pois as transferências voluntárias podem ser utilizadas para repasses não baseados em cálculos legalmente definidos.

Em 2000, o partido político do Governo do Estado do Paraná era o PFL³ e sua coligação composta por PSL, PTB, PPB, PPS e PSC⁴. A análise dos valores absolutos do repasse demonstra que 86,46% do total de repasses foram para prefeituras aliadas politicamente ao Governo do Estado, porém, deve ser feita a consideração de que quatorze das vinte e seis prefeituras da RMC, incluindo o pólo, sendo seis destas no primeiro anel, estavam sendo geridas pelo próprio partido do Governo do Estado ou partidos aliados.

Do total de prefeituras da RMC apenas seis estavam sendo geridas pelo principal opositor do Governo vigente, sendo apenas duas pertencentes ao primeiro anel metropolitano, as quais, de forma conjunta, receberam o montante de 5, 30% do total de repasses da RMC.

Da mesma forma que anteriormente, a análise, “Outras Transferências Intergovernamentais Correntes do Estado”, foi realizada considerando o valor *per capita*, como demonstra a Tabela 22.

³ PFL – Partido da Frente Liberal

⁴ PSL-Partido Social Liberal, PTB-Partido Trabalhista Brasileiro, PPB-Partido Progressista Brasileiro, PPS- Partido Popular Socialista e PSC-Partido Social Cristão.



Outras Transferências Intergovernamentais Correntes do Estado – Análise *Per Capita* RMC

Município	População Total/ 2000	Outras Transferências Correntes Intergovernamentais Estado/2000 (R\$)	Outras Transferências Correntes Intergovernamentais per capita/2000	Compartimento Intra-metropolitano	Partidos Políticos Prefeituras Municipais/2000
Adrianópolis	7.007	119.800,71	17,10	3º	PSL
Bocaiúva do Sul	9.050	147.854,59	16,34	2º	PTB
Quatro Barras	16.161	140.269,30	8,68	1º	PMDB
Campo Magro	20.409	154.404,89	7,57	1º	PFL
Mandirituba	17.540	115.324,72	6,57	2º	PPB
Pinhais	102.985	484.109,00	4,70	1º	PSDB
Lapa	41.838	167.885,63	4,01	3º	PMDB
Curitiba	1.587.315	6.006.858,02	3,78	Pólo	PFL
Tunas do Paraná	3.611	12.699,23	3,52	2º	PFL
Agudos do Sul	7.221	24.503,01	3,39	3º	PMDB
Balsa Nova	10d				

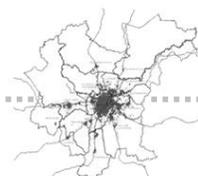


4.3.4 Gestão Metropolitana

O histórico das regiões metropolitanas no Brasil indica as razões pela qual a gestão metropolitana é tão complexa. Além das questões referentes à escala dos problemas metropolitanos, como crescimento desenfreado, carência de infraestrutura e serviços, segregação sócio-espacial entre outras, a gestão metropolitana se destaca pela dificuldade institucional.

Os problemas de gestão da Região Metropolitana de Curitiba são comuns às outras RMs brasileiras, ou seja, dificuldades político-partidárias (entre municípios e Estado), dificuldades na integração e articulação intersetorial e interinstitucional dos órgãos envolvidos de alguma forma na gestão metropolitana, hegemonia do pólo sobre os outros municípios metropolitanos, bem como problemas orçamentários.

Apesar da relativa facilidade em identificar a maior concentração de ações do Governo do Estado nos municípios pertencentes ao primeiro anel metropolitano, não foi possível identificar, de forma clara, que o Governo concentre intencionalmente investimentos nestes mesmos municípios. De forma geral, parece não ser possível ao Governo do Estado cumprir um planejamento regional prévio, mas, tanto em relação às ações quanto aos investimentos, atender as demandas geradas pelo crescimento acelerado da região.



5 Conclusões

Os fenômenos urbanos relativos ao crescimento das cidades são responsáveis pela configuração do espaço urbano, o qual apresenta características diversas em cada região. Estas características não são determinadas pela delimitação administrativa e sim pela dinâmica da urbanização, determinada entre outros fatores, pelo crescimento populacional e desenvolvimento econômico.

Esta dinâmica de crescimento populacional, intensificada pela migração inter ou intra-regional, não respeita limites administrativos, fazendo com que as metrópoles se expandam além dos seus limites por sobre os municípios ao seu redor. Esta expansão pode ser de forma contínua ou não e pode determinar a formação de aglomerações metropolitanas.

O deslocamento populacional no sentido dos grandes centros urbanos tem sua base na busca de melhores condições de vida e determinam inter-relações urbanas, uma vez que o custo de vida nestas metrópoles redireciona grandes contingentes populacionais para o entorno próximo.

Estas pessoas deslocam-se em busca de trabalho e oferta de serviços constituindo um movimento pendular, delimitando a área de abrangência de uma metrópole. De forma geral, a metropolização e a formação de aglomerações metropolitanas pode ser associada a questões como segregação sócio-espacial e degradação ambiental.

As regiões metropolitanas brasileiras são conjuntos de municípios limítrofes que, apesar de integrados legalmente, são administrativamente autônomos que não necessariamente participam da dinâmica estabelecida pelo processo de metropolização.

A Região Metropolitana de Curitiba foi criada pela Lei Complementar Federal nº. 14/1973 e, não apenas os desmembramentos, mas principalmente as incorporações de outros municípios ao longo das duas últimas décadas, distanciaram-na do caráter de região conurbada e adensada com intensas relações urbanas entre a metrópole e sua área de abrangência. “Ou seja, a RMC politicamente instituída não pode servir de base para explicar o processo de metropolização na região” (BITTENCOURT, 2003, p. 111).



Da mesma forma que outras regiões metropolitanas brasileiras, a gestão da Região Metropolitana de Curitiba é bastante complexa, não só pela diversidade de temas inerentes, mas pelas dificuldades de sobreposição de gerências, entre Estado e Municípios.

A pesquisa confirmou as grandes diferenças intra-regionais existentes na RMC e a identificação, de forma muito clara, de que realmente existem três sub-compartimentos distintos na composição da Região Metropolitana de Curitiba, já anteriormente identificados pela COMEC e IPARDES, cujas classificações pouco diferem entre si.

Estes sub-compartimentos apresentam diversidades entre si que os caracterizam e que tornam explícita as diferenças entre municípios inseridos no processo de metropolização e aqueles que se tornam metropolitanos apenas por força de lei.

Os municípios do primeiro anel, realmente inseridos na dinâmica metropolitana, de forma geral, são municípios que apresentam maiores taxas de urbanização, maior crescimento anual e densidade demográfica, valores maiores de PIB e renda per capita, além de melhor infra-estrutura urbana.

À medida que se distanciam do pólo, os municípios apresentam redução nestes índices. Quanto mais distante, mais diversa a situação da apresentada pelos municípios do entorno do pólo, confirmando a teoria de que a expansão da metropolização acontece de forma geral, como uma “mancha de óleo”.

Identificadas as características de cada um dos municípios da RMC, o reenquadramento dos municípios nos sub-compartimentos identificados, gerou diferenças em relação à classificação do IPARDES, usada como base.

O resultado da aplicação das variáveis utilizadas na presente pesquisa, classifica os municípios da RMC da seguinte forma:

1º anel:

Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, São José dos Pinhais.

2º anel:

Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Mandirituba, Rio Branco do Sul.

3º anel:



Adrianópolis, Agudos do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Lapa, Quitandinha, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná.

O Quadro 14, ilustrado pela figura 08, demonstra as diferenças entre o resultado da dissertação em relação à classificação do IPARDES e da COMEC.

COMEC - 2001		IPARDES - 2000		DISSERTAÇÃO - 2006	
		Pólo	Curitiba	Pólo	Curitiba
Núcleo Urbano central	1. Almirante Tamandaré	Primeiro Anel	1. Almirante Tamandaré	Primeiro Anel	1. Almirante Tamandaré
	2. Araucária		2. Araucária		2. Araucária
	3. Campina Grande do Sul		3. Campina Grande do Sul		3. Campina Grande do Sul
	4. Campo Largo		4. Campo Largo		4. Campo Largo
	5. Campo Magro		5. Campo Magro		5. Campo Magro
	6. Colombo		6. Colombo		6. Colombo
	7. Fazenda Rio Grande		7. Fazenda Rio Grande		7. Fazenda Rio Grande
	8. Pinhais		8. Pinhais		8. Pinhais
	9. Piraquara		9. Piraquara		9. Piraquara
	10. Quatro Barras		10. Quatro Barras		10. Quatro Barras
	11. São José dos Pinhais		11. São José dos Pinhais		11. São José dos Pinhais
Primeiro Anel	1. Balsa Nova	Segundo Anel	1. Balsa Nova	Segundo Anel	1. Balsa Nova
	2. Bocaiúva do Sul		2. Bocaiúva do Sul		2. Bocaiúva do Sul
	3. Contenda		3. Contenda		3. Contenda
	4. Itaperuçu		4. Itaperuçu		
	5. Mandirituba		5. Mandirituba		4. Mandirituba
	6. Rio Branco do Sul		6. Rio Branco do Sul		5. Rio Branco do Sul
			7. Tunas do Paraná		
Segundo Anel	1. Adrianópolis	Terceiro Anel	1. Adrianópolis	Terceiro Anel	1. Adrianópolis
	2. Agudos do Sul		2. Agudos do Sul		2. Agudos do Sul
	3. Cerro Azul		3. Cerro Azul		3. Cerro Azul
	4. Dr. Ulysses		4. Dr. Ulysses		4. Dr. Ulysses
	5. Lapa		5. Lapa		5. Lapa
	6. Quitandinha		6. Quitandinha		6. Quitandinha
	7. Tijucas do Sul		7. Tijucas do Sul		7. Tijucas do Sul
	8. Tunas do Paraná				8. Tunas do Paraná

Quadro 14 – Sub-compartimentos da RMC, segundo a COMEC, IPARDES e resultados da dissertação



COMEC

IPARDES

DISSERTAÇÃO

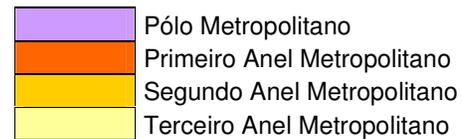
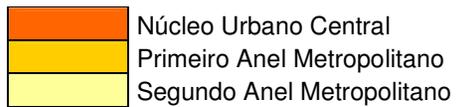
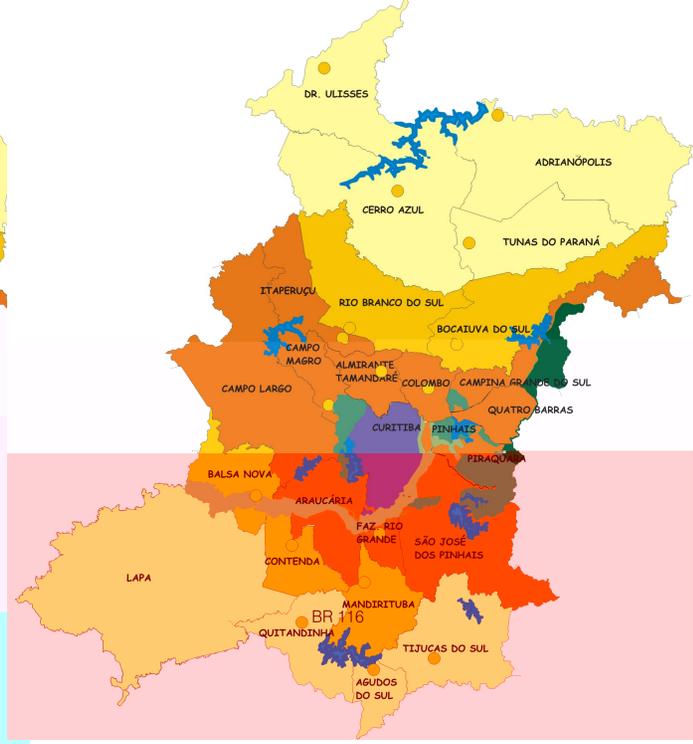
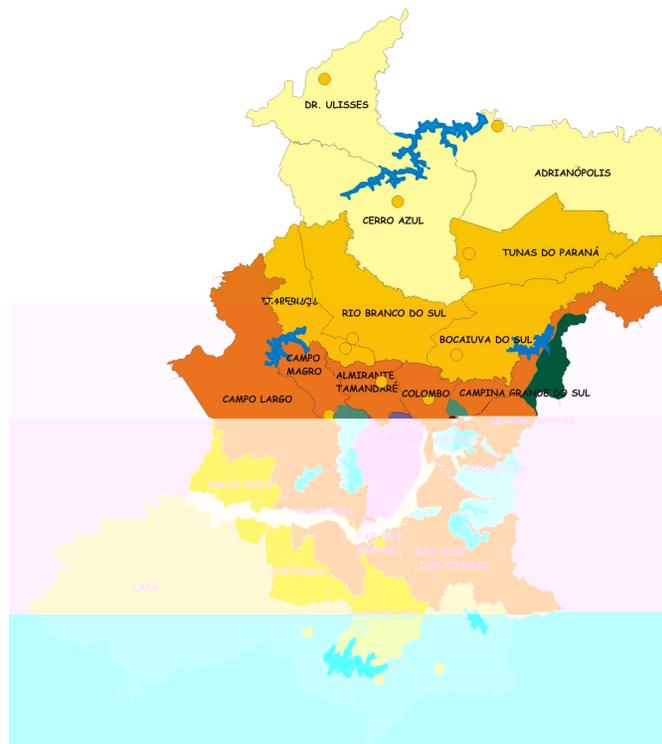
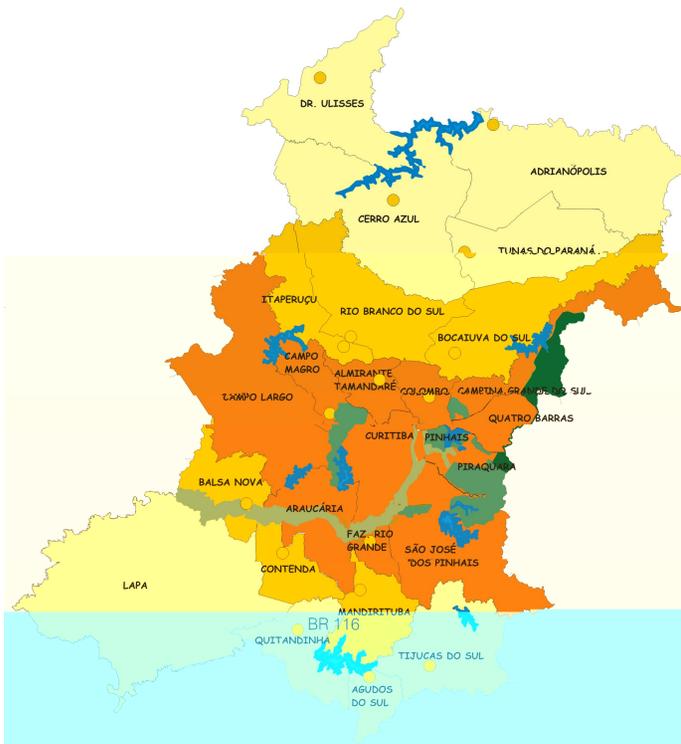


Figura 08 – Mapas de Classificação Final da dissertação, COMEC e IPARDES



Percebe-se que os municípios que não possuem identificação com a questão metropolitana (terceiro anel) são justamente os incorporados à RMC por força de legislações estaduais, após a Constituição Federal de 1988, por interesses políticos, com exceção de Tunas do Paraná, que foi desmembrado do município de Bocaiúva do Sul, sendo que este já pertence ao segundo anel metropolitano.

Já os municípios do primeiro e segundo anéis, são os que originalmente constituíram a RMC ou foram desmembrados destes.

É interessante observar que os municípios do segundo anel são municípios, que apesar de não fazer divisa com o pólo, não sofrendo diretamente o processo de periferização deste, mantém com o pólo inter-relações significativas.

Estes municípios encontram-se a uma distância do pólo a qual a população aceita deslocar-se em busca de oferta de trabalho ou serviços.

Identificada a existência de sub-compartimentos metropolitanos com diferentes características, a pesquisa permitiu também a percepção de que estes sub-compartimentos apresentam diferentes intensidades de inter-relações entre si e com o pólo metropolitano.

Da mesma forma que o primeiro anel apresenta características mais semelhantes com o pólo do que os demais sub-compartimentos, sua inter-relação com Curitiba também é mais intensa e vai diminuindo a medida que os municípios se distanciam. Sendo assim, a inter-relação é menor no segundo anel do que no primeiro e menor no terceiro anel do que no segundo.

Estes resultados corroboram a teoria de que a relação entre a oferta de serviços especializados e a distância, são determinantes na questão das centralidades.

No que diz respeito à gestão da Região Metropolitana de Curitiba, os resultados apresentados identificam que o Governo do Estado do Paraná concentrou maiores esforços, ao longo dos anos analisados, tanto em ações de planejamento, quanto em obras, no primeiro anel metropolitano.

Já em relação às transferências do Governo do Estado, realizadas no ano de 2000 para os municípios da RMC, não é possível afirmar que as diferenças intra-regionais foram consideradas. Neste caso, além da possibilidade de interferências políticas, como as discutidas em relação às outras transferências intergovernamentais, existe também a possibilidade de que algumas prefeituras, independentemente de em que anéis estejam localizadas, tenham apresentado,



mais projetos ao Governo do Estado, demandando desta forma, maiores repasses, ou seja, o volume de recursos auferidos se deve à maior competência de gestão.

De forma geral, apesar dos dados analisados demonstrarem que tanto as ações quanto os repasses do Governo do Estado para a Região Metropolitana de Curitiba não serem eqüitativos para os sub-compartimentos existentes, não é possível afirmar que as diferenças intra-regionais de fato, são consideradas.

Da mesma forma não é possível identificar, pelas variáveis estudadas, claramente ações que busquem desenvolver a região como um todo, sendo que a concentração de ações no primeiro anel metropolitano parece só contribuir para que estas diferenças sejam reforçadas.

Uma vez que os investimentos por parte do Governo do Estado se concentram prioritariamente no primeiro anel metropolitano, melhorando a oferta de infra-estrutura e serviços, estabelece-se um círculo vicioso. Melhores infra-estruturas atraem mais pessoas que geram a necessidade de novos investimentos e assim por diante.

Portanto, conclui-se que a Região Metropolitana de Curitiba apresenta três sub-compartimentos com distintas características e que estes apresentam diferentes intensidades de relações entre si e entre estes e o pólo, não sendo possível, porém, afirmar que a gestão metropolitana seja norteadada por estas diferenças.

A análise dos dados levantados permite formular possíveis cenários, caso fossem consideradas a implementação de algumas diretrizes sobre questões relativas à gestão da RMC, a saber:

- Maiores investimentos, por parte no Governo do Estado, nos municípios do segundo anel metropolitano poderiam possibilitar o arrefecimento do ritmo de crescimento populacional do entorno da metrópole, minimizando problemas de exclusão social e degradação ambiental;

- Investimentos em infra-estrutura e serviços no segundo anel, poderiam possibilitar a melhoria na qualidade de vida da população do terceiro anel metropolitano e também reduzindo a pressão da migração intra-urbana;

- O incentivo ao desenvolvimento de centralidades menores, como a Lapa, por exemplo, poderiam colaborar com o desenvolvimento econômico do seu entorno próximo, reforçando a centralidade sub-regional diagnosticada;



Sugere-se, como trabalhos futuros, a investigação das seguintes questões que poderiam colaborar com a proposição de políticas públicas mais adequadas à realidade da RMC:

1. A continuidade do crescimento da Região Metropolitana de Curitiba pode fazer com que municípios, que hoje não tem características metropolitanas, passem a tê-lo?
2. Em vista da inserção de municípios que, de fato, não pertencem à dinâmica metropolitana na Região Metropolitana de Curitiba ser pouco ou nada vantajosa para os mesmos, não seria melhor incentivar o desenvolvimento de diferentes níveis de centralidades?
3. De que forma a gestão da Região Metropolitana deveria considerar as diferenças intra-regionais existentes de modo a desenvolver a região de forma mais equilibrada?

Além das questões apresentadas, a análise política das transferências do Estado para os municípios da RMC, mereceria um aprofundamento, notadamente sobre a conveniência de se incorporar, ou não, critérios de estratégia regional.

Sem dúvida, esta diferença entre a metrópole real (área metropolitana) e a metrópole legal (região metropolitana) deve ser levada em conta quando da sua gestão. A questão que fica é de que forma a gestão metropolitana pode ser efetiva naqueles municípios que não fazem realmente parte da dinâmica de expansão da metrópole.

Outra questão a ser considerada é a possibilidade de adoção de políticas compensatórias para os municípios do entorno próximo da metrópole (primeiro anel metropolitano) uma vez que os mesmos absorvem um grande contingente populacional atraído pela metrópole e não apresentam condições técnicas, financeiras ou operacionais de absorver a demanda por infra-estrutura e serviços.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS <http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=53696> Acesso em novembro 2006

ANDRADE T. A.; SERRA, R. V. **Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras**. Texto para discussão nº 592. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

ANDRADE, T. A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BITTENCOURT, J. T. **Perfil Produtivo e Dinâmica Espacial da Região Metropolitana de Curitiba**: uma leitura a partir do desenvolvimento regional e das mudanças no padrão de produção. Curitiba: REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, n. 105, 2003.

BRAGA, R. **Região e Gestão Metropolitana no Final do Século XX**: uma análise do caso paulista. Anais do 6º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Presidente Prudente: AGB, 1999.

_____. **Política urbana, política fiscal e pacto federativo**: limites e perspectivas do Estatuto da Cidade no contexto da reforma do Estado. Anais do VII Seminário Internacional da Rede Ibero-americana de Investigadores sobre Globalização e Território. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2004. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/rbraga12.pdf> Acesso em agosto 2006.

BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. **Cidade**: espaço da cidadania. Texto publicado originalmente em: GIOMETTI, Ana Lúcia B. R e BRAGA, Roberto (orgs.). Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Ensino de Geografia. São Paulo: UNESP -PROPP, 2004. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/rbraga11.pdf> Acesso em 24/08/2006

BRANDÃO, C. A. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento**: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. Tese de doutorado, UNICAMP, 2004.

_____. **O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o “jogo das escalas”**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2005. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_67/carlos_antonio_brandao.pdf Acesso em 24/08/2006

_____. **Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes**: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n.107. Curitiba: IPARDES, 2004



BRASIL. **Plano Diretor Participativo**: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

_____. **Política nacional de desenvolvimento urbano**. Cadernos MCidades Desenvolvimento Urbano, Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas públicas**: manual de procedimentos : aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, STN. – 3.ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2006.

_____. Ministério da Fazenda [Lei nº 4.320, de 17.03.1964, D.O. de 23.03.1964](#)
TESOURO NACIONAL/ Legislação. Disponível em:
www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/leg_contabilidade.asp Acesso em 11/12/2006

BREMAEKER, F. E. J. **Evolução demográfica dos municípios das regiões metropolitanas brasileiras, segundo a base territorial de 1997**. (1960-1991). Rio de Janeiro: IBAM/APMC/IBAMCO, 1997. (2ª edição: 2000)

CARVALHO, P. F. **Instrumentos legais de gestão urbana**: Referências ao Estatuto da Cidade e ao Zoneamento. BRAGA, R; CARVALHO, P. F. (orgs.) **Estatuto da Cidade**: política urbana e cidadania. Rio Claro: LPM-IGCE-UNESP, 2000. Disponível em:<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/Pompeu03.pdf>

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. **A Dinâmica Metropolitana, Movimento Pendular e Forma Urbana: o espaço urbano do Rio de Janeiro XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu: ABEP, 2006.

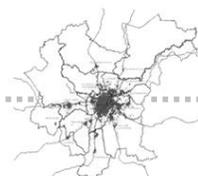
COBRAPE/SOGREAH/COMEC **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba – PDI/BL "D"/5.1 – PDI/BL "D"/5.2 - Revisão 1**. Desenvolvimento Institucional. Curitiba: PROSAM/COMEC, 2002.

DESCHAMPS, M. V. **Divisão Socioespacial e Fluxos Migratórios na Região Metropolitana de Curitiba na Década de 80**. Ouro Preto: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002.

_____. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: UFPR, 2004.

DOWBOR, L. **O Poder Local diante dos Novos Desafios Sociais**. O município no século XXI: cenários e perspectivas. ed. especial. Fundação Prefeito Faria Lima – São Paulo: Cepam, 1999.

EMPLASA **Por dentro das regiões metropolitanas do Brasil**. São Paulo: FNEM, 2003. Disponível em http://www.emplasa.sp.gov.br/fnem/fnem_a.htm Acesso em 24/08/2006



GEDDES, P. **Cidades em evolução**. Trad. Maria José Ferreira de Castilho. Campinas: Papirus, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOUVÊA, R. G. **Autonomia municipal em regiões metropolitanas: as questões administrativa e política**. Washington, D.C.: XXIII International Congress of the Latin American Studies Association LASA, 2001.

_____. **O nascimento da consciência metropolitana**. Belo Horizonte: Revista do Legislativo, n. 37, 2004.

GROSTEIN, M. D. **Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis"**. São Paulo em Perspectiva, vol.15, nº.1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8585.pdf>

HARDT, L. P. A.; HARDT, C. **Subsídios à formulação de políticas de gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável**. Indaiatuba: II Encontro da ANPPAS, 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT11/carlos_hardt.pdf. 28/09/2006

IBGE. **Regiões de influência das cidades, 1993**. O departamento de geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Projeção da População do Brasil: 1980-2050**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/default.shtm 26/09/2006

IPARDES. **Indicadores Intrametropolitanos 2000: diferenças sócio espaciais na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: IPARDES, 2005.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana**. Brasília: IPEA/ IBGE/UNICAMP, 2001, vol 1.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para caracterização da rede urbana**. Brasília: IPEA/ IBGE/UNICAMP, 2001, vol 2.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: sul**. Brasília: IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR/IPARDES, 2000. vol. 6

KOGA, D.; NAKANO, K. **Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras**. I Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da V Conferência Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: http://www2.abong.org.br/final/download/6_dirce.pdf Acesso em 24/08/2006

LACERDA, N.; MENDES ZANCHETI, S.; DINIZ, F. **Planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial**. Santiago: EURE, 2000. vol.26, nº79. disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007900005&lng=es&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 26/09/2006



LAMPARELLI, C. M. **Cooperação Intermunicipal e Desenvolvimento: Soluções Regionais para o Desenvolvimento Municipal. O município no século XXI: cenários e perspectivas.** ed. especial. Fundação Prefeito Faria Lima – São Paulo: Cepam, 1999.

LEMOS, M. B. **Regionalização: análise da experiência brasileira recente.** Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro. SPDR Ministério da Integração Nacional. Belo Horizonte: FACE/CEDEPLAR-UFMG, 2004.

LEMOS, M. B.; DINIZ, C. C.; GUERRA, L. P.; MORO, S. **A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica.** Estudos Econômicos, vol. 33, nº 4: São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/novo_site/publicacoes/estudos_economicos/33_4/borges-dinizmoro.pdf 26/09/2006

LEMOS, M. B.; DINIZ, C. C.; GUERRA, L. P.; MORO, S. **A nova configuração regional Brasileira e sua geografia econômica.** São Paulo: Estudos Econômicos, 2003. vol. 33, nº 4:

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Revista Estudos Avançados – IEA/ USP: 2003, vol.17, nº48 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf> 26/09/2006

MARICATO, E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo em Perspectiva, 2000, vol.14, nº4 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf> 26/09/2006

MARICATO; E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo em Perspectiva, volume 14, nº4, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf> Acesso em 24/08/2006

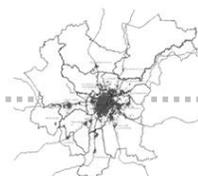
MONTE-MÓR, R. L. M. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

MOTTA, D. M.; AJARA, C. **Configuração da Rede Urbana do Brasil.** Revista Paraná Desenvolvimento, n. 100. Curitiba: IPARDES, 2001.

MOTTA, D. M.; MUELLE, C. C.; TORRES, M. O.; **A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espaçial brasileiro.** Ministério do planejamento e orçamento. Brasília: IPEA, 1997.

MOURA, R. **Paraná: meio século de urbanização.** Revista RA´E GA, nº 8. Curitiba: Editora UFPR, 2004. Disponível em: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewPDFInterstitial/3381/2710> Acesso em 28/09/2006

MOURA, R. **Morfologias de concentração no Brasil: o que se configura além da metropolização?** Revista paranaense de desenvolvimento, nº 107. Curitiba:



IPARDES, 2004. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/rosa_moura_morfologia.pdf Acesso em 28/09/2006

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKI, O. L. C. **Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisas em Aglomerados Urbanos**. São Paulo em perspec., v. 19, n. 4, São Paulo: SEADE, 2005

MOURA, R.; DELGADO, P.; DESCHAMPS, M.; CARDOSO, N. A. **A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na federação Brasileira**: diagnóstico socioeconômico e da estrutura de gestão. Seminário Internacional “Desafio da Gestão das Regiões Metropolitanas em Países Federados”, Câmara dos Deputados e Fórum das Federações: Brasília: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: http://www.ippur.ufri.br/observatorio/download/rms_brasil.pdf Acesso em 28/09/2006

_____. **Brasil metropolitano**: uma configuração heterogênea. Revista Paranaense de Desenvolvimento Nº 105, 2003. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/publicacoes/revista_pr/revista_pr_105.htm 26/09/2006

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. **Rede, Hierarquia e Região de Influência das Cidades**: um foco sobre a Região Sul. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 100. Curitiba: IPARDES, 2001.

MOURA, R.; KLEINKE, M. de L. U. **Espacialidades de Concentração na Rede Urbana da Região Sul**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n.95, Curitiba: IPARDES, 1999.

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NEGREIROS, R. **Gestão Metropolitana**: um desafio que se renova. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 100. Curitiba: IPARDES, 2001. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/100/rovena.pdf Acesso em 11/12/2006

NEIRA ALVA, E. **Metrópoles (in) sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

ORBIS MC **Indicadores do milênio na Região Metropolitana de Curitiba**. Relatório. Curitiba: ORBIS, 2004.

PACHECO, R. S. **Administração Pública Gerencial**: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros. O município no século XXI: cenários e perspectivas. ed. especial. Fundação Prefeito Faria Lima – São Paulo: Cepam, 1999.

PARANÁ. **Metrópoles em Revista**, nº 1. Curitiba: COMEC, 1999.

_____. **Diretrizes de desenvolvimento para a região metropolitana de Curitiba**. Componente transporte público. Curitiba: COMEC, 2000.



_____ **Programa de Integração de Transporte da Região Metropolitana de Curitiba – PIT/RMC.** Curitiba: Secretaria Especial para Assuntos Metropolitanos/ COMEC/ BNDS, 2005.

PARANÁ/ SEPL/ COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado:** Documento Síntese para Discussão. Curitiba: COMEC, 2001.

REZENDE, D.A.; **Planejamento de informações públicas municipais.** Guia para planejar sistemas de informação, informática, e governo eletrônico nas prefeituras e cidades. São Paulo: Atlas, 2005.

REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. **Planejamento estratégico Municipal:** empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

RIVA, D. **Estado do meio ambiente e retrospectivas políticas: 1972-2002.** UNEP, Italy, Still Pictures. Disponível em: http://www2.ibama.gov.br/~geobr/geo3-port/geo3port/cap2_%20socioeconomico.pdf Acesso em 24/08/2006

ROLNIK, R. **Cidade brasileira: uma ou muitas?** Ciência e Cultura, vol.56, nº.2 2004, Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a14v56n2.pdf> Acesso em 26/09/2006

ROLNIK, R; SOMEKH, N. **Governar as Metrôpoles: dilemas da recentralização.** São Paulo: Perspectiva, 2000, vol.14, nº.4, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9754.pdf> Acesso em 26/09/2006

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4ª ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, C. **Regiões metropolitanas:** condicionantes do regime político. LUA NOVA Nº 59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a07n59.pdf> Acesso em 26/09/2006

ULTRAMARI, C; MOURA, R. (org.) **Metrópole:** Grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba: IPARDÉS, 1994.

VAINER, A.; ALBUQUERQUE, J.; GARSON, S. **Manual de elaboração:** o passo a passo da elaboração do PPA para municípios. 2001. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/manual_elaboracao_ppa/introducao.pdf Acesso em 24/08/2006

YIN, R. K. **Case Study Research.** London: Sage Pub., 1994. Tradução por Patrícia Beckhauser.

_____ **"Case Study Research: design and methods"** Tradução e síntese: Prof. Ricardo Lopes Pinto. Adaptação: Prof. Gilberto de Andrade Martins. Disponível em: www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=21&texto=1344, Acesso em 28/11/2006.



INDICADOR	Distância de Curitiba (km)	INDICADOR	População Total	INDICADOR	População Urbana	INDICADOR	% População Urbana
FONTE	ATLAS	FONTE	IBGE	FONTE	SNIU	FONTE	SNIU
PERÍODO		PERÍODO	2000	PERÍODO	2000	PERÍODO	2000
CURITIBA	0	CURITIBA	1.587.315	CURITIBA	1.587.315	CURITIBA	100
PINHAIS	8,2	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	204.316	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	183.366	PINHAIS	98
ALMIRANTE TAMANDARÉ	12,03	COLOMBO	183.329	COLOMBO	174.962	ALMIRANTE TAMANDARÉ	96
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	13,66	PINHAIS	102.985	PINHAIS	100.726	COLOMBO	95
COLOMBO	15,89	ARAUCÁRIA	94.258	ARAUCÁRIA	86.111	FAZENDA RIO GRANDE	94
CAMPO MAGRO	19,03	CAMPO LARGO	92.782	ALMIRANTE TAMANDARÉ	84.755	ARAUCÁRIA	91
QUATRO BARRAS	20,85	ALMIRANTE TAMANDARÉ	88.277	CAMPO LARGO	77.223	QUATRO BARRAS	90
PIRAQUARA	21,13	PIRAQUARA	72.886	FAZENDA RIO GRANDE	59.196	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	90
ARAUCÁRIA	22,91	FAZENDA RIO GRANDE	62.877	PIRAQUARA	33.829	ITAPERUÇÚ	84
ITAPERUÇÚ	24,31	LAPA	41.838	CAMPINA GRANDE SUL	25.973	CAMPO LARGO	83
CAMPINA GRANDE SUL	25,75	CAMPINA GRANDE SUL	34.566	LAPA	24.070	CAMPINA GRANDE SUL	75
FAZENDA RIO GRANDE	25,8	RIO BRANCO DO SUL	29.341	RIO BRANCO DO SUL	20.049	RIO BRANCO DO SUL	68
CAMPO LARGO	25,82	CAMPO MAGRO	20.409	ITAPERUÇÚ	16.234	LAPA	58
RIO BRANCO DO SUL	26,77	ITAPERUÇÚ	19.344	QUATRO BARRAS	14.520	CONTENDA	48
BOCAIÚVA DO SUL	29,3	MANDIRITUBA	17.540	CONTENDA	6.320	PIRAQUARA	46
CONTENDA	38,04	CERRO AZUL	16.352	MANDIRITUBA	6.268	BOCAIÚVA DO SUL	39
MANDIRITUBA	39,4	QUATRO BARRAS	16.161	CERRO AZUL	3.916	TUNAS DO PARANÁ	39
BALSA NOVA	40,32	QUITANDINHA	15.272	BOCAIÚVA DO SUL	3.562	MANDIRITUBA	36
TUNAS DO PARANÁ	53,84	CONTENDA	13.241	BALSA NOVA	3.186	BALSA NOVA	31
QUITANDINHA	54,24	TIJUCAS DO SUL	12.260	QUITANDINHA	3.046	CERRO AZUL	24
TIJUCAS DO SUL	56,05	BALSA NOVA	10.153	CAMPO MAGRO	2.501	ADRIANÓPOLIS	23
LAPA	58,44	BOCAIÚVA DO SUL	9.050	TIJUCAS DO SUL	1.846	AGUDOS DO SUL	20
AGUDOS DO SUL	63,09	AGUDOS DO SUL	7.221	ADRIANÓPOLIS	1.613	QUITANDINHA	20
CERRO AZUL	67,13	ADRIANÓPOLIS	7.007	AGUDOS DO SUL	1.466	TIJUCAS DO SUL	15
ADRIANÓPOLIS	90,25	DOUTOR ULYSSES	6.003	TUNAS DO PARANÁ	1.421	CAMPO MAGRO	12
DOUTOR ULYSSES	96,7	TUNAS DO PARANÁ	3.611	DOUTOR ULYSSES	701	DOUTOR ULYSSES	12

Fontes: IBGE / SNIU / ATLAS

Tabela 23 – Caracterização da População – Dados Numéricos A



INDICADOR	População Rural	INDICADOR	% População Rural	INDICADOR	Taxa de Urbanização	INDICADOR	Taxa de Crescimento Anual
FONTE	SNIU	FONTE		FONTE	SNIU	FONTE	IBGE
PERÍODO	2000	PERÍODO		PERÍODO	2000	PERÍODO	2000
CURITIBA	0	CURITIBA	0	CURITIBA	100	CURITIBA	2,13
QUATRO BARRAS	1.641	PINHAIS	2	PINHAIS	97,81	FAZENDA RIO GRANDE	10,91
TUNAS DO PARANÁ	2.190	ALMIRANTE TAMANDARÉ	4	ALMIRANTE TAMANDARÉ	96,01	PIRAQUARA	9,89
PINHAIS	2.259	COLOMBO	5	COLOMBO	95,44	ITAPERUÇU	6,83
ITAPERUÇU	3.110	FAZENDA RIO GRANDE	6	FAZENDA RIO GRANDE	94,15	CAMPINA GRANDE DO SUL	6,73
ALMIRANTE TAMANDARÉ	3.522	ARAUCÁRIA	9	ARAUCÁRIA	91,36	CAMPO MAGRO	5,99
FAZENDA RIO GRANDE	3.681	QUATRO BARRAS	10	QUATRO BARRAS	89,85	ALMIRANTE TAMANDARÉ	5,66
DOUTOR ULYSSES	5.302	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	10	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	89,75	QUATRO BARRAS	5,52
ADRIANÓPOLIS	5.394	ITAPERUÇU	16	ITAPERUÇU	83,92	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	5,43
BOCAIÚVA DO SUL	5.488	CAMPO LARGO	17	CAMPO LARGO	83,23	COLOMBO	5,09
AGUDOS DO SUL	5.755	CAMPINA GRANDE SUL	25	CAMPINA GRANDE SUL	75,14	ARAUCÁRIA	4,83
CONTENDA	6.921	RIO BRANCO DO SUL	32	RIO BRANCO DO SUL	68,33	CONTENDA	4,5
BALSA NOVA	6.967	LAPA	42	LAPA	57,53	PINHAIS	3,55
ARAUCÁRIA	8.147	CONTENDA	52	CONTENDA	47,73	BALSA NOVA	3,43
COLOMBO	8.367	PIRAQUARA	54	PIRAQUARA	46,41	MANDIRITUBA	3,1
CAMPINA GRANDE SUL	8.593	BOCAIÚVA DO SUL	61	BOCAIÚVA DO SUL	39,36	CAMPO LARGO	2,8
RIO BRANCO DO SUL	9.292	TUNAS DO PARANÁ	61	TUNAS DO PARANÁ	39,35	TUNAS DO PARANÁ	2,67
TIJUCAS DO SUL	10.414	MANDIRITUBA	64	MANDIRITUBA	35,74	DOUTOR ULYSSES	2,12
MANDIRITUBA	11.272	BALSA NOVA	69	BALSA NOVA	31,38	TIJUCAS DO SUL	2,06
QUITANDINHA	12.226	CERRO AZUL	76	CERRO AZUL	23,95	AGUDOS DO SUL	1,96
CERRO AZUL	12.436	ADRIANÓPOLIS	77	ADRIANÓPOLIS	23,02	BOACIÚVA DO SUL	1,68
CAMPO LARGO	15.559	AGUDOS DO SUL	80	AGUDOS DO SUL	20,3	RIO BRANCO DO SUL	0,7
LAPA	17.768	QUITANDINHA	80	QUITANDINHA	19,94	QUITANDINHA	0,65
CAMPO MAGRO	17.908	TIJUCAS DO SUL	85	TIJUCAS DO SUL	15,06	LAPA	0,46
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	20.950	CAMPO MAGRO	88	CAMPO MAGRO	12,25	CERRO AZUL	0,18
PIRAQUARA	39.057	DOUTOR ULYSSES	88	DOUTOR ULYSSES	11,68	ADRIANÓPOLIS	-2,69

Fontes: IBGE / SNIU / ATLAS

Tabela 24 – Caracterização da População – Dados Numéricos B



INDICADOR	Densidade Demográfica	INDICADOR	PIB	INDICADOR	IDH	INDICADOR	Intensidade de Pobreza
FONTE	SNIU	FONTE	IBGE	FONTE	ATLAS	FONTE	ATLAS
PERÍODO	2000	PERÍODO	2000	PERÍODO	2000	PERÍODO	2000
CURITIBA	3.682,80	CURITIBA	12.978.341.738,62	CURITIBA	0,86	CURITIBA	43,76
PINHAIS	1.694,70	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	3.764.687.741,36	ARAUCÁRIA	0,8	QUATRO BARRAS	37,3
COLOMBO	1.152,40	ARAUCÁRIA	3.435.594.387,88	PINHAIS	0,8	CAMPO MAGRO	40
FAZENDA RIO GRANDE	518,4	PINHAIS	716.815.578,20	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0,8	PINHAIS	41,45
ALMIRANTE TAMANDARÉ	330,6	COLOMBO	689.706.396,23	BALSA NOVA	0,78	COLOMBO	41,51
PIRAQUARA	319,7	CAMPO LARGO	687.870.306,12	CAMPO LARGO	0,77	MANDIRITUBA	42,47
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	219,2	LAPA	283.601.826,09	COLOMBO	0,77	TIJUCAS DO SUL	42,75
ARAUCÁRIA	200,1	ALMIRANTE TAMANDARÉ	274.381.257,09	QUATRO BARRAS	0,77	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	42,8
QUATRO BARRAS	89,5	RIO BRANCO DO SUL	253.744.304,04	FAZENDA RIO GRANDE	0,76	CAMPO LARGO	43,16
CAMPO MAGRO	75,8	PIRAQUARA	184.215.482,04	CAMPINA GRANDE SUL	0,76	BALSA NOVA	43,61
CAMPO LARGO	73,9	QUATRO BARRAS	170.047.535,03	CONTENDA	0,76	ALMIRANTE TAMANDARÉ	43,82
CAMPINA GRANDE SUL	64,8	FAZENDA RIO GRANDE	157.928.981,06	MANDIRITUBA	0,76	CONTENDA	44
ITAPERUÇÚ	63,8	CAMPINA GRANDE SUL	157.764.257,05	LAPA	0,75	BOCAIÚVA DO SUL	44,59
MANDIRITUBA	43,7	BALSA NOVA	139.822.007,02	PIRAQUARA	0,74	FAZENDA RIO GRANDE	45,16
CONTENDA	41,1	MANDIRITUBA	129.041.766,04	CAMPO MAGRO	0,74	PIRAQUARA	45,22
AGUDOS DO SUL	37,6	CERRO AZUL	114.393.415,04	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0,73	AGUDOS DO SUL	46,01
RIO BRANCO DO SUL	35,7	CAMPO MAGRO	74.967.906,02	BOCAIÚVA DO SUL	0,72	ARAUCÁRIA	46,08
QUITANDINHA	35,5	ITAPERUÇÚ	64.049.772,02	TIJUCAS DO SUL	0,72	CAMPINA GRANDE SUL	46,52
BALSA NOVA	29,3	CONTENDA	47.546.155,02	QUITANDINHA	0,72	RIO BRANCO DO SUL	46,54
LAPA	19,9	QUITANDINHA	42.603.445,01	AGUDOS DO SUL	0,71	LAPA	47,6
TIJUCAS DO SUL	18,4	DOUTOR ULYSSES	40.025.315,01	RIO BRANCO DO SUL	0,7	QUITANDINHA	49,67
CERRO AZUL	12,1	BOCAIÚVA DO SUL	32.276.068,01	TUNAS DO PARANÁ	0,69	TUNAS DO PARANÁ	50,9
BOCAIÚVA DO SUL	11,1	TIJUCAS DO SUL	30.922.783,01	CERRO AZUL	0,68	ITAPERUÇÚ	53,08
DOUTOR ULYSSES	7,7	ADRIANÓPOLIS	22.834.569,00	ADRIANÓPOLIS	0,68	CERRO AZUL	55,95
ADRIANÓPOLIS	5,3	AGUDOS DO SUL	22.345.836,01	ITAPERUÇÚ	0,68	DOUTOR ULYSSES	56,87
TUNAS DO PARANÁ	5,3	TUNAS DO PARANÁ	8.759.519,00	DOUTOR ULYSSES	0,63	ADRIANÓPOLIS	58,81

Fontes: IBGE / SNIU / ATLAS

Tabela 25 – Caracterização da População – Dados Numéricos C



INDICADOR	Intensidade de Indigência	INDICADOR	Índice de Theil	INDICADOR	Índice de Gini	INDICADOR	Renda per Capita (R\$)
FONTE	ATLAS	FONTE	ATLAS	FONTE	ATLAS	FONTE	ATLAS
PERÍODO	2000	PERÍODO	2000	PERÍODO	2000	PERÍODO	2000
CURITIBA	64,56	CURITIBA	0,64	CURITIBA	0,59	CURITIBA	619,82
TUNAS DO PARANÁ	71,94	FAZENDA RIO GRANDE	0,31	FAZENDA RIO GRANDE	0,45	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	311,29
ITAPERUÇÚ	70,03	ITAPERUÇÚ	0,36	COLOMBO	0,47	QUATRO BARRAS	294,64
PINHAIS	68,15	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0,37	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0,48	PINHAIS	292,98
PIRAQUARA	67,83	COLOMBO	0,37	ARAUCÁRIA	0,48	CAMPO LARGO	267,31
FAZENDA RIO GRANDE	66,71	ARAUCÁRIA	0,38	BALSA NOVA	0,49	ARAUCÁRIA	242,06
ARAUCÁRIA	66,14	BALSA NOVA	0,38	PINHAIS	0,49	COLOMBO	236,16
ADRIANÓPOLIS	65,88	PIRAQUARA	0,39	CAMPINA GRANDE SUL	0,5	LAPA	234,01
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	65,75	CAMPINA GRANDE SUL	0,4	CAMPO LARGO	0,5	MANDIRITUBA	229,36
CAMPINA GRANDE SUL	65,39	CAMPO MAGRO	0,4	CAMPO MAGRO	0,5	CAMPO MAGRO	223,68
COLOMBO	64,76	PINHAIS	0,4	PIRAQUARA	0,5	CAMPINA GRANDE SUL	212,54
CAMPO MAGRO	63,52	CAMPO LARGO	0,41	ITAPERUÇÚ	0,51	PIRAQUARA	208,89
CAMPO LARGO	62,74	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0,46	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0,52	CONTENDA	207,6
ALMIRANTE TAMANDARÉ	61,25	ADRIANÓPOLIS	0,48	QUATRO BARRAS	0,54	BALSA NOVA	205,89
RIO BRANCO DO SUL	58,75	DOUTOR ULYSSES	0,48	TIJUCAS DO SUL	0,54	ALMIRANTE TAMANDARÉ	197,65
CERRO AZUL	58	RIO BRANCO DO SUL	0,48	BOCAIÚVA DO SUL	0,55	FAZENDA RIO GRANDE	194,31
QUATRO BARRAS	55,08	TIJUCAS DO SUL	0,49	RIO BRANCO DO SUL	0,55	BOCAIÚVA DO SUL	185,81
BALSA NOVA	54,38	QUATRO BARRAS	0,5	AGUDOS DO SUL	0,56	RIO BRANCO DO SUL	178,95
LAPA	54,22	BOCAIÚVA DO SUL	0,51	CONTENDA	0,56	TIJUCAS DO SUL	170,91
DOUTOR ULYSSES	52,66	TUNAS DO PARANÁ	0,51	DOUTOR ULYSSES	0,57	QUITANDINHA	164,41
CONTENDA	50,66	AGUDOS DO SUL	0,52	TUNAS DO PARANÁ	0,57	AGUDOS DO SUL	153,99
QUITANDINHA	48,89	CONTENDA	0,54	ADRIANÓPOLIS	0,59	TUNAS DO PARANÁ	136,68
AGUDOS DO SUL	48,13	CERRO AZUL	0,61	MANDIRITUBA	0,6	ITAPERUÇÚ	133,47
MANDIRITUBA	47,92	MANDIRITUBA	0,63	CERRO AZUL	0,62	CERRO AZUL	123,8
TIJUCAS DO SUL	46,32	QUITANDINHA	0,66	QUITANDINHA	0,62	ADRIANÓPOLIS	115,6
BOCAIÚVA DO SUL	44,19	LAPA	0,72	LAPA	0,64	DOUTOR ULYSSES	86

Fontes: IBGE / SNIU / ATLAS

Tabela 26 – Caracterização da População – Dados Numéricos D



MUNICÍPIO	População Total 2000 (1)	PEA/2000 (1)	Trabalhadores Formais / 2000 (2) (a)	Trabalhadores Informais / 2000 (2) (b)	Total Trabalhadores no município (a) + (b)	% de Desemprego / 2000 (PEA) (1)	Estimativa de Pessoas Desempregadas	Estimativa de Pessoas Empregadas (c)	Estimativa de Pessoas Empregadas Fora do Município de Residência (d)	Estimativa de Pessoas Empregadas fora do Município de Residência por 1000 habitantes
Doutor Ulysses	6.003	3.391	410	1.282	1.692	3,1	105	3.286	1.594	266
Cerro Azul	16.352	6.951	965	3.047	4.012	6,7	466	6.485	2.473	151
Tijucas do Sul	12.260	5.914	1.383	2.353	3.736	7	414	5.500	1.764	144
Quitandinha	15.272	7.056	921	3.423	4.344	7,9	557	6.499	2.155	141
Contenda	13.241	6.904	1.432	2.890	4.322	10,5	725	6.179	1.857	140
Lapa	41.838	19.818	5.890	7.337	13.227	13,1	2.596	17.222	3.995	95
Rio Branco do Sul	29.341	12.067	4.249	3.733	7.982	11,7	1.412	10.655	2.673	91
Bocaiúva do Sul	9.050	3.948	1.234	1.701	2.935	9,5	375	3.573	638	70
Adrianópolis	7.007	2.507	540	930	1.470	21,9	549	1.958	488	70
Quatro Barras	16.161	8.287	3.541	2.421	5.962	15,3	1.268	7.019	1.057	65
Piraquara	72.886	33.709	13.436	9.159	22.595	19	6.405	27.304	4.709	65
Balsa Nova	10.153	4.781	1.887	1.590	3.477	13,9	665	4.116	639	63
Mandirituba	17.540	7.364	2.077	3.489	5.566	9,5	700	6.664	1.098	63
Almirante Tamandaré	88.277	41.214	17.160	11.456	28.616	17,4	7.171	34.043	5.427	61
Campo Magro	20.409	9.981	4.007	3.612	7.619	11,7	1.168	8.813	1.194	59
Campo Largo	92.782	44.378	19.943	12.709	32.652	14,2	6.302	38.076	5.424	58
Colombo	183.329	86.257	35.876	25.827	61.703	16,1	13.887	72.370	10.667	58
Fazenda Rio Grande	62.877	29.063	11.923	7.536	19.459	20,8	6.045	23.018	3.559	57
Curitiba	1.587.315	828.717	382.162	239.934	622.096	14,1	116.849	711.868	89.772	57
São José dos Pinhais	204.316	101.140	43.752	30.494	74.246	15,4	15.576	85.564	11.318	55
Araucária	94.258	44.005	20.433	11.353	31.786	16,5	7.261	36.744	4.958	53
Pinhais	102.985	51.756	22.977	14.588	37.565	17,5	9.057	42.699	5.134	50
Campina Grande do Sul	34.566	16.183	7.109	4.758	11.867	17,9	2.897	13.286	1.419	41
Itaperuçu	19.344	6.831	2.795	1.819	4.614	22,4	1.530	5.301	687	36
Agudos do Sul	7.221	3.073	607	1.823	2.430	12,9	396	2.677	247	34
Tunas do Paraná	3.611	1.128	346	566	912	9,2	104	1.024	112	31

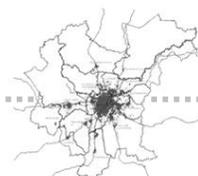
Tabela 27 – Empregos – Parte A



MUNICÍPIO	Considerações		
	Compartimento Intra-metropolitano	RIT	Inter-relação
Doutor Ulysses	3º	Não	Muito Alta
Cerro Azul	3º	Não	Muito Alta
Tijucas do Sul	3º	Não	Muito Alta
Quitandinha	3º	Não	Muito Alta
Contenda	2º	Sim	Alta
Lapa	3º	Não	Alta
Rio Branco do Sul	2º	Sim	Alta
Bocaiúva do Sul	2º	Sim	Alta
Adrianópolis	3º	Não	Alta
Quatro Barras	1º	Não	Alta
Piraquara	1º	Sim	Alta
Balsa Nova	2º	Não	Alta
Mandirituba	2º	Não	Alta
Almirante Tamandaré	1º	Sim	Alta
Campo Magro	1º	Sim	Alta
Campo Largo	1º	Sim	Alta
Colombo	1º	Sim	Alta
Fazenda Rio Grande	1º	Sim	Alta
Curitiba	Pólo	Sim	Alta
São José dos Pinhais	1º	Sim	Média
Araucária	1º	Sim	Média
Pinhais	1º	Sim	Média
Campina Grande do Sul	1º	Não	Média
Itaperuçu	2º	Sim	Média
Agudos do Sul	3º	Não	Média
Tunas do Paraná	2º	Não	Muito Baixa

- (a) Compreende os empregados com carteira, militares e estatutários
 (b) Compreende os empregados sem carteira e os conta-própria
 (c) Diferença entre o PEA e pessoas desempregadas
 (d) Diferença entre o número de empregos no município e pessoas empregada

Fonte: (1) IBGE - Censo Demográfico (2) Ministério do Trabalho e Emprego / TEM
 Tabela 28 – Empregos – Parte B



ANEXOS

Definição de indicadores utilizados

1. Distância de Curitiba

É a distância medida a partir do marco zero da Capital (Praça Tiradentes) até o acesso à cidade em questão, não estando incluído este acesso quando o mesmo for de jurisdição municipal. (IPARDES)

2. População Total

Conjunto de pessoas constituídas pela população considerada como residente (presentes e ausentes temporários), na data de referência (considera-se data de referência a noite anterior ao primeiro dia do mês em que se realiza a pesquisa). (IPARDES)

3. População Urbana

População residente na área urbana, na data de referência (considera-se data de referência a noite anterior ao primeiro dia do mês em que se realiza a pesquisa). (Área urbana é constituída pela área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal. Para as cidades ou vilas onde não existe legislação que regulamente essas áreas, deve-se estabelecer um perímetro urbano para fins da coleta censitária, cujos limites devem ser aprovados pelo prefeito local). (IPARDES)

4. População Rural

População residente na área rural, na data de referência (considera-se data de referência a noite anterior ao primeiro dia do mês em que se realiza a pesquisa). (Área rural é constituída pela área externa ao perímetro urbano). (IPARDES)

5. Taxa de Urbanização

Proporção de população urbana sobre a população total.

6. Taxa de Crescimento Geométrico Populacional

É o crescimento da população de um local considerando duas datas sucessivas e o intervalo de tempo entre essas datas, medido em ano. (IPARDES)

7. Densidade Demográfica

É o indicador que mostra como a população se distribui pelo território, sendo determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região. É um índice utilizado para verificar a intensidade de ocupação de um território. (IPARDES)

8. PIB

O Produto Interno Bruto é definido, em síntese, como a medida do fluxo total de bens e serviços finais produzidos em uma região.



9. IDH

Mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita).

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e países com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

10. Intensidade de Pobreza

Distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$ 75,50) do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza. (PNUD)

11. Intensidade de Indigência

Distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos indigentes (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 37,75) do valor da linha de indigência, medida em percentual do valor dessa linha de indigência. O indicador aponta quanto falta para um indivíduo deixar de ser considerado indigente. (PNUD)

12. Índice de Theil

Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. (IPARDES)

13. Índice de Gini

Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1 (um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). (IPARDES)

14. Renda Per Capita

Razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros dessa família. Valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000. (PNUD)

15. Empregos

O número de empregos (postos de trabalho) corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos, é diferente do número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um



posto de trabalho na data de referência. Como vínculo empregatício entende-se a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário pré estabelecido por este. Esta relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de empregado estatutário. Adicionalmente a RAIS levanta dados sobre vínculos de trabalhador avulso, trabalhador temporário (Lei nº 6.019, de 03/01/74), menor aprendiz, diretor sem vínculo que tenha optado por recolhimento do FGTS e trabalhador com contrato de trabalho por prazo determinado (Lei nº 9.601, de 21/01/98). (IPARDES)

16. PEA (10 anos e mais)

Subgrupo da população em idade ativa integrado pelas pessoas que estavam desenvolvendo alguma atividade de forma contínua e regular ou, por não estarem ocupadas, se encontravam procurando trabalho no período de referência, tendo, para isto, tomado medidas concretas de procura. Inclui-se ainda o exercício do trabalho precário. Em resumo, é a conjunção de ocupados e desempregados. (IPARDES)

17.% População Ocupada - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Pesca

Percentual da população que detinha um trabalho regular e contínuo, na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca, no período de referência ou que, mesmo não tendo trabalho, tinham uma ocupação da qual se encontravam temporariamente afastadas por motivos de férias, licença, etc... (IPARDES)

18. Média de Anos de Estudo (25 anos ou mais)

Razão entre o somatório do número de anos de estudo completos das pessoas nessa faixa etária e o total dessas pessoas. (PNUD)

Transferências Correntes: dotações destinadas a terceiros sem a correspondente prestação de serviços, incluindo as subvenções sociais, os juros da dívida, a contribuição de previdência social, etc. (Revista da Associação Brasileira de Orçamento Público, v.13, nº3, set/dez, 1992)

Transferências de Capital: registra o valor total das transferências de capital (transferências inter e intragovernamentais, instituições privadas, ao exterior e a pessoas), tendo por finalidade concorrer para a formação de um bem de capital, estando vinculadas à constituição ou aquisição do mesmo. (portaria 211)

Transferências Intergovernamentais - dos Estados: registra o valor das transferências aos municípios realizadas pelo Estado.

Transferências dos Estados: registra o valor total dos recursos recebidos pelas demais esferas de governo e respectivas entidades da administração descentralizada, transferidos pelos Estados. (portaria 211)



Outras Transferências de Capital: registra o valor total arrecadado com outras receitas vinculadas ao acréscimo patrimonial da unidade. Encontram-se no desdobramento desse título a integralização do capital social, os saldos de exercícios anteriores e as outras receitas. (portaria 211)

Outras Transferências dos Estados: registra o valor total das receitas para atender suas necessidades de indentificação. Os Municípios poderão desdobrar esse item, discriminando os recursos transferidos pelos Estados que não estejam especificados. (portaria 211)



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)